

**República de Angola – Comunidade Europeia**

**Documento de Estratégia para o País**

**e Programa Indicativo Nacional**

**para o período 2008 – 2013**

**O Governo da República de Angola e a Comissão Europeia concordaram no seguinte:**

1. O Governo da República de Angola, representado por Sua Excelência, Ana Afonso Dias Lourenço, Ministra do Planeamento e Ordenador Nacional, e a Comissão Europeia, representada pelo Senhor João Gabriel Ferreira, Chefe de Delegação em Angola, aqui designados como as Partes, tiveram discussões em Luanda entre Fevereiro de 2006 e Janeiro de 2008 com o objectivo de definir as orientações gerais da cooperação para o período 2008-2013.

Durante as discussões, foram redigidos o Documento de Estratégia para o País e o Programa Indicativo da ajuda comunitária para Angola, conforme as disposições dos Artigos 2 e 4 do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE assinado em Cotonou a 23 de Janeiro de 2000 e revisto em Luxemburgo a 25 de Junho de 2005. As discussões permitiram finalizar o processo de programação em Angola.

O Documento de Estratégia para o País e o Programa Indicativo Nacional estão anexados ao presente documento.

2. No que se refere aos recursos financeiros indicativo e programável que a Comunidade tenciona colocar à disposição de Angola para o período 2008-2013, está previsto um montante de **214 milhões €** a título de dotação mencionada no Artigo 3.2(a) do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE (dotação A) e de **13,9 milhões €** para a dotação mencionada no Artigo 3.2 (b) (dotação B). Estas dotações não constituem direitos e podem ser revistas pela Comunidade com base nas conclusões da Revisão a Meio Percurso e da Revisão de Fim de Percurso, conforme o Artigo 5.7 do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE.
3. A dotação A é destinada ao financiamento do apoio macroeconómico, às políticas sectoriais, aos programas e projectos previstos nos sectores focais e não focais de Assistência Comunitária. O Programa Indicativo Nacional (parte 2) refere-se aos recursos da dotação A. Tem igualmente em consideração os financiamentos em que Angola beneficia ou poderia beneficiar a título de outros recursos comunitários, o que não condiciona as decisões de Comissão.
4. A dotação B é destinada a cobrir as necessidades imprevistas como a ajuda de urgência quando tal apoio não pode ser financiado pelo orçamento da UE, as contribuições estabelecidas ao nível internacional e relativas às iniciativas de redução da Dívida, e o apoio para compensar os efeitos contrários da instabilidade das receitas de exportação. A dotação B será accionada segundo os mecanismos e procedimentos específicos e, desde logo, não faz parte, enquanto tal, do Programa Indicativo.
5. Os recursos poderão ser comprometidos no quadro deste Documento de Estratégia para o País e do Programa Indicativo desde a entrada em vigor do Quadro Financeiro plurianual 10º FED para o período 2008-2013 do Acordo revisto de Parceria ACP-EU, mas não antes de 1 de Janeiro de 2008. As decisões financiadas referentes aos projectos e programas podem ser adoptadas pela Comissão a pedido do Governo de Angola no limite das dotações A e B mencionadas no documento. As decisões financeiras podem igualmente ser tomadas com base no artigo 15(4) em conjunto com o artigo 4.1(d) do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE relativo ao apoio aos actores não estatais, ou com base no Artigo 72(6) do Acordo de Parceria ACP-UE para a ajuda humanitária e de urgência financiada a partir do envelope B. As decisões

de financiamento devem ser adoptadas e executadas segundo as regras e procedimentos previstos nos Regulamentos do Conselho sobre a implementação do 10º FED, do Regulamento financeiro aplicável ao 10º FED e do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE.

6. O Banco Europeu de Investimento pode contribuir para a implementação desta Estratégia para o País através de operações financiadas a partir da Facilidade de Investimento e/ou com os próprios recursos conforme os Artigos 2 C e 3 do Anexo 1(b) do Acordo de Parceria ACP-UE definindo o Quadro Financeiro plurianual 10ºFED para o período 2008-2013.
7. Conforme o Artigo 5 do Anexo IV do Acordo de Parceria ACP-UE, o Ordenador Nacional e o Chefe de Delegação devem fazer anualmente uma revisão operacional do Programa Indicativo e efectuar uma Revisão a Meio do Percurso e no Fim do Percurso da Estratégia para o País e do Programa Indicativo à luz das necessidades e dos resultados apresentadas nessas trocas.

A Revisão a Meio do Percurso deve ser realizada em 2010 e a Revisão do Fim do Percurso em 2012. Depois de acabadas as Revisões a Meio do Percurso e do Fim do Percurso, a Comunidade pode rever as dotações atribuídas conforme as necessidades e os resultados apresentados.

Sem prejuízo do Artigo 5.7 do Anexo IV referente as revisões, as dotações podem ser aumentadas conforme o Artigo 3.5 do Anexo IV, a fim de ter em conta as necessidades específicas ou os resultados excepcionais.

8. O acordo entre as duas partes sobre a Estratégia para o País e o Programa Indicativo Nacional, sob reserva da ratificação e da entrada em vigor do Acordo de Parceria revisto ACP-UE e do Quadro Financeiro Plurianual 10º FED para o período 2008-2013, será considerado como definitivo, num prazo de oito (8) semanas depois da data da assinatura, a menos que uma ou outra parte dê a conhecer a sua intenção contrária antes do fim deste período.

Feito em Luanda, 20 Novembro de 2008

Pelo Governo de Angola

  
**Ana Afonso Dias Lourenço**  
P/ Ordenador Nacional  
Ministra do Planeamento

Pela Comissão Europeia

  
**João Gabriel Ferreira**  
Chefe de Delegação da Comissão  
Europeia na República de Angola

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

Desde o fim da guerra em 2002, e com a chegada da paz, Angola tem avançado muito rapidamente em todos sectores e a situação a nível político e económico têm melhorado consideravelmente. O país está em plena reconstrução depois da destruição de importantes infra-estruturas económicas e sociais provocadas pelo longo conflito. Tendo em conta esta situação, os indicadores sociais melhoraram, e deverão mostrar resultados positivos nos próximos anos e permitir uma importante redução da pobreza em todo o país.

O país conhece um período de estabilização política. O processo de desmobilização e reintegração deverá ser finalizado em 2007, com a reintegração dos ex-militares da UNITA e suas famílias. Progressos no processo de democratização são perceptíveis. O pacote eleitoral foi adoptado em Agosto de 2005. O registo eleitoral iniciou em Novembro de 2006 e deverá atingir aproximadamente 7,5 milhões de eleitores até final de 2007. Em termos de calendário, foi adoptado no fim de 2006 o compromisso político para a realização de eleições legislativas no primeiro semestre de 2008 e presidenciais no primeiro semestre de 2009.

Os avanços no sector económico são impressionantes, com a taxa de crescimento do PIB das mais elevadas de África em 2006 (aproximadamente 20%) e o controle da inflação (12.2% em 2006). Os rendimentos petrolíferos representam um motor para a economia e para o aumento das despesas públicas, contribuindo para o ritmo elevado de reconstrução do país. Mas estão igualmente a ter um efeito positivo no desenvolvimento dos sectores não petrolífero. A dívida pública foi reduzida consideravelmente e as reservas monetárias são significativas. Contudo, o Governo está consciente da necessidade de promoção da diversificação da economia, particularmente no sector agrícola, no qual Angola dispõe de um potencial importante, e em outros sectores que podem gerar empregos. No domínio social, muitos progressos deverão ser atingidos, tendo em conta o número importante de grupos vulneráveis (deslocados e refugiados em processo de reinserção social, população vivendo em condições muito difíceis e crianças).

Os indicadores sociais são fracos, sobretudo no sector da saúde (taxa de mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos é de 25%, e a taxa de mortalidade materna é de 14 por mil). A situação epidemiológica é preocupante, particularmente devido à epidemia de cólera. Neste contexto, o acesso à água potável surge como uma prioridade imprescindível.

No domínio da educação, apesar dos esforços realizados pelas autoridades em termos de construção de infra-estruturas escolares, de formação e contratação de professores, a qualidade da oferta pedagógica continua a ser um desafio.

A problemática do reforço de capacidades e de recursos humanos são os principais constrangimentos para o desenvolvimento sustentável do país, afectando directamente o sector público. Contudo, o estado continua a encontrar dificuldades na planificação e na gestão dos assuntos públicos tendo em conta o número insuficiente de quadros qualificados necessários para desempenhar cabalmente as suas prerrogativas. Este diagnóstico é partilhado tanto pelas autoridades nacionais como por todos os parceiros internacionais de desenvolvimento.

Em 2004, o Governo adoptou a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) que identifica os sectores prioritários de intervenção tais como: reconstrução e reabilitação de infra-estruturas

sociais, melhoramento da situação social e nos domínios da saúde e educação e o reforço de capacidades para o melhoramento da prestação de serviços públicos.

O montante total do Programa Indicativo Nacional para Angola para 2008-2013 é de **214 M€** (dotação A) e de **13,9 M€** (dotação B). A Estratégia de resposta proposta conjuntamente tem em conta as necessidades e prioridades estabelecidas pelo país.

As áreas focais são:

1. Governação e apoio às reformas económicas e institucionais (20% do pacote financeiro);
2. Desenvolvimento social e humano (32 % do pacote financeiro);
3. Desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar (32 % do pacote financeiro).

Os sectores não focais representam 16% do pacote financeiro, para o apoio à integração regional, ao sector privado, aos actores não estatais e à biodiversidade.

As intervenções terão como principal objectivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, através do reforço institucional e de capacidades, apoiando assim o Governo na sua estratégia de combate à pobreza e no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A metodologia de implementação privilegiada do PIN será constituída de projectos e programas, tendo em conta o contexto específico do país, que poderá ser revista a médio prazo.

Esta estratégia conjunta foi desenhada em conjunto com os Estados Membros da União Europeia tendo sido consultados os actores não estatais afim de assegurar a sua coerência. A sua implementação será realizada em coordenação e complementaridade com todos os actores em presença e particularmente com os Estados Membros (*EU Road Map*).

## Lista de Siglas e Acrónimos

ACP	Países de África, das Caraíbas e do Pacífico
ADRP	Projecto de Desmobilização e Reintegração de Angola
ANE	Actores Não Estatais
APEs	Acordos de Parceria Económicos
BEI	Banco Europeu de Investimento
BNA	Banco Nacional de Angola
CDA	Center for the Development of Agriculture
CDE	Center for the Development of Enterprise
CE	Comissão Europeia
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CNIDAH	Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária
CNE	Comissão Nacional Eleitoral
CNUCED	Conferencia das Nações Unidas de Comercio e Desenvolvimento
COMIFAC	Central African Forest Commission
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSP	Country Strategy Paper
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DEP	Documento de Estratégia para o País
ECOFAC	Programa regional para a Conservação e Uso Racional dos Ecossistemas Florestais

	na África Central
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
EIA	Avaliação de impacto ambiental
EPAL	Empresa Pública de Águas de Angola
ERIs	Economias Recentemente Industrializadas
FAS	Fundo de Apoio Social
FCT	Facilidade de Cooperação Técnica
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GdA	Governo de Angola
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IEDDH	Iniciativa Europeia para a Democracia e Direitos Humanos
INAP	Instituto Nacional de Administração Pública
INE	Instituto Nacional de Estatística
LRRD	Linking Relief, Rehabilitation and Development
MAEP	Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares
MINADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MINED	Ministério de Educação
MINSA	Ministério da Saúde

MINUA	Ministério de Urbanismo e Ambiente
MTR	Mid Term Review
NEPAD	The New Partnership for Africa's Development
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização de dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Programa Alimentar Mundial
PAPEFSA	Projecto de Apoio ao Sector Pecuário Familiar no Sul de Angola
PAR	Programa de Apoio à Reconstrução
PEAPP	Programa de Emergência em Apoio ao Processo de Paz
PEMFAR	Revisão da Gestão das Despesas Públicas e Responsabilização Financeira
PERDRP	Programa de Emergência para o Reassentamento das Populações Deslocadas e Refugiadas
PGDR	Programa Geral de Desmobilização e Reintegração
PGE	Programa de Geração de Emprego

PGG	Programa Geral do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa Indicativo Nacional
PIR	Programa Indicativo Regional
PMA	País Menos Avançado
PMD	País Menos Desenvolvido
PMFP	Programa de Modernização de Finanças Públicas
PMR	Programa de Micro-Realizações
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSA	Programa de Relançamento da Segurança Alimentar
QUIBB	Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RDC	República Democrática Do Congo
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RISDP	Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIGFE	Sistema de informação de gestão financeira integrado
SEM	Sistemas de Gestão Ambiental
SMPs	Staff Monitored Programmes
TMA	Tudo Menos Armas
UE	União Europeia

# INDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	6
<b>PARTE 1: DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA PARA O PAÍS</b>	<b>12</b>
<b>CAPITULO I : QUADRO DE RELAÇÕES ENTRE A CE E ANGOLA</b>	<b>12</b>
I. 1 Objectivos Gerais da Política Externa da CE .....	12
I. 2 Objectivos Estratégicos da Cooperação com Angola .....	12
I.3 Acordos Bilaterais Principais .....	14
<b>CAPITULO II: DIAGNÓSTICO DO PAÍS</b>	<b>14</b>
II.1 Análise da situação política, económica, social e ambiental .....	14
II.2 Análise da Redução da Pobreza .....	23
II.3 Agenda de Desenvolvimento de Angola .....	24
II.4 Viabilidade das Políticas e Desafios a Médio Prazo.....	26
<b>CAPITULO III: PANORÂMICA DA COOPERAÇÃO CE PASSADA E PRESENTE</b>	<b>26</b>
III.1 Panorâmica da Cooperação da CE (Lições Aprendidas) .....	26
III.2 Informação sobre Programas dos Estados Membros e Outros Doadores .....	35
III.3 Outras Políticas da CE .....	36
III.4 Descrição do Diálogo Político com Angola .....	36
III.5 Estado da Parceria com Angola e Progresso de Harmonização .....	37
<b>CAPITULO IV: ESTRATÉGIA DE RESPOSTA</b>	<b>37</b>
IV.1 Governação e Apoio às reformas Económicas e Institucionais .....	39
IV.2 Desenvolvimento Social e Humano .....	41
IV.3 Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar.....	43
<b>CAPITULO V: OUTROS PROGRAMAS (Sectores não focais)</b>	<b>45</b>
V.1 Água.....	45
V.2 Apoio ao sector privado.....	46
V.3 Actores Não Estatais.....	46
V.4 Integração Regional, Comércio e Apoio aos APes .....	46
V.5 Gestão da Biodiversidade .....	46
V.6 Cooperação CE-PALOP.....	46
<b>PARTE 2: PROGRAMA INDICATIVO NACIONAL</b>	<b>49</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>49</b>
<b>2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>49</b>
2.1 10º FED, Envelope A, € 214 milhões .....	49
2.2 10º FED, Envelope B, €13,9 milhões.....	49
2.3 Facilidade de Investimento.....	50
2.4 10º FED, Programa Indicativo Regional.....	50
2.5 Outros Instrumentos Financeiros .....	50
2.6 Monitoria e avaliação.....	50
<b>3. TEMAS DE CONCENTRAÇÃO</b>	<b>50</b>
3.1 Governação e Apoio às reformas Económicas e Institucionais.....	50
3.2 Desenvolvimento social e humano.....	54
3.3 Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar .....	56

<b>4. OUTROS PROGRAMAS</b>	<b>57</b>
Água e saneamento .....	57
Sector Privado.....	58
Integração Regional .....	58
Actores Não-Estatais.....	59
Facilidade de Cooperação Técnica .....	59
Gestão da Biodiversidade.....	59
Screening do Ambiente e Análise.....	60
Cooperação CE-PALOP/Timor Leste (Iniciativas sobre a Governação).....	60
Apoio orçamental.....	60
<b>5. QUADRO DA INTERVENÇÃO E INDICADORES DA EXECUÇÃO</b>	<b>61</b>
<b>SECTOR FOCAL 1 – Governação e apoio para Reformas Institucionais e Económicas</b>	<b>61</b>
<b>SECTOR FOCAL 2 – Desenvolvimento Humano e Social</b>	<b>63</b>
<b>SECTOR FOCAL 3 – Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar</b>	<b>65</b>
<b>6. TABELA INDICATIVA PARA COMPROMISSOS E DESPESAS</b>	<b>67</b>
6.1 Tabela Indicativa para Compromissos Globais .....	67
6.2 Tabela Indicativa para Despesas.....	69
<b>7. CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES</b>	<b>71</b>

## **ANEXOS**

1. a. Key Macroeconomic Indicators  
b. Millennium Development Goals
2. a. Donor Interventions  
b. Past EC Cooperation: other instruments
3. Country Environmental Profile
4. Country Migration Profile
5. CSP drafting process
6. Harmonization Road Map
7. International Conventions signed and ratified by the Republic of Angola
8. Analyse de la soutenabilité de la dette/Análise da sustentabilidade da dívida/Debt sustainability analysis
9. Proposta para um Programa de Governação/List of Government's governance commitments
10. EC/ PALOP Cooperation
11. Employment
12. Rural development and food security: EC cooperation
13. Demobilization and Reintegration Program (ADRP)
14. Main Trading Partners
15. Children and Development
16. Le Secteur Privé/ Sector Privado / Private Sector
17. Sistema de Saúde em Angola / Health system in Angola
18. Energia em Angola / Energy in Angola

# PARTE 1: DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA PARA O PAÍS

## CAPITULO I : QUADRO DE RELAÇÕES ENTRE A CE E ANGOLA

### *I. 1 OBJECTIVOS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DA CE*

Conforme o Artigo 177 que estabelece a Comunidade Europeia, a política comunitária referente à cooperação para o desenvolvimento deverá encorajar:

O desenvolvimento económico e social sustentável dos países em desenvolvimento e mais especificamente aqueles com menos vantagens de entre eles;

A integração gradual e tranquila dos países em desenvolvimento na economia mundial;

A campanha contra a pobreza nos países em desenvolvimento.

A Europa deveria ter um papel coerente como um parceiro global, inspirado nos seus próprios valores assumindo responsabilidades regionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a segurança civil e estratégica.

A União desenvolveu um grande leque de relações externas baseadas numa política de comércio comum, cooperação através de acordos bilaterais e multilaterais, cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária e assistência financeira, assim como aspectos externos de políticas internas (energia, ambiente, transportes, justiça e política interna, etc.)

A acção externa da UE incluindo a Política Externa e de Segurança Comum, políticas de comércio comum e cooperação com países terceiros estabelece um quadro destinado tanto para integrar todos os instrumentos da UE como para desenvolver gradualmente um conjunto de acções baseadas em posições comuns no âmbito mais abrangente das relações políticas.

O alargamento colocou a UE com mais responsabilidades, como líder regional e parceiro global. Esta situação deverá no futuro aumentar a sua capacidade para promover os Direitos Humanos, Democracia e o Estado de Direito assim como a sua capacidade para se focalizar na luta contra a pobreza, na sua vizinhança e através de políticas bilaterais e multilaterais as quais são principalmente dirigidas para o desenvolvimento sustentável e estabilidade política. Assim, a UE alcançará uma genuína coerência entre a sua agenda tanto interna como externa, contribuindo para a segurança e prosperidade globais.

### *I. 2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA COOPERAÇÃO COM ANGOLA*

Os objectivos do Tratado estão confirmados no Artigo 1 do Acordo de Cotonou ACP-UE, assinado em Cotonou em 23 de Junho de 2000 e revisto no Luxemburgo a 25 de Junho de 2005. O objectivo global do Acordo de Cotonou é promover o desenvolvimento de uma aproximação estratégica comum para a redução da pobreza, coerente com os objectivos do desenvolvimento sustentável e a gradual integração dos países ACP na economia mundial. A Cooperação entre a Comunidade e Angola procurará alcançar estes objectivos, tendo em conta os princípios fundamentais descritos no Artigo 2, em particular o encorajamento da "propriedade" da estratégia pelo país e populações interessadas, e os elementos essenciais e fundamentais como definido nos artigos 9 e 11b do Acordo.

Enquanto o Tratado e o Acordo de Cotonou estabelecem as bases legais para a cooperação da UE com os países ACP, o recentemente adoptado *Consenso Europeu para o desenvolvimento* estabelece o quadro geral das políticas a nível da UE. O principal objectivo da política de desenvolvimento da UE é a erradicação da pobreza num contexto de desenvolvimento sustentável, em linha com a agenda internacional, e com particular atenção para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). São reconhecidos os direitos humanos e a boa governação como outros objectivos importantes. O Consenso também define a coesão social, emprego e trabalho condigno como vital para a erradicação da pobreza. A agricultura é também identificada como um meio importante para o desenvolvimento sustentável

A melhoria na eficácia da ajuda é essencial para se alcançar a erradicação da pobreza. A UE disponibilizará coordenação, harmonização e alinhamento. Promoverá uma melhor complementaridade a nível de doadores trabalhando para uma programação multi-anual comum baseada em estratégias de países parceiros, mecanismos de implementação comuns, missões alargadas de doadores conjuntas, e o uso de disposições co-financiadas. A UE assumirá um papel de liderança na implementação dos compromissos da Declaração de Paris melhorando a disponibilização da ajuda e capitalizará a experiência dos novos Estados Membros para fortalecer o seu papel como doadores.

A política de coerência para o desenvolvimento avançará em várias áreas. O objectivo é que todas as políticas que não são de ajuda da UE dêem uma contribuição positiva para os países em desenvolvimento, para atingir o ODMs.

O princípio da concentração orientará o país da Comunidade e a programação regional. Isto implica a selecção dum limitado número de áreas prioritárias de acção, através do diálogo com os países parceiros, em lugar de desperdiçar esforços em muitos sectores ao mesmo tempo. Neste contexto a Comunidade será numa primeira fase activa nas seguintes nove áreas, tendo em conta as suas vantagens comparativas entre elas: comércio e integração regional; ambiente e administração sustentável dos recursos naturais; infra-estruturas, comunicações e transporte; água e energia; desenvolvimento rural, planeamento territorial, agricultura e segurança alimentar; governação, democracia, direitos humanos e apoio a reformas económicas e institucionais; prevenção de conflitos e estados frágeis; desenvolvimento humano; coesão social e emprego.

A aproximação global será fortalecida por quatro temas transversais: democracia, boa governação, direitos humanos, direitos das crianças e das populações indígenas igualdade de género; sustentabilidade ambiental, e luta contra o HIV/SIDA.

Em Dezembro de 2005, o Conselho Europeu concordou com a Estratégia para Africa da UE. A Estratégia proporciona a longo prazo, um quadro estratégico de interacção entre a Europa e África a todos os níveis: com as instituições pan-Africanas tais como a União Africana, organizações regionais e autoridades nacionais. Define como a UE pode melhorar a sua ajuda ao continente africano nos seus próprios esforços para promover o desenvolvimento sustentável e atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). A Estratégia assenta em três pilares: (i) promover a paz, segurança e boa governação como pré-requisitos centrais para o desenvolvimento sustentável, (ii) apoiar a integração regional, comércio e inter-conectividade para promover o desenvolvimento económico e (iii) melhorar o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação) e protecção do ambiente para alcançar mais rapidamente os ODMs.

### ***I.3 ACORDOS BILATERAIS PRINCIPAIS***

A cooperação entre a UE e Angola teve início há mais de 20 anos, beneficiando da ajuda humanitária, cooperação financeira e técnica entre a Comissão Europeia e os Estados não-membros financiada pelo orçamento da CE. Estas relações foram formalizadas e fortalecidas quando Angola assinou a 3ª Convenção de Lomé em 1986. Angola assinou posteriormente em 2000 o Acordo de Cotonou.

Relativamente à política comercial e como um país menos desenvolvido, Angola beneficia da iniciativa da UE “Tudo Menos Armas” desde 2001, garantindo acesso livre de todos os produtos angolanos a mercados da UE. Com outros sete membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC, Angola negocia desde 2004 o Acordo de Parceria Económica (EPA) com vista a substituir o velho acordo de Lomé e a criar um quadro compatível com a OMC (Organização Mundial do Comércio) para preferências recíprocas e cooperação mútua, que entrará em vigor em 2008.

## **CAPITULO II: DIAGNÓSTICO DO PAÍS**

### ***II.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL***

#### **II.1.1 Situação Política e Institucional**

A guerra de 27 anos em Angola terminou em Abril de 2002 com a assinatura do acordo de paz de Luena. As condições que levaram ao fracasso dos dois acordos de paz precedentes modificaram-se e é improvável um regresso à guerra.

O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) está a progredir bem em algumas áreas (DD) embora o processo de reintegração registe algum atraso. O processo de desarmamento e desmobilização de soldados da UNITA, tal como previsto no cessar-fogo de 2002, foi executado pelo Governo de Angola (GdA) utilizando os seus próprios recursos. O difícil processo de reintegração dos ex-militares da UNITA e suas famílias (cerca de 450.000 pessoas) às suas áreas de origem está a ser apoiado pelo Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), parcialmente financiado por doadores. Uma descrição da situação é apresentada no anexo 13.

Desde o fim da guerra, que se notam melhorias na democratização do país. O espaço para o debate melhorou no Parlamento, no seio da sociedade civil e nos “médias” independentes, particularmente em Luanda. O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) integra ministros de diferentes partidos políticos; o MPLA é o partido dominante dentro da Assembleia Nacional. O sistema político institucional é presidencial delegando a responsabilidade ao executivo para liderar as políticas do país. O desafio principal para o Governo consolidar a democracia, tendo em conta que as últimas eleições realizaram-se em 1992. Esta orientação deve ser implementada em concordância com a reconstrução do país e a finalização do processo de desmobilização e reintegração. As discussões sobre a nova constituição demonstraram que Angola alcançou um novo nível de capacitação para o diálogo político. A preparação para as próximas eleições está a ser lenta mas segura e positiva. Em Agosto de 2005 a Assembleia Nacional aprovou um novo pacote legislativo eleitoral, incluindo a lei eleitoral, tendo a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) sido criada, bem como as respectivas comissões provinciais. Contudo, em finais de Dezembro de 2006 foi anunciado

pelo Conselho da República que as eleições legislativas e presidenciais terão lugar respectivamente no primeiro semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009. O governo iniciou a 15 de Novembro de 2006, o processo oficial de registo eleitoral que deve terminar em finais de 2007.

A situação dos direitos humanos em Angola tem conhecido recentemente melhorias, embora continue a ser um desafio. As violações associadas à guerra terminaram na sua grande maioria. Em Cabinda, o processo de paz com o FCD (Fórum Cabindês para o Diálogo), levou a assinatura de Memorando de Entendimento (MDE) em Agosto de 2006, e a realização do primeiro encontro oficial da Comissão Conjunta em Fevereiro de 2007. A participação de todos os membros da sociedade civil em Cabinda, constitui um aspecto essencial para a normalização da situação e a implementação do MDE. A propósito dos direitos humanos, o Governo tem vindo a aumentar significativamente os seus esforços com vista a assegurar que os direitos sejam respeitados pelas forças de segurança e ordem interna. O Governo está consciente que se trata de uma questão muito sensível. A primeira Assembleia Geral do Conselho de Coordenação de Direitos Humanos, realizada em Fevereiro de 2007 com representantes da Assembleia Nacional, do Ministério da Justiça e do Provedor da Justiça, representa um sinal claramente positivo. Não obstante é reconhecido que os direitos civis (liberdades públicas) têm que ser garantidos no futuro. Um sistema reforçado de justiça deve assegurar o controlo completo dos direitos civis (nomeadamente as liberdades de circulação, de expressão e de associação). Relatórios internacionais sobre Direitos Humanos alegam que a situação deveria melhorar.

De facto, a escassa informação dificulta a monitoria da situação dos direitos humanos em determinadas áreas, tais como as Lundas, Moxico e Kuando Kubango. A maioria da informação vem de organizações da sociedade civil (OSC) especializadas em advocacia que relatam dificuldades. Quanto à liberdade de expressão, a nova legislação da informação foi aprovada pela Assembleia Nacional em 2006 dando acesso aos capitais privados à radiodifusão e TV. No entanto, a implementação desta lei está subordinada à adopção de regulamentos ou decretos de aplicação nomeadamente no que se refere ao procedimento para as modalidades de concessão de licenças de emissão de “rádio” e “televisão”.

Relativamente às reformas institucionais, o país esteve activo nos últimos anos, nomeadamente no que se refere à descentralização e administração pública e da justiça. Todas estas reformas são caracterizadas por uma vontade política de implementação.

O GdA iniciou um processo de descentralização da administração do Estado em 1999 com a lei da administração local, e nota-se recentemente um novo impulso no âmbito de desconcentração administrativa. O processo de descentralização será gradual, através de aprendizagem de lições retiradas de experiências com os primeiros municípios piloto, e potencialmente será alargado de acordo com as capacidades. Este processo deveria culminar com a realização de eleições autárquicas.

Durante a década passada, o GdA iniciou outras reformas da administração pública, embora lentas, que incluem a reestruturação da escala salarial da função pública, a identificação do papel dos funcionários públicos e o estabelecimento de directrizes para reestruturar a função pública. Deverá ainda ser aprovada uma legislação apropriada para a função pública. Em Dezembro de 2005, a função pública tinha 256.613 funcionários (não incluindo a defesa e a polícia).

O conflito armado teve um impacto profundo no sistema judicial do país. O sector de justiça tem várias debilidades institucionais como: fraca cobertura territorial; falta de pessoal qualificado; infra-estruturas deficientes; falta de legislação. A persistência destas debilidades abre o caminho à instalação e ao desenvolvimento de uma situação de corrupção. Responsáveis de instituições públicas manifestam preocupações sobre esta situação e a necessidade de transparência. As fraquezas existentes não permitem ao Sistema de Justiça funcionar de maneira mais efectiva, o que afecta de forma negativa o acesso à Justiça por parte dos cidadãos. Iniciativas que visam reforçar a credibilidade do sistema vêm sendo tomadas pelo Governo. Foram feitos progressos com o Tribunal Constitucional, a Autoridade Anti-Corrupção, o Provedor de Justiça e o Tribunal de Contas, contudo, os seus poderes e capacidades estão limitados. O acesso à justiça fora de Luanda é ainda mais difícil por uma falta de investimentos e por falta de implantação de funcionários de justiça nas províncias.

Angola ratificou a convenção anti corrupção da ONU, em Fevereiro de 2006 e necessita agora de uma legislação a nível nacional. A Assembleia Nacional aprovou uma lei em 1996 para criar a Comissão Anti-Corrupção. Um Comissário Anti-Corrupção será eleito por voto maioritário na Assembleia Nacional. Pode-se acrescentar igualmente que Angola é membro do Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares da NEPAD desde 2004, embora não tenha sido ainda fixada uma data para a avaliação.

## **II.1.2 Situação Económica e Comercial**

### Situação económica, estrutura, desempenho

A economia angolana alcançou taxas de crescimento muito elevadas nos passados dois anos, e a inflação está a ser controlada. Contudo, o país enfrenta ainda muitos desafios de reconstrução. Um desafio chave é o de como assegurar que os vastos recursos naturais de Angola (petróleo, água, minerais) contribuam para o crescimento equitativo, nomeadamente através da diversificação e desenvolvimento de outros sectores, como a agricultura, pesca, silvicultura, indústria e serviços. A economia angolana permanece dependente do sector petrolífero que representa cerca de 50% do PIB apesar do crescimento gradual da economia não petrolífera. Em 2006, o crescimento do sector não petrolífero foi de 17,2%. A indústria petrolífera é de capital intensivo com um baixo impacto em geração de empregos. O FMI calcula que um PIB per capita de USD 1550 em 2005 e USD 1836 em 2006, mas distribuídos de uma maneira muito desigual (em Angola, o coeficiente de Gini é elevado - 0,62).

Calcula-se que mais de metade da população obtenha o seu rendimento directamente a partir da agricultura e do comércio de produtos agrícolas. Neste contexto, o aumento de 28% da produção agrícola em 2005 teve consequências importantes na subsistência diária da população, embora o sector agrícola represente apenas 9,6% do PIB. Para 2006, o PIB nominal foi cerca de 40 biliões USD. A repartição entre os principais sectores económicos é os seguintes; agricultura 8.59%, petróleo 57%, diamantes 2.3%, industria transformadora 4.6%, energia eléctrica e água 0.4%, obras públicas e construção 5.1%, comercio, bancos e seguros 13.6%, outros 8.4%.

O crescimento do PIB ganhou impulso a partir de 2004 com a descoberta de novos campos petrolíferos, aumentou 20,6% em 2005, e 19,5% em 2006. O aumento contínuo do preço e da produção do petróleo deverá permitir um crescimento de cerca de 30% em 2007. Projecções recentes indicam que a produção de petróleo ultrapassará os 2 milhões de barris por dia em 2008 e continue a aumentar. Isto implicará taxas de crescimento anuais médias de PIB de mais de 15% entre 2007 e 2010. Espera-se que as receitas petrolíferas do governo dupliquem

entre 2005 e 2010. A projecção feita pelo Governo sobre o preço médio por barril foi 50 USD em 2007 e 55 USD em 2008.

As políticas de estabilização do governo foram muito bem sucedidas. No seguimento da adopção de um programa de estabilização em Setembro de 2003, a inflação desceu drasticamente de mais de 100% para 23% em 2005 situando-se em cerca de 12,2% em 2006; Esta melhoria foi maioritariamente devida ao posicionamento do GdA de não injectar dinheiro para compensar déficits fiscais associados a um movimento de um défice fiscal em 2003 (7,1% de PIB) a um superavit de aproximadamente 4,6% em 2005. A partir de 2003, a despesa pública foi financiada através de recursos obtidos com a venda directa de divisas. A inflação era de 12,2% em 2006, a projecção para 2007 é de 10%, e para os anos seguintes deve manter-se num só dígito.

Entre 2004 e 2005 a depreciação do Kwanza face ao dólar americano foi de 4,5%, implicando uma apreciação brusca em termos reais efectivos (40%). Isto agrava os efeitos da “*doença holandesa*” causados pela dependência de recursos: uma moeda forte danifica a actividade dos sectores não petrolíferos tornando-os menos competitivos em relação às importações, e a deficiência do capital humano em Angola não permite compensar uma perda de competitividade com melhorias em produtividade.

No fim de 2005 as reservas internacionais líquidas aumentaram para o equivalente a 4,3 meses de importações não relacionadas com o petróleo (4,1 biliões de USD), enquanto quase 600 M USD de empréstimos suportados pelo petróleo foram pagos. De acordo com estimativas do FMI, a dívida externa de Angola atingiu os 12 biliões em 2005, o equivalente a 35% do PIB. O problema de dívida encontra-se na estrutura da dívida externa e não na sua dimensão.

Os empréstimos suportados pelo petróleo tornaram-se ferramentas cada vez mais eficazes através das quais Angola pode assegurar financiamentos. Estas disposições foram úteis na fixação de linhas de crédito com Portugal, Brasil, Espanha, e mais recentemente a China. O empréstimo chinês – particularmente com as suas características “*empréstimo suave*” (*soft loans*) e a ligação de 70% do montante total a produtos chineses – marca uma alteração na estratégia de Angola neste tipo de empréstimos, em parte devido ao seu volume: actualmente *as linhas de crédito da China, estão na ordem de 12,5 biliões de USD (sendo 4,5 do banco Eximbank e 8 biliões do Fundo chinês de cooperação)*. Os termos de negociação foram mais de tipo concessionário do que o habitual: envolvendo menos petróleo angolano como contrapartida e os com períodos de reembolso mais longos, após um período de graça. Muitos doadores e o FMI tendem a questionar estas disposições apoiadas pelo petróleo como instrumentos pouco transparentes.

Relativamente ao sector da energia, a situação particular de Angola está apresentada no anexo 18.

#### Estrutura e gestão das finanças públicas

As despesas públicas em proporção ao PIB em Angola estão entre as mais altas da África sub-Sahariana. Se explica em parte pelo facto que a guerra restringiu a actividade privada e impulsionou o peso relativo do Estado, e por outro lado porque os recursos naturais permitem ao Estado expandir-se. As despesas totais do governo continuam a ser grandes, 39,7% em 2005. O orçamento para 2006, de mais de 23 biliões de USD, é o dobro do anterior em termos reais, embora a sua execução seja condicionada às capacidades institucionais limitadas.

Uma reforma central da gestão de finanças públicas (GFP) é o *Programa de Modernização de Finanças Públicas*, (PMFP), iniciado em 2002, que tem como objectivo melhorar a capacidade institucional do Ministério das Finanças. Uma realização importante deste programa foi a execução de um plano para a introdução de um sistema de informação de gestão financeira integrado (SIGFE).

Em 2004 o Banco Mundial lançou a Revisão da Gestão das Despesas Públicas e Responsabilização Financeira (PEMFAR) em que reiterou a importância de se acabar com a natureza dupla da GFP em Angola: registo pelo Ministério das Finanças das receitas fiscais e pela Sonangol das receitas petrolíferas.

#### O processo de reforma

O governo implementou importantes reformas económicas nos últimos anos para aumentar a transparência. Estas incluem: a unificação do orçamento; o estabelecimento de uma conta única de tesouro no Banco Nacional de Angola (BNA); a publicação de um estudo diagnóstico do petróleo; a divulgação de dados das receitas do petróleo no sítio Web do Ministério das Finanças; a realização de auditorias externas dos saldos financeiros de 2003 do BNA e da Sonangol; e a compilação dos dados generalizados sobre a dívida externa. Além disso, o governo quer implementar um sistema de registo no Orçamento Geral de Estado de todos os recursos de Angola.

A reforma das Alfândegas em Março de 2001, produziu resultados espectaculares, com as receitas oficiais a atingirem oficialmente 1 bilião de USD em 2005, comparados com os 215 milhões de USD em 2000. Adicionalmente, o Tribunal de Contas com competência para todos os contratos do GdA acima dos 350.000 USD iniciou o seu funcionamento com a nomeação do seu presidente em 2001. É uma ferramenta importante para a disciplina orçamental. O Tribunal de Contas deve ainda demonstrar a sua capacidade de funcionar de modo independente e de assegurar a publicação anual do seu relatório de actividades. Por outro lado, progressos suplementares estão em curso. O GdA manifestou o seu interesse em participar na Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva (**EITI**) e fez um primeiro passo organizando uma conferência internacional sobre a gestão das receitas do petróleo em Maio 2006. No entanto, os progressos na implementação desta iniciativa devem ser encorajados. Além disso, Angola foi o primeiro país a aplicar o certificado de origem para as exportações de diamantes. Na sequência do processo de Kimberley, o GdA comprometeu-se a parar a prospecção clandestina e a rever a sua legislação mineira de maneira a reduzir ao máximo a prospecção artesanal.

De uma maneira geral, desde o fim da guerra que as relações com o FMI melhoraram devido às tentativas do Governo de reforçar a transparência orçamental e gestão fiscal. Contudo, o progresso durante os últimos anos tem sido mitigado por dois *Programas Monitorados/Staff Monitored Programmes (SMPs)*, em 2000 e 2001, que terminaram sem que fosse possível alcançar todos os resultados previstos, devido às sucessivas e diferentes reformas. Em 2005, o país parecia caminhar para um SMP de 12 meses, mas as negociações não foram concluídas em 2006. Elas continuaram em 2006 com o objectivo de alcançar um acordo em 2007.

#### Comércio

A estratégia de Angola na liberalização do comércio é assegurar os alicerces para um crescimento económico sustentável e apoiar o programa de reforma contínuo. Contudo, as autoridades consideram a substituição de importações, pelo menos a curto e a médio prazo, como uma fase necessária para a promoção da reconstrução da sua agricultura e indústria. A pauta aduaneira é o instrumento principal da política comercial de Angola. Uma tarifa revista,

introduzida em Fevereiro de 2005, diminuiu a taxa máxima aplicada a 30%, com seis níveis que se estendem entre 2% e 30%. Angola tem um pacote simples de regras de origem para importações de todas as fontes. Contudo, as regras de origem são susceptíveis de tornar-se mais complexas quando Angola aplicar o protocolo de comércio da SADC, e com a conclusão dos Acordos de Parceria Económicos (APEs) com a UE. Angola está a tomar medidas para aplicar normas internacionais ou regionais (de SADC) sobre alguns produtos alimentares. A tabela 14 dos anexos fornece indicações básicas sobre os principais parceiros de comércio.

### **II.1.3 Situação Social**

Na ausência de um censo recente, estima-se que Angola tem uma população de cerca de 15 milhões de pessoas em 2005. A falta de conhecimento da distribuição geográfica da população é um constrangimento significativo para se elaborarem planos baseados nas necessidades das populações e na determinação de indicadores sociais precisos. A população está a crescer a um ritmo importante (3% anualmente) impulsionada por uma alta taxa de fertilidade (7 crianças por mulher, em média). Como consequência, quase metade da população total tem menos de 15 anos, o que provocará uma forte procura de serviços básicos de saúde e educação nos próximos anos. Apesar do rápido aumento da população e das modestas melhorias nos indicadores da saúde desde o fim do conflito, as taxas de mortalidade são ainda altas.

A guerra provocou uma grande concentração de população nas áreas urbanas e importantes movimentos de deslocados internos em direcção às zonas costeiras mais seguras. O processo de regresso dos deslocados internos e refugiados terminou no fim de 2005. Uma pesquisa levada a cabo pelo PAM em 2005 mostrou que 67% de agregados familiares em áreas rurais e peri-urbanas do Planalto estiveram deslocadas por um período médio de 6 anos, durante a duração do conflito. A reinstalação dos deslocados internos foi feita através da distribuição de alguns meios que tiveram um impacto directo na pobreza rural e vulnerabilidade. Não obstante o regresso de uma grande parte de deslocados internos para as suas áreas de origem, cerca de 50% da população deslocada permanece nas áreas urbanas.

O nível de saúde continua a ser motivo de preocupação, e os rácios de mortalidade em menores de cinco anos (250 por 1.000 nados vivos) e de mortalidade materna (1.400 por 100.000 nados vivos) continuam a estar entre os mais altos do mundo. Além disso o contexto epidemiológico é muito frágil como se pôde ver com a eclosão do surto de Marburg e reaparecimento do vírus da poliomielite selvagem em 2005. O progresso lento – não obstante um aumento significativo da afectação de recursos em saúde per capita (USD 71 per capita comparados com USD 42 na África sub-sahariana) – é em parte devido, à ausência de pessoal suficientemente qualificado, mecanismos de coordenação ineficientes entre os diferentes sectores do governo e com os doadores, e também à insuficiência administrativa. O Ministério da Saúde ainda não aprovou a política nacional e a estratégia a médio prazo que poderão trazer orientações para a integração dos programas verticais.

Embora as taxas de prevalência do vírus do HIV/SIDA estejam entre as mais baixas da região (2,8% em 2004), existe o risco de que elas aumentem rapidamente na medida em que a movimentação de pessoas também se intensifique. A este respeito, uma Comissão Nacional e um Instituto Nacional de luta contra o HIV/SIDA foram criados em 2004, embora estas instituições tenham ainda fraqueza s institucionais, em especial na implementação efectiva das actividades nas províncias e nos mecanismos de coordenação. Para enfrentar esta situação o Governo implementou desde 2005 um programa de reabilitação ou reconstrução permitindo que a cobertura sanitária actual seja de 295 centros de saúde e 1600 postos de saúde, e com a

construção de novos hospitais (9 hospitais centrais e 50 hospitais gerais. O número de médicos e enfermeiros aumentou (total actual de 1400 médicos e 35.500 enfermeiros), mas mesmo assim é considerado insuficiente. A evolução do sector da saúde permitiu constatar resultados mais positivos na cobertura de vacinação e melhor controlo da lepra embora ainda se registem taxas elevadas de mortalidade infantil (menores de 5 anos). Não obstante, a situação sobre a malária e as doenças respiratórias não melhorou. A população com acesso a serviços de saúde manteve-se em 30-40% em 2005 e a população com acesso a medicamentos aumentou de 25% para 30%.

A situação no sector de educação está a mudar positivamente: segundo informações disponíveis, a taxa bruta de inscrição no ensino primeiro em Angola foi de 92% em 1990, 62% em 1995 e 64% em 2000. As percentagens de matrículas aumentaram substancialmente desde 2003 com a contratação por parte do Governo de 71.000 professores e foram feitos esforços na construção de escolas primárias. Actualmente as percentagens de matrículas estão acima dos 100% o que reflecte o enorme número de crianças que foram excluídas anteriormente do sistema escolar. Porém, ainda existem sérias preocupações relativamente à qualidade do ensino, uma vez que uma parte dos professores não possui qualificações suficientes, estão irregularmente distribuídos, e livros e outro material pedagógico não existem em quantidades suficientes nas escolas. Como resultado, as taxas de reprovações continuam muito altas (apenas um terço das crianças completa a instrução primária e só 8% o fazem sem reprovação). Com base no Programa de Desenvolvimento dos serviços de educação, as autoridades conseguiram aumentar a partir de 2005 a oferta da educação, através de um número mais elevado de salas de ensino (mais de 190 escolas foram reabilitadas) e de mais pessoal pedagógico (incluindo professores). Esta situação permitiu aumentar a taxa de inscrição primária acima mencionada, passando o total a ser de 3,1 milhões de alunos. Em 2008, a projecção para o sector primário é de 3,8 milhões de alunos. Está previsto o aumento do número total de alunos do ensino primário, secundário e superior de 4,8 milhões (em 2005) para 6 milhões (em 2008).

O aumento importante das despesas públicas levou a um incremento das despesas dos sectores sociais (em termos absolutos), mas a afectação de recursos para a saúde (4,4% em 2006) e educação (3,8% em 2006) diminuíram relativamente, em termos de percentagem em 2004-06. Por sectores, os níveis de execução orçamental têm sido baixos – em parte devido à falta de capacidade de absorção – e tem havido um significativo desajuste na distribuição intra-sectorial de recursos em detrimento da saúde e educação primária. A alocação global a estes sectores aumentou moderadamente em 2007 (3,68% e 5,61% respectivamente).

Embora Angola seja signatária de vários acordos internacionais que promovem a igualdade do género existe fraca capacidade de implementação e há necessidade de instalar instrumentos efectivos de avaliação. Como resultado, será necessário ter em consideração uma certa falta de equidade relativa ao género, especialmente na educação secundária e universitária, ausência de mulheres entre os governadores das províncias, e o facto de que apenas 16% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres.

## **II.1.4 Situação Ambiental**

Angola possui inúmeros recursos naturais:

- Cerca de 35 dos 45 minerais mais comercializados no mundo encontram-se em Angola, o petróleo e os diamantes são as principais fontes de renda.
- Cerca de 13% dos solos estão extremamente ou muito degradados.

- A água é um dos principais recursos do país. Os recursos renováveis de água estão avaliados em 140 km<sup>3</sup>/ano, sendo um dos maiores contribuintes para as bacias dos rios internacionais (Zaire, Zambeze, Okavango, Cunene).
- Os recursos marinhos e o pescade são também importantes, contribuindo com 2 a 3% do PIB.
- Como consequência da diversidade de solos e clima, é grande a biodiversidade em Angola; estão registadas no país cerca de 5000 espécies de plantas, das quais 1260 são endémicas. A fauna é também muito rica. As florestas cobrem 43% da área total do país, 30% das quais têm uma categoria de produtividade de média a alta.

Porém, os 27 anos de guerra tiveram consequências directas nesses recursos:

- A exploração do petróleo gera pressão sobre e poluição dos recursos marinhos e dos mangais, podendo aumentar com a intensificação da sua produção. Em áreas de exploração mineira são utilizados químicos que poluem as águas e os solos. As águas subterrâneas são também muito exploradas.
- As minas anti-pessoal são um constrangimento para o uso das terras em todo o país.
- O sector agrícola recebe investimentos muito limitados no que toca a tecnologias melhoradas, mecanização, tracção animal e irrigação em pequena escala para assegurar a segurança alimentar das populações. Os camponeses pressionam os recursos naturais na busca de fontes adicionais de alimento.
- A gestão dos recursos haliêuticos marinhos é afectado pelo excessivo esforço de pesca, não cumprimento dos períodos de defenso e das áreas de pesca controlada e uma vigilância deficiente do sistema de pesca, constituem pressões sobre os recursos piscícolas. Um estudo completo sobre a situação dos recursos haliêuticos disponíveis deveria ser efectuada.
- As florestas estão ameaçadas pelo abate ilegal, processos de carbonização pouco eficazes e pressões agrícolas. A caça furtiva é também importante. Assim sendo, os habitats naturais e a biodiversidade estão ameaçados.
- Ao desenvolvimento urbano e peri-urbano, como consequência da guerra, provocou serviços inadequados às populações, como é o caso dos sistema de captação, tratamento e distribuição de água, e de recolha de resíduos sólidos o que resulta em consequências negativas sérias para a saúde pública. Enquanto que a pobreza pode ter influencia na degradação ambiental, um ambiente degradado pode conduzir a mais pobreza. Os mais pobres dependem de facto de recursos naturais e também são os mais vulneráveis no caso de desastres naturais.

O quadro jurídico foi recentemente actualizado e inclui princípios modernos de gestão ambiental sustentável. Ele prevê o relatório sobre o estado do ambiente (2006) bem como a preparação do plano nacional para o Ambiente, esperado em 2007. Não obstante, o sistema de informação ambiental é ainda fraco: instrumentos como as EIA (avaliação de impacto ambiental) ou SEM (sistemas de gestão ambiental) estão em vias de criação e deveriam ser estimulados. A capacidade institucional existente é fraca e a integração de preocupações ambientais nas políticas sectoriais e a cooperação interministerial está a desenvolver-se. A nível provincial a situação é semelhante.

Um programa nacional sobre o ambiente financiado pelo BAD foi realizado em Fevereiro de 2007. Seria importante que uma análise sobre o impacto potencial da mudança do clima fosse finalizada sobretudo porque se podem esperar consequências nos sectores das pescas, de agricultura e o habitat humano (as mudanças climáticas já tiveram impacto, com sérias e significativas consequências em África. As consequências vão aumentar no futuro e poderão

multiplicar as inundações e secas, ameaçar o estado dos solos, a biodiversidade, os recursos haliêuticos que já estão sob pressão em Angola. O aumento previsível do nível do mar afectará a zona costeira que é a sede de numerosas actividades. As mudanças climáticas são uma ameaça ao desenvolvimento e reduzem a probabilidade de alcançar os objectivos do milénio (MDG's). A adaptação às mudanças climáticas torna-se uma pré-condição do desenvolvimento duradouro).

Existe a necessidade urgente de se dar mais importância à gestão dos recursos naturais ambientais a nível da agenda do Governo, assim como na da comunidade de doadores, afim de se assegurar um desenvolvimento sustentável do país.

O perfil ambiental do país, actualizado entre Março e Maio de 2006, acrescenta pormenores acerca da situação existente e sugere uma série de medidas para a sua melhoria. A inclusão de indicadores ambientais na EPP é uma delas.

### **II.1.5. Angola no Contexto Internacional**

O aumento substancial da produção de petróleo e as necessidades internacionais de assegurar recursos de petróleo de áreas diferentes das do Médio Oriente está a modificar rapidamente a posição que Angola tem em negócios internacionais. Ao fim de 2006 Angola tornou-se membro da OPEP. As ligações com economias recentemente industrializadas (ERIs), especialmente na Ásia e América Latina, expandiram-se significativamente desde o advento de paz e são susceptíveis de tornar-se ainda mais próximas, pois esta relação fornece a Angola os recursos suficientes para o esforço de reconstrução e os ERIs asseguram fontes de energia para as suas indústrias em rápida expansão. A China é susceptível de manter a sua posição privilegiada nos próximos anos uma vez que se espera que novos empréstimos suportados pelo petróleo sejam aprovados. É provável que as relações com o Brasil se tornem ainda mais próximas, nomeadamente no sector agrário e da construção, uma vez que Angola procura modernizar o seu sector agrícola. As relações comerciais com os EUA e a UE são susceptíveis igualmente de se expandirem – eles estiveram tradicionalmente na origem das principais importações da Angola – embora a um ritmo mais baixo do que com os ERIs (com excepção de Portugal).

Angola está cada vez mais activa nas organizações regionais e a sua posição tem sido igualmente reforçada dado o tamanho da sua força militar e do facto de se ter tornado a terceira maior economia na África sub-sahariana. Em 2007, Angola foi eleita membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana e também Membro do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Angola acedeu formalmente ao protocolo de comércio da SADC em Março de 2003 e está a preparar actualmente uma programação para a sua aplicação. Neste sentido, o país poderá fazer progressos significativos no desmantelamento de barreiras comerciais, e alcançar a médio prazo a sua integração regional. O aumento de ligações comerciais e o fim de Apartheid estão a conduzir a uma melhoria geral das relações com a África do Sul, que se está a tornar cada vez mais importante como parceiro e fornecedor de bens e serviços. Espera-se que esta relação se desenvolva ainda mais nos próximos anos.

Alguns membros de SADC (Angola, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Moçambique, Suazilândia e Tanzânia) concordaram em negociar um Acordo de Parceria Económica (APE) com a UE; recentemente a África do Sul também pediu a sua integração para negociar o APE, o que foi aceite pela UE. É um processo complexo e difícil que está em curso. Existe a União Aduaneira da África Austral (SACU) da qual Angola não faz parte, e a África do Sul, seu

líder, tem um acordo de comércio livre com a UE. Dado o facto de que Angola como país menos desenvolvido (PMD) não ter de aplicar o princípio da reciprocidade em negociações futuras com a UE, tende a assumir, em particular, a componente de acesso ao mercado global do APE com algumas reservas.

Angola tornou-se igualmente membro de pleno direito da CEEAC em 1999 e ligações políticas são susceptíveis a ser reforçadas com os seus membros uma vez que vários deles se tornaram recentemente produtores significativos de petróleo. Além disso no passado Angola desempenhou um papel chave no apoio militar a alguns regimes, por exemplo na RDC e no Congo-Brazzaville. Angola continuará a procurar estabilidade na região dos Grandes Lagos afim de proteger as suas fronteiras e evitar fontes regionais de instabilidade interna.

Angola é um membro fundador de CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e recentemente tem vindo a reactivar estas relações políticas principalmente com Portugal e Brasil.

## ***II.2 ANALISE DA REDUÇÃO DA POBREZA***

Desde o fim da guerra houve progressos para se conseguirem atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), mas os desafios continuam. Os serviços públicos básicos continuam deficientes como está reflectido pelos indicadores sociais fracos e muito mais esforços têm de ser desenvolvidos no sentido de se atingirem os ODM em 2015. No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2005, Angola situa-se em 160º lugar, num total de 177 países, uma posição melhor que a de alguns países vizinhos como a RDC, que tem, rendimentos per capita muito mais reduzidos. Os dados sobre indicadores de pobreza continuam a ser muito escassos, mas de acordo com um inquérito nacional a agregados familiares realizado em 2000, 68% da população vive abaixo do nível de pobreza. As taxas de pobreza são mais altas na parte este e central do país do que nas regiões costeiras. Mesmo esperando-se que com a paz e as altas taxas de crescimento económicas vividas nos anos recentes, se tenham verificado um impacto positivo na redução da pobreza, os efeitos da redistribuição têm sido provavelmente limitados uma vez que os sectores de capital intensivo têm crescido mais rapidamente que os outros sectores que empregam uma maior proporção de população.

É assumido que a incidência da pobreza é maior em áreas rurais que nas cidades (94% contra 57% em 2000). O rápido processo de urbanização provocado pela guerra conduziu à pobreza urbana. O principal determinante da pobreza urbana e da vulnerabilidade é o acesso ao emprego. Contudo, a oportunidade de emprego é bastante limitada dado que a maioria dos investimentos estão concentrados em sectores de capital intensivo e a maior parte das pessoas está ligada ao sector informal, sobretudo no pequeno comércio, que permite adquirir algum tipo de rendimento.

A falta de acesso a mercados devido ao estado degradado da rede de estradas, a insuficiência de serviços agrícolas, e o baixo nível de investimentos públicos e privados no sector agrícola, contribuíram para a pobreza rural. Esta situação tem como consequência os baixos níveis de produção para pequenos proprietários de onde resulta uma baixa produtividade e uma alta vulnerabilidade a catástrofes climáticas. Não obstante, se constata um crescimento do sector, que tem permitido o acesso dos produtos agrícolas a zonas urbanas. O uso de recursos naturais renováveis (água, floresta, biodiversidade) é uma estratégia chave para a sobrevivência em zonas rurais. Assegurar a gestão sustentável destes recursos é fundamental para a erradicação da pobreza rural.

Os principais grupos vulneráveis são os que não têm acesso a recursos produtivos ou a redes de apoio e subsistência eficazes. Entre eles destacam-se os soldados desmobilizados, agregados familiares sob responsabilidade de mulheres, os deficientes, os idosos e as crianças órfãs. O governo introduziu recentemente alguns mecanismos de apoio dirigidos a estes grupos, embora os maiores esforços estejam dirigidos para os soldados desmobilizados. O MINARS ainda está focalizado principalmente na reinserção social, e deveria, além do seus programas de desmobilização e reinserção, desenvolver uma política de acção social global que reforçasse o acesso a serviços sociais básicos não apenas para grupos vulneráveis específicos mas também para famílias de baixa renda.

### ***II.3 AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA***

O Governo de Angola produziu uma agenda de desenvolvimento estruturada a qual se articula numa série de documentos interrelacionados e que, em conjunto, proporcionam uma visão de médio a uma visão de longo prazo.

#### NEPAD

Angola sempre foi um membro activo da União Africana e é um dos países africanos cujas políticas reflectem, ao nível nacional, a filosofia do NEPAD: para África resolver os seus próprios problemas. Institucionalmente, o Ministério do Planeamento tem conduzido as negociações com o NEPAD. Em Fevereiro de 2004 Angola aderiu formalmente ao Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAEP) do NEPAD. Com vista a preparar esta monitoria, o Governo de Angola criou um grupo, de nível ministerial, para preparar o caminho para a realização do MAEP.

#### Política Regional dentro da SADC

Na sequência das iniciativas globais e continentais, a SADC respondeu com o Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico (RISDP) que considera como prioridade máxima a erradicação da pobreza visando promover o crescimento sustentável e equitativo da economia e o desenvolvimento socio-económico.

O aprofundamento da integração regional para aproveitar as vantagens comparativas de Angola dentro da SADC é a chave para o desenvolvimento de Angola. Nos últimos anos desde o fim da guerra Angola tem-se tornado num membro activo da SADC. O Governo de Angola vê a SADC como o mercado que Angola não tem, e deseja posicionar-se fortemente dentro da região a fim de poder aceder e explorar as suas oportunidades. O Governo de Angola almeja usufruir do mercado mais alargado para introduzir os seus produtos e beneficiar das economias de escala, vê a SADC como um ponto de entrada para diversificar a economia baseada no petróleo de Angola, sendo grande a procura da SADC para certos produtos, tais como os petroquímicos.

Angola aceitou o Protocolo do Comércio da SADC e neste sentido tem feito progressos para a sua integração. Ser membro da SADC requer que sejam feitas certas reformas, algumas das quais já foram implementadas em Angola. Uma delas é a reforma das alfândegas: uma tarifa revista, o instrumento principal da política comercial, foi introduzida em Fevereiro de 2005. Outras reformas deverão ser feitas. O objectivo destas reformas é de preparar a construção de um “mercado comum SADC”. Os 14 membros da SADC (Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Africa do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Maurícias, Seicheles, Malawi, Zâmbia, Zimbabué e DRC) prevêem estabelecer um acordo de comércio livre (FTA) em

2008 e uma união aduaneira em 2010, um mercado comum completo em 2015 e uma união monetária em 2016.

### Estratégia de Combate à Pobreza

A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) em Angola focaliza-se na reconstrução e reabilitação do país. Este último cobre o período 2003-07 (embora tenha sido aprovado somente em Janeiro de 2004) sendo que o custo total da sua implementação tenha sido calculado cerca de 3 biliões. A maioria destes custos está a ser coberta pelo Orçamento Geral do Estado, e prevê-se também o apoio de assistência externa.

O ECP identifica dez áreas de intervenção prioritária, nomeadamente: (i) a reinserção social; (ii) a segurança e protecção civil; (iii) a segurança alimentar e desenvolvimento rural; (iv) o VIH/SIDA; (v) a educação; (vi) a saúde (vii) as infra-estruturas básicas; (viii) o emprego e formação profissional; (ix) a governação; e (x) a gestão macroeconómica.

O ECP foi publicado em Junho 2004, e esteve em constante processo de revisão desde 2003. A sua versão final definiu indicadores e um plano de acção para a monitoria e avaliação do programa. Este programa será implementado com um apoio da CE ao Governo. Apesar de ser o documento de orientação global, o ECP é importante como base para os planos de acção do Governo, tais como, os programas bianuais. É provável que o ECP seja prorrogado até final de 2008 no curto prazo.

### Programa Geral do Governo (PGG) 2007/08

As políticas de Angola são orientadas por planos bienais. O anterior Programa Geral do Governo (PGG) 2005-06 foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2004, e em Dezembro de 2006 foi prorrogado até 2008. Embora esse programa incluía componentes para a melhoria das condições sociais estipuladas no ECP, o mesmo enfatiza a necessidade de reactivação dos sectores produtivos da economia. O Programa de Investimentos Públicos, anexo ao PGG 2005-06, reflecte claramente a importância relativa que é atribuída aos incentivos do crescimento económico através da reabilitação de infra-estruturas consideradas críticas. Este é o plano que actualmente guia as políticas em Angola e está claramente ligado ao orçamento. O programa bianual apresenta rapidamente o diagnóstico do período 2005-2006 e menciona os objectivos macroeconómicos principais para 2007 e 2008 (veja anexo 1A: “macroeconomic indicator projection of the government”). O programa bianual faz um resumo dos objectivos gerais e específicos do Governo. Inclui o restabelecimento da administração do Estado, desenvolvimento dos recursos humanos e consolidação do processo democrático. Adicionalmente, o programa bianual define para os dois próximos anos um certo numero de objectivos a serem atingidos nos seguintes programas: a) desenvolvimento de actividades económicas, b) melhoria dos serviços sociais, c) assistência social, d) reformas administrativas e capacidades institucionais, e) urbanismo, alojamento, e ambiente, f) sistema financeiro.

### Plano de Médio Prazo e Visão 2025 (em processo de finalização)

Governo esta a elaborar um plano de médio prazo de 2009-2013. O plano de médio prazo ajudará a consolidar as condições económicas necessárias para que o sector privado possa desenvolver-se e o bem-estar social das populações seja melhorado. É provável que as seis orientações principais do actual PGG sejam repetidas no plano de médio prazo, já que são objectivos de médio prazo.

Finalmente, o Governo está a trabalhar – com a participação dos principais partidos políticos e a sociedade civil - numa estratégia de longo prazo, a Visão 2025 que delinea as amplas

reformas que deverão ser implementadas em Angola nas próximas duas décadas, inclui reformas globais (na sua maioria macroeconómicas), reformas sectoriais (elaborando as estratégias dos diferentes sectores) e uma inovação chamada “matriz de reformas” que visa resolver vários assuntos chave tais como a pobreza, a fome e o capital humano, como uma combinação de políticas que precisam de ser implementadas sob responsabilidade de diferentes ministérios. O Governo traçou objectivos para diferentes tipos de reforma e indicadores mais importantes até 2025.

#### ***II.4 VIABILIDADE DAS POLÍTICAS E DESAFIOS A MÉDIO PRAZO***

Desde o fim da guerra, as políticas de desenvolvimento nacional têm-se concentrado na reabilitação das infra-estruturas económicas e sociais mais importantes. Embora a reabilitação das infra-estruturas seja crucial para a redução eficaz da pobreza, o crescimento em benefício dos pobres e a prestação de serviços sociais básicos exigem igualmente esforços, a longo prazo, em termos de melhoramento da capacidade dos recursos humanos e da concessão de meios de produção para os pobres. Isto é necessariamente um desafio maior e merece uma atenção reforçada das autoridades.

O impulso para acelerar o processo de descentralização pode ter um impacto significativo em atingir os ODMs. Contudo, as debilidades institucionais e legislação apropriada contribuem para que os recursos nem sempre chegam aos organismos responsáveis pelo fornecimento dos serviços, nomeadamente em áreas rurais. Uma distribuição desigual dos funcionários especializados do sector público impede a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Um desafio importante para Angola é como assegurar que os seus recursos naturais estejam a criar uma economia que seja, a longo prazo, diversificada e sustentável. A abundância de recursos leva frequentemente a uma maior desigualdade de rendimento, dado que a indústria petrolífera é caracterizada pela sua natureza de “enclave”, com poucas ligações – a curto prazo – à economia. Como consequência, deve-se considerar que a produção e a exportação dos recursos naturais deveria permitir uma verdadeira distribuição da riqueza e a redução da pobreza. Quanto mais pacífico e socialmente estável o país tornar-se mais rápido será o crescimento da economia não petrolífera. Melhorar o nível de vida e promover o emprego condigno para todos, são os caminhos mais certos para a paz do pós conflito. O desafio do Governo é o de utilizar os rendimentos do petróleo para promover os sectores produtivos não petrolíferos. Consequentemente, o Governo procura realizar reformas económicas e sociais importantes para encorajar o crescimento do sector privado e de projectos de infra-estruturas criadoras de empregos. Por isso, o GdA precisará de continuar a implementar reformas económicas e sociais importantes.

### **CAPITULO III: PANORÂMICA DA COOPERAÇÃO CE PASSADA E PRESENTE**

#### ***III.1 PANORÂMICA DA COOPERAÇÃO DA CE (LIÇÕES APRENDIDAS)***

A atribuição indicativa do 9º FED para Angola foi de €117 milhões (Envelope ‘A’) e de €29 milhões (Envelope ‘B’). Disponibilizou-se também um montante de €64 milhões de FEDs anteriores, para serem utilizados de acordo com a estratégia da CE para Angola. No início do 9º FED as necessidades humanitárias e de reconstrução foram as principais características da situação pós-guerra em Angola. O DEP e o PIN ao abrigo do 9º FED assinado em Janeiro de

2003 tomaram em devida conta estas necessidades e formaram a base da cooperação para 2002-2007.

A ligação entre a ajuda de emergência, reabilitação e desenvolvimento (Linking relief, rehabilitation and development = LRRD) foi a estratégia principal da cooperação da CE com Angola neste período. Ao abrigo da abordagem de LRRD, cuja estratégia incide em providenciar ajuda de emergência, melhoramento da situação humanitária em Angola e redução da pobreza, os programas da CE foram direccionados para dois sectores focais: segurança alimentar e sectores sociais (saúde e educação). No entanto, com a estabilização do país e o aumento substancial das suas próprias receitas, os programas da CE tornaram-se mais concentrados no reforço das capacidades e das instituições do Governo.

Foi elaborado um quadro de intervenção no MTR. Contudo, é um fenómeno comum em todos os sectores a inexistência de dados e, quando existem, são quase sempre pouco fiáveis. As atribuições de verbas orçamentais nem sempre correspondem à sua execução, embora, uma vez mais, sejam escassas as informações e os indicadores de resultados não sejam ainda monitorizáveis.

As principais lições aprendidas durante este período são analisadas nas secções abaixo. Os que se aplicam a todos os sectores são:

- **A importância da apropriação.** Os projectos mais bem sucedidos são os que estão integrados nos processos do GdA e os que são elaborados conjuntamente com o GdA. Isto significa manter um diálogo contínuo e assegurar um processo de aprendizagem comum entre a CE e GdA através da difusão conjunta de resultados.
- **Reforço das ligações entre o centro, províncias e municípios.** O Anexo X mostra um diagrama de como as actividades a nível municipal deverão ser complementadas com reformas a nível central para assegurar que as mudanças institucionais atinjam o beneficiário final. A apropriação deve igualmente ser realçada a nível municipal.
- **A importância do reforço das capacidades** em todos os sectores. Esta é uma questão levantada de forma sistemática por todos os sectores e a todos os níveis de intervenção. Do mesmo modo, a importância dos indicadores e sistemas de informação é destacada em todos os projectos da CE. Uma lição chave é que a CE deve assegurar uma abordagem comum e estratégica através dos sectores.

### III.1.1 Sectores Focais

#### Segurança Alimentar

Foram implementadas intervenções ligadas à segurança alimentar e desenvolvimento rural através da abordagem LRRD. Isto permitiu articular os objectivos dos programas, nomeadamente alívio, reabilitação e desenvolvimento, com uma tendência clara entre 2002 e 2005 para deslocar projectos e programas da reabilitação e do alívio para o desenvolvimento. O uso complementar de instrumentos existentes, nomeadamente o FED e a linha orçamental de Segurança Alimentar é também um ponto fundamental para a implementação da nossa estratégia de LRRD. Se por um lado os projectos FED incluem dentro do mesmo projecto componentes de reabilitação física, apoio institucional e desenvolvimento numa abordagem piloto, a linha orçamental de Segurança Alimentar com o seu ciclo anual de programação, tem sido usada para mudar gradual mas rapidamente projectos de ajuda alimentar e de distribuição de sementes e utensílios agrícolas (2002-2004) para projectos de desenvolvimento agrícola (2005-2006). Finalmente, o apoio aos parceiros mais adaptados foi o último elemento fundamental da nossa estratégia. Isto inclui o apoio a Ministérios técnicos e seus escritórios

locais, ONGs internacionais especializadas ou inovadoras, ONGs nacionais, ou departamentos específicos das Nações Unidas ou do Banco Mundial. Uma vez mais, o valor acrescentado de cada parceiro é sempre avaliado em relação à actividade esperada: desde agências das NU e ONGs como operadores principais durante o período de emergência, ao apoio institucional às instituições governamentais (MINADER, CNIDAH, administrações locais e províncias) quando os objectivos estão mais ligados ao desenvolvimento.

Entre 2002 e 2005, o objectivo principal da nossa cooperação tanto em termos gerais como dentro do sector focal de segurança alimentar e desenvolvimento rural foi o apoio ao processo de paz e a resposta à crise humanitária que era realmente aguda nas áreas rurais onde os refugiados, populações deslocadas e ex-militares estavam a tentar reconstruir as suas vidas. O objectivo específico das intervenções dentro deste sector focal era reduzir a pobreza rural e alcançar segurança alimentar para essas populações rurais.

As principais intervenções financiadas pela CE para alcançar esses objectivos focalizados em vários temas complementares, os quais contribuíram todos para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. É de salientar que a saúde e a educação nas zonas rurais, que fazem parte do conceito mais amplo de segurança alimentar, são apoiadas como parte de uma política nacional (ver outros sectores). O anexo 12 apresenta com mais detalhes a lógica destas intervenções, que podem ser resumidos da seguinte maneira:

- Acesso através de intervenções na desminagem de pontes e reabilitação de estradas (cf a desminagem e componentes de pontes do PEAPP (*Programa de emergência em apoio ao processo de paz*) de €30 milhões e o PERDRP (*Programa de emergência para o reassentamento das populações deslocadas e refugiadas*) financiados através do 9º FED, envelope B, de €26 milhões. O acesso parecia ser um dos principais constrangimentos para melhorar a situação de segurança alimentar em áreas rurais, com um claro impacto positivo na produção agrícola e comercialização nas áreas visadas.
- Reabilitação de infra-estruturas sociais e produtivas nas áreas rurais com o PAR (*Programa de Apoio à Reconstrução*); o FAS (*Fundo de Apoio Social*) financiado com €45 milhões do 9º FED através de um Fundo administrado pelo Banco Mundial o qual implementa dois componentes: uma componente principal de desenvolvimento comunitário (construção de infra-estruturas comunitárias) e um componente piloto de desenvolvimento municipal (planeamento participativo a nível municipal); o PMR (*Programa de Micro-Realizações*) financiado através do 8º FED entre 2002 e 2006 com €7,4 milhões para a reabilitação das infra-estruturas rurais e sociais produtivas
- Suporte à reintegração social e económica de ex-militares e grupos vulneráveis com o financiamento através do 9º FED da componente de grupos vulneráveis do ADRP (fundo de €13,4 milhões administrado pelo Banco Mundial) e com uma componente para apoiar a reinserção de crianças e adolescentes afectados pela guerra (€1,5 milhões com a UNICEF); o PGE (*Programa de Geração de Emprego*) €3,5 milhões a serem financiados entre 2006 e 2009 através do 9º FED.
- Desenvolvimento Agrícola com projectos de ONGs financiados através da linha orçamental de Segurança Alimentar entre 2005 e 2008 (€9,6 milhões para 8 projectos de ONGs nas províncias de Benguela e Huíla) que pretendem melhorar as rendas dos pequenos agricultores através da extensão, aumento e diversificação da produção agrícola, comercialização, suporte ao gado e às associações comunitárias. O PRSA (*Programa de relançamento da segurança alimentar*) financiado através da linha orçamental de Segurança Alimentar através de €10 milhões entre 2006 e 2009 irá

apoiar (i) o quadro institucional a nível provincial e central, particularmente em questões de extensão, (ii) questões de terra e (iii) o desenvolvimento do sector privado de comércio agrícola.

A CE é o principal doador de ajuda alimentar e intervenções de desenvolvimento rural com mais de 30% do total das doações neste sector em 2005. O segundo doador mais importante é o Banco Mundial com cerca de 20% das contribuições totais, e a USAID com 12% mas com uma clara saída estratégica do sector rural. Os mecanismos de coordenação com o Banco Mundial melhoraram bastante. A CE está a financiar dois fundos através do 9<sup>o</sup> FED no sector rural: um com €45 milhões para o projecto FAS (reabilitação de infra-estruturas básicas nas áreas rurais) e outro com €16,4 milhões para apoiar a componente de grupos vulneráveis do ADRP (reintegração de ex-militares em áreas rurais, principalmente em actividades agrícolas). Em termos de coordenação de doadores, se o diagnóstico da situação e as prioridades para reduzir a pobreza rural e aumentar a segurança alimentar são claramente compartilhadas entre os principais doadores, ainda falta a liderança do MINADER na coordenação das diferentes intervenções.

Para alcançar os seus principais objectivos, a nossa estratégia tem sido bem sucedida. A situação do país está claramente estabilizada. Nos últimos 3 anos, a distribuição de ajuda alimentar diminuiu substancialmente. O apoio da CE ao PAM terminou em 2005, e a ECHO fechou o seu escritório. Para as comunidades que tiveram acesso às contribuições, o processo de recuperação foi relativamente mais rápido comparado com os de outros países saídos de um conflito. Após 2 ou 3 colheitas agrícolas, a maioria das comunidades foi capaz de recuperar actividades agrícolas sem a distribuição de novas sementes e utensílios agrícolas. O acesso melhorou significativamente com a redução do impacto de minas (de 4210 áreas suspeitas de terem minas em 2000 a 2650 em 2006). Mas a vulnerabilidade, provocada em particular pela seca que ocorre no sul do país mantém-se alta. Os activos dos pequenos agricultores mantêm-se limitados (a maior parte dos animais foram mortos ou perdidos durante a guerra) e o processo de capitalização continua num estágio inicial. Esta questão continua a ser um importante constrangimento para o desenvolvimento da segurança alimentar nas áreas rurais. A nível do país a produção agrícola aumentou significativamente (a produção de cereais aumentou de 711.000 para 881.000 toneladas e a produção de mandioca de 6,5 para 8,5 milhões de toneladas entre 2002 e 2005). Durante os primeiros dois anos após o fim do conflito, o PEAP e as intervenções financiadas através da linha orçamental de segurança alimentar foram instrumentos determinantes na estabilização da situação em áreas rurais e depois no Processo de paz no país.

Durante os últimos dois anos, a nossa estratégia mudou claramente de questões de emergência para desenvolvimento, integrando as nossas intervenções num diálogo político estruturado com os ministérios chave, usando uma abordagem dos projectos de uma maneira coordenada e compreensiva, focalizada em áreas específicas onde o nosso apoio pudesse ter um efeito de impulso. Dada a situação em Angola, onde o estado tem recursos financeiros, o apoio ao governo é agora preferencialmente através de acções piloto, trabalhando em questões complexas e aumentando as capacidades para ganhar experiências de projectos-piloto de nível local, através de uma abordagem de aprendizagem tipo base-topo e assim alimentar estratégias e ajuda na designação e implementação de programas que satisfaçam as expectativas a nível local e central.

O PRSA (€10 milhões, 2005-2008) e o programa do PAPEFSA, Projecto de Apoio ao Sector Pecuário Familiar no Sul de Angola (€10 milhões), a ser implementado desde 2007 a 2010 financiados pela linha orçamental de Segurança Alimentar são boas ilustrações destes

princípios. O PRSA é visto pelo MINADER como uma componente piloto do Programa nacional (PERDRP) e como tal, uma contribuição fundamental para apoiar a elaboração da estratégia do governo para a redução da pobreza rural.

### **Sectores Sociais**

As intervenções financiadas com fundos da União Europeia nos sectores sociais concretizaram a abordagem de LRRD. Desde o fim do conflito civil, até 2004, o foco consistiu em apoiar o grande número de deslocados internos e refugiados que decidiram regressar às suas áreas de origem. Houve também um esforço consciente em fazer ligações estreitas com as intervenções financiadas pela ECHO a fim de se conseguir desenvolver maiores sinergias e assegurar uma ligação mais forte entre a emergência e a reabilitação. As agências das NU e as ONGs internacionais jogaram um papel crucial como implementadoras dos programas devido à insuficiente presença do governo em algumas áreas. Foi dado maior ênfase à prestação directa dos serviços médicos à população vulnerável, incluindo a distribuição de recursos críticos com os medicamentos essenciais.

Depois de 2004, os programas direccionaram-se para a reabilitação e o desenvolvimento. A maioria dos novos programas foi implementada através das estruturas do Governo com o objectivo de reforçar a capacidade das instituições nacionais em fornecer serviços básicos de qualidade num contexto de descentralização administrativa. Além disso, os projectos multi-sectoriais que seguiram uma abordagem de desenvolvimento comunitário continuaram a prestar um apoio à reabilitação de infra-estruturas sociais em estado crítico, principalmente nas zonas rurais.

No programa indicativo nacional para o 9º FED foram atribuídos entre €74 milhões a €90 milhões para os sectores sociais, mas somente foram comprometidos €61 milhões devido principalmente aos programas de saúde financiados com os fundos do 8º FED (€55 milhões) cujas convenções de financiamento expiram só em 2007, limitando desse modo a capacidade de absorção para novos financiamentos. No total €117 milhões foram atribuídos aos sectores sociais entre 2002 a 2007 com recursos dos 7º, 8º e 9º FED. O Anexo X inclui uma lista de todos os programas apoiados com fundos da Comissão Europeia durante aquele período.

### **Saúde**

As reformas no sector da saúde em Angola foram mais lentas do que inicialmente previsto devido principalmente aos limitados recursos humanos e às fracas capacidades institucionais do Ministério de Saúde. Apesar do processo de elaboração da política nacional de saúde em curso, o sector continua a necessitar de uma estratégia de médio prazo baseada em serviços de saúde primários devidamente orçamentados. As reformas para implementar a compra agrupada de medicamentos, registam atrasos, mas houve um desenvolvimento substancial na elaboração de uma política de financiamento do sector e na aprovação de regulamento de uso racional de medicamentos e do sangue. Entre 4 e 5% do OGE foi atribuído ao sector da saúde, abaixo dos 10% previstos, devido em parte, a insuficiente capacidade de absorção e às fraquezas institucionais.

As intervenções na área da saúde foram estruturadas em base em cinco eixos principais:

- Apoio directo a provisão de serviços de saúde básicos. Estas intervenções tiveram como alvo principal aquelas áreas de difícil acesso e incluíram o fornecimento de recursos essenciais tais como medicamentos essenciais e vacinas.

- Apoio aos grupos vulneráveis em especial deficientes físicos. A Comissão Europeia foi o principal parceiro do Programa Nacional de Reabilitação Física.
- Formação do pessoal do sector da saúde. Foi incluído em todos os programas uma importante componente de formação a fim de apoiar o desenvolvimento de capacidades do pessoal não qualificado. A formação no local de trabalho foi favorecida de modo a evitar perturbações na prestação dos serviços. Além disso, a formação de formadores foi apoiada através de um programa regional.
- Construção e Reabilitação de postos e centros de saúde, com o advento da paz foram priorizadas as sedes municipais e as áreas rurais.
- Apoio às reformas institucionais, assistência técnica especializada prestou apoio em cinco áreas chaves: elaboração da estratégia do sector a médio prazo, melhoria da regulamentação de medicamentos, definição de uma política segura de sangue, melhorias na capacidade de planificar e orçamentar num contexto descentralizado, definição de uma política nacional de financiamento do sector.

Embora verifique ainda no sector a falta de um sistema de informação de confiança para monitorar o impacto das intervenções, as concretizações principais incluem a prestação directa de serviços de saúde, incluindo medicamentos essenciais, a cerca de 1 milhão de beneficiários; reabilitação/construção de cerca de 60 postos de saúde (excluindo os do FAS); formação do pessoal da saúde em cerca de 30 municipalidades; apoio à implementação de reformas significativas incluindo a política de financiamento do sector; e à revisão do plano de desenvolvimento dos recursos humanos.

### Educação

Apesar de alguns atrasos, o governo tem implementado consistentemente a Reforma da Educação aprovada em 2001. O acesso à educação expandiu-se significativamente com o recrutamento de mais de 71.000 novos professores entre 2003 e 2006. No entanto, registaram-se enormes variações nas atribuições do OGE ao sector de educação: de cerca de 10% em 2004 para menos de 4% em 2006. Ao mesmo tempo a tendência da percentagem crescente de recursos públicos atribuídos à instrução primária registados em 2000 foi invertida com a importância que se deu ao ensino técnico profissional no plano geral do governo 2005-2007, particularmente pela construção de novas escolas técnicas.

Os programas da Comissão Europeia apoiaram os seguintes tipos de intervenções:

- Formação contínua do pessoal do sector da educação A formação no local de trabalho esteve primeiramente focalizada nos professores, mas desde 2006, abrangeu outras categorias (gestores, supervisores e directores)
- Construção/reabilitação de escolas através de programas multi-sectoriais baseados numa abordagem de desenvolvimento comunitário
- Apoio ao ensino técnico-profissional
- Apoio às reformas institucionais. Estas actividades que tiveram início em 2006 visaram: tornar a despesa pública mais eficiente através duma melhoria na fase de planificação e orçamentação; melhoria da avaliação pedagógica e elaboração do plano de desenvolvimento de recursos humanos.

As realizações principais destas intervenções contribuíram para certificar academicamente cerca de 10.000 professores do ensino primário; aumentar o acesso ao ensino primário através da construção de cerca de 100 escolas até 2006 e a instalar e equipar 18 centros provinciais para formação contínua de professores.

### **III.1.2 Projectos e Programas Fora dos Sectores Focais**

#### **Governança**

A governança no 9º FED foi tratada como uma “questão transversal focal” com acções específicas em várias áreas para promover a democracia e os direitos humanos, a reforma da gestão das finanças públicas, a reforma do sector da justiça e da administração pública. Estas acções são os seguintes:

1. O programa de reforma da justiça foi adiado e o programa de reforma da administração pública não foi realizado, em parte, devido à decisão do governo de tratar questões sensíveis de soberania e também devido à falta de clareza e acordo quanto ao conteúdo e estrutura destes programas. Por outro lado, as intervenções com a sociedade civil tiveram bastante êxito. A Delegação da CE adquiriu tanto um conhecimento interno importante, como contactos com uma variedade de organizações da sociedade civil e começou a desempenhar um papel construtivo no reforço das suas capacidades.

2. O PAR e o FAS contribuíram significativamente para o aumento da experiência em governança local a nível municipal. Há um movimento para institucionalizar a participação comunitária na qual o diálogo é entre o cidadão e o estado, em vez de ser entre o cidadão e os doadores. Tal “institucionalização da participação” gradual, o início da responsabilidade “para baixo” a nível local e um aumento gradual concomitante de capacidades a nível local foram contribuições valiosas neste campo. O êxito não deverá ser exagerado, mas houve progresso significativo no debate político sobre descentralização em Angola desde 2002 e a CE contribuiu para isso.

3. O programa de Reforço do Processo de Planificação e Orçamentação que introduz algumas mudanças técnicas positivas, é um instrumento para promover os objectivos de governança do GdA de melhorar a gestão das finanças públicas. O trabalho com o Instituto Nacional de Estatística teve impacto em termos técnicos mediante o desenvolvimento do índice de preços ao consumidor em 6 províncias, completando um recenseamento empresarial e financiando um inquérito de bem-estar (QUIBB). É necessário assegurar que intervenção no Ministério do Planeamento permite a elaboração dos planos de desenvolvimento do governo, com impacto na boa governança.

A governança como questão transversal é descrita nas outras secções. Houve intervenções significativas na área da educação, saúde e agricultura, embora, não houvesse um quadro comum para estas intervenções e não foram suficientemente relacionadas com as reformas nas áreas mencionadas anteriormente. O impacto da governança em educação e em saúde gira à volta da transferência de responsabilidades e recursos a vários níveis de hierarquia institucional para que os objectivos de governança sejam alcançados.

#### **Actores Não Estatais (ANE)**

Na lógica de transição da emergência para o desenvolvimento, o papel da sociedade civil se levanta cada vez mais. Afim de compreender melhor a situação dos ANEs em Angola foi realizado um *mapping study* em 2005. A análise permitiu a participação dos ANEs no processo de desenvolvimento, assim como a identificação dum programa específico de Apoio aos Actores Não Estatais (principalmente às redes e os grupos intermediários). O objectivo principal deste programa é promover a participação dos ANEs no processo de transição e de

desenvolvimento em Angola no âmbito da luta contra a pobreza e da boa governação. Os objectivos específicos incluem: o reforço das capacidades; o melhoramento do acesso aos circuitos de informação e a promoção do diálogo social e político com as autoridades locais e nacionais.

### **Água e Saneamento Básico**

O sector de águas foi um importante sector não focal durante o período 2002-2007 e cerca de € 40 milhões foram comprometidos em programas de água e saneamento. A maioria dos fundos foi atribuída à melhoria dos sistemas de distribuição de água nas áreas peri-urbanas de Luanda e da cidade do Tombwa. Além disso, pequenas cidades e as áreas rurais nas províncias de Moxico, Kuando Kubango, Lunda Sul, Malanje, Kwanza Norte e Sul, Uíge, Huíla e Huambo beneficiaram de intervenções que incrementaram o acesso a água potável em áreas com um grande número de populações deslocadas. Embora a ênfase da maioria das intervenções fosse a reabilitação de infra-estruturas e a construção de furos, a partir de 2005 os programas incluíram intervenções de apoio institucional tais como: apoio técnico às instituições ligadas à água ao nível central e provincial; melhorias nos serviços comerciais da EPAL, instalação de empresas públicas de água e melhoramento do sistema de informação (em parceria com a UNICEF).

Estima-se que 450.000 pessoas tenham tido acesso a uma fonte de água melhorada através da reabilitação de 26 sistemas de abastecimento de água em sedes municipais/comunais e aldeias maiores, e da construção de 285 chafarizes em áreas rurais. O programa de água de Luanda espera fornecer água potável a 1 milhão de pessoas antes de 2008 tendo a EPAL já duplicado as suas receitas mensais.

### **Transporte**

Programas multi-sectoriais financiaram intervenções no sector dos transportes por um valor de €18 milhões durante o período 2002-2005 o que contribuiu para a reabilitação de 300 km de estradas secundárias e terciárias nas províncias da Huíla e Huambo e à construção de 20 pontes metálicas, que permitiram o acesso a áreas remotas nas províncias do Zaire, Moxico e do Bié. A reabilitação da estrada Namibe – Lubango foi concluída em 2003 (€12,5 milhões). A reabilitação de troços da estrada Lubango – Ondjiva espera-se que se inicie ao final de 2007 (orçamento estimado em €25 milhões).

#### **III.1.3 Utilização do Envelope B**

Os € 29 milhões para o Envelope B foram totalmente utilizados. 2,2 milhões foi a contribuição para a Facilidade de Paz, € 0,8 milhão para a ECHO e € 26 milhões para o Programa de Emergência para o apoio ao reassentamento das populações refugiadas e deslocadas, entre 2004 e 2006. O programa de desminagem pretendeu resolver o problema de acesso às áreas rurais com uma componente principal de desminagem humanitária através das ONGs (€ 15 milhões), componente de pontes e reabilitação de estradas (€ 6 milhões) mas também, como qualquer outro programa com uma componente de apoio institucional para o CNIDAH. Este programa é uma contribuição fundamental para a problemática do sector focal de segurança alimentar e como tal é parte da estratégia implementada dentro deste sector focal. Uma adenda ao acordo de financiamento foi acordada em 2006 para aumentar (+2 anos) e para reforçar este programa (+ € 5 milhões através dos fundos remanescentes do 9º FED) por causa do seu papel fundamental no desenvolvimento rural. Contractos e adendas a contractos existentes foram preparados no final de 2006.

### III.1.4 Outros Instrumentos

As **linhas orçamentais comunitárias** são instrumentos importantes que permitem a participação efectiva da sociedade civil em áreas sensíveis como os direitos humanos. Será importante, na estratégia 2008-2013, numa lógica de complementaridade aos temas de concentração do 10º FED, garantir a continuidade destes instrumentos.

Segurança Alimentar: € 90,7 milhões foram usados no período entre 2002-2007 para complementar os fundos FED. Ver sector focal segurança alimentar III.1.1.

Iniciativa Europeia para a Democracia e Direitos Humanos (IEDDH): Há 3 tipos de intervenções, nomeadamente, projectos alvos, micro-projectos e macro-projectos:

- Desde 2003, três projectos alvo, de um montante global de € 1.372.700 foram financiados em áreas sensíveis tais como o direito à terra, acesso à justiça e a reconciliação nacional.
- Desde 2004, dois convites à apresentação de propostas foram lançados para financiar micro-projectos em Angola nas áreas de prevenção e resolução de conflitos, ligados principalmente a terra; educação cívica e observação eleitoral e promoção do processo democrático. As dificuldades iniciais encontradas referem-se às fraquezas das organizações que apresentaram propostas, nomeadamente, na elegibilidade dos parceiros locais.
- Um macro-projecto de € 635.000 que se focaliza na liberdade de expressão numa óptica de prevenção e resolução de conflitos nas problemáticas de terra, na democracia, nos direitos humanos e no processo eleitoral, começou em 2006.

Co-financiando com ONGs: Se nota nas linhas co-financiamento (€ 6,9 milhões) uma crescente participação dos parceiros locais nos últimos anos. No entanto, continuam em algumas zonas, a dominar estratégias de emergência, nas quais as ONGs Europeias estão num posicionamento de substituição do Estado na prestação de serviços.

Cooperação Descentralizada: Nos últimos anos o Programa de Cooperação Descentralizada (€ 2,2 milhões) teve como objectivo assegurar o maior impacto possível e a coordenação com outras actividades financiadas pela CE no país. Isto implicou a concentração de esforços no melhoramento da governação local mediante reforço das capacidades dos Conselhos Municipais existentes que estão a funcionar como “*fórum*” para o diálogo entre a sociedade civil e as autoridades locais. É dado especial incidência na construção e concertação das políticas locais e para a criação de um clima de paz e justiça social.

“Minas Anti-Pessoais” financiou e está a financiar projectos fundamentais no sector Anti-Minas, em sinergia com o programa de desminagem financiado através do Envelope B.

- €1,5 milhão como contribuição para a Análise sobre o Impacto das Minas Terrestres – Angola 2004. Esta análise é um elemento fundamental na definição do plano estratégico nacional para a Acção de Minas em Angola. Cerca de 80% desta análise está completa (faltam ainda algumas províncias onde no entanto estará terminada antes do fim de 2006).
- € 1,5 milhão para um projecto de dois anos do PNUD (2005-2006) para a implementação da Convenção de Ottawa através da destruição de paióis de minas anti-pessoais em Angola.

- €0,8 milhão para um projecto implementado pela Handicap BE para a reintegração socio-económica de vítimas de minas (2006-2009).

A nível da **cooperação Intra-ACP**, em 2005, Bruxelas aprovou o financiamento de intervenções da OMS e do FNUAP na região: €2,8 milhões da intervenção da OMS serão utilizados em melhorar a saúde materna em Angola e aproximadamente €1 milhão serão utilizados em melhorar o acesso a serviços reprodutivos no país.

A CE aprovou no quadro da facilidade de água “Water Facility” (primeiro convite a propostas) de contribuir com €3,6 milhões a um projecto a ser implementado pela UNICEF que tem como objectivo melhorar o acesso a água de qualidade em áreas rurais através da expansão do número de fontes de água existentes e de melhorar os sistemas de informação e a capacidade de planificação provincial.

O Fundo Global de luta contra o VIH/SIDA, Malária e Tuberculose aprovou o financiamento de \$ 63 milhões a Angola entre 2004 e 2005 que será gerido pelo PNUD. As actividades começaram a serem implementadas em 2005.

O **Banco Europeu de Investimento (BEI)** desenvolveu diversas actividades em Angola durante 2005, nas quais se incluem contactos com o Governo, bem como com empresas públicas e privadas, incluindo várias instituições financeiras. Esta intensificação dos contactos foi possível graças à cooperação com o governo angolano para resolver a questão dos saldos atrasados tendo em conta a melhoria geral e a estabilização do ambiente dos negócios no país. Embora o GdA tenha manifestado a preferir que as actividades do BEI se dirijam preferencialmente ao sector privado, estão a ser equacionados igualmente alguns projectos com o sector público. As perspectivas de uma continuação sustentada da intervenção do BEI em Angola dependem fundamentalmente da apetência do sector privado para o investimento em Angola, e a intenção do GdA de diversificar os seus recursos de fundos de capitais. Missões de avaliação começaram em 2006 e um contrato – o primeiro depois de 16 anos – foi assinado em Luanda, em Outubro de 2007, com a TV Cabo Multimedia (Empréstimo de 15 milhões de Euros).

### Energia

Angola beneficia do programa COOPENER, a componente exterior do programa europeu (o «Intelligent Energy Europe Programme 2003-2006» IEE) para a promoção das políticas, tecnologias e boas práticas nos sectores das energias renováveis e da eficiência energética. O COOPENER tem em conta a importância da concessão de uma energia durável para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

### ***III.2 INFORMAÇÃO SOBRE PROGRAMAS DOS ESTADOS MEMBROS E OUTROS DOADORES***

Algum apoio por parte dos doadores foi substancialmente reduzido em 2005. Com um melhoramento da situação humanitária, o país saiu de uma situação de emergência, onde a maior parte do apoio internacional estava dirigido para a ajuda alimentar e acções de desminagem, para uma situação de pós-conflito onde estão criadas as condições para um desenvolvimento sustentável. Os doadores moveram-se de uma canalização de fundos através do apelo consolidado para intervenções mais objectivas. Os Estados Membros presentes em Angola são: Espanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, Alemanha, Portugal, Suécia, Polónia, República Checa, Reino Unido, Bulgária e Roménia. A matriz dos doadores no Anexo 2

mostra em que sectores e em que províncias os doadores têm fornecido ajuda. O outro grande doador é o Banco Mundial, focalizado na reconstrução.

Como pode ser visto na Matriz dos Doadores no Anexo 2A, os maiores sectores de intervenção no período entre 2005-2007 são a saúde, educação e ajuda alimentar. É provável que os dois primeiros continuarão no período do 10º FED. Os maiores doadores são os multilaterais, embora a USAID, Portugal e a Noruega deram contribuição significativas como bilaterais. Em termos de províncias beneficiárias, fora Luanda, são as províncias de Benguela e Huambo as que recebem mais fundos dos doadores.

### ***III.3 OUTRAS POLÍTICAS DA CE***

A política comunitária que afecta directamente à Angola é na área do comércio. A política comercial em Angola deve ser claramente articulada nos Planos de Desenvolvimento Nacional. Em 2005, a OMC elaborou o primeiro Exame das Políticas Comerciais de Angola, e Angola solicitou à Delegação para ser o Facilitador Líder no processo do Quadro Integrado, (participantes: Ministério do Comércio, Banco Mundial, CNUCED, CE.) que reflecte a vontade de integrar a política comercial nos planos nacionais de desenvolvimento e melhorar a estrutura de governação do comércio. Neste contexto, para estimular intercâmbios relacionados com o aumento das exportações não petrolíferas, para criar um ambiente atractivo para os investimentos, e negociar acordos de negócios multilaterais favoráveis, foi acordado um programa "Trainfortrade", para o reforço de capacidades para 2007 em conjunto com o Ministério de Comercio e a UNCTAD.

Angola é um membro activo da SADC, e adoptou a decisão política com outros membros da SADC (durante a cimeira de Lusaka em Agosto 2007) de estabelecer uma zona de comércio livre (FTA) em 2008, reforçando assim a integração regional da SADC. Quanto à UE e sob a iniciativa "Tudo Menos Armas" (TMA), Angola já tem acesso livre completo ao mercado da UE sem nenhum compromisso e reciprocidade de sua parte. Angola faz igualmente parte do grupo de negociação SADC-APE. Sendo um PMA, Angola tem interesse em negociar um Acordo de Parceria Económica (APE) com o objectivo de abrir o seu próprio mercado aos produtos regionais e comunitários a médio prazo. Por conseguinte, em concordância com os seus parceiros da SADC, e tendo em conta o longo prazo de liberalização progressiva (25 anos) Angola poderá ainda subscrever o acordo de APE para continuar em conformidade com os seus parceiros da SADC, promovendo o objectivo de integração regional. Embora Angola não deseje levar a cabo, a longo prazo, uma política comercial proteccionista, considera necessário a protecção da produção interna contra a concorrência estrangeira a curto prazo para facilitar a reconstrução da sua economia.

### ***III.4 DESCRIÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO COM ANGOLA***

No âmbito de acordo de Cotonou, Artigo 8 (lançado em Dezembro de 2003) tiveram lugar cinco reuniões estruturadas com o GdA. Em 2004, os assuntos discutidos foram as eleições, as reformas constitucionais e os direitos humanos. Em 2005 foram realizadas reuniões sobre questões de governação económica e outra sobre a Estratégia de Combate à Pobreza. Em 2006 a primeira reunião concentrou-se na migração. Os chefes de missão dos Estados Membros residentes em Luanda, pensam que se deve prestar a devida atenção à frequência deste diálogo político de forma a torná-lo mais produtivo. Isto é particularmente importante para o cumprimento dos compromissos do Acordo de Cotonou, que têm de ser respeitados. Ao final de 2006 o Ministério de Relações Exteriores indicou à Troika a sua vontade de reforçar o diálogo político. Para 2007, o Ministério acordou organizar dois encontros com a Troika sob a

Presidência Alemã e dois sob a Presidência Portuguesa. Os pontos acordados para o diálogo serão nomeadamente os seguintes: capacidade administrativa e reconstrução nacional, concessão de vistos, integração regional, estabelecimento da paz e o processo de paz nas áreas de pós-conflito, eleições e boa governação, ano Africano de Cultura, Ciência e Tecnologia. Não obstante, o processo está atrasado. Relativamente às eleições, nenhum pedido de assistência foi submetido pelo governo angolano à União Europeia.

Por outro lado, é de notar que o Governo enviou à Comissão uma lista de compromissos sobre a governação que figuram no anexo 9. Esses compromissos puderam ser discutidos e servir de base às trocas de pontos de vista no quadro do Artigo 8 acima referido em concordância com a agenda.

### ***III.5 ESTADO DA PARCERIA COM ANGOLA E PROGRESSO DE HARMONIZAÇÃO***

A Delegação lançou formalmente o processo para desenvolver um “Roteiro da UE” com os Estados Membros em Angola em 2005 (ver Anexo 6). Não há nenhum mecanismo formal geral de coordenação para a ajuda e, às vezes, isto tem levado a uma duplicação de esforços nos sectores. Assim, a iniciativa para aumentar a coordenação e harmonização foi bastante apreciada, nomeadamente porque aumentaria a visibilidade da ajuda ao desenvolvimento da UE. Concordou-se que a Delegação da CE e Presidência da UE conduziriam este processo, e que a Suíça e Noruega seriam convidadas a juntar-se às discussões.

O Roteiro da UE já foi aprovado em Setembro de 2006, e o enfoque na fase inicial é num número limitado de acções com um conteúdo operacional concreto. Um deles consiste em melhorar a partilha de informação entre os Estados Membros sobre quais são programas que estão a ser implementados, tanto como missões e estudos em curso e planificados, a fim de aumentar a eficácia da ajuda e melhorar a coordenação e harmonização na prática. Por outro lado deve-se melhorar a coordenação sectorial. Para o efeito, serão criados Grupos de Trabalho Temáticos para melhorar a coordenação nos sectores, baseado no Quadro Temático delineado no “Consenso Europeu”. Isto conduzirá, eventualmente, à programação conjunta em sectores específicos. Uma terceira acção será o compromisso de fazer avaliações e estudos conjuntos em áreas específicas de interesse das partes.

## **CAPITULO IV: ESTRATÉGIA DE RESPOSTA**

A estratégia de resposta para a cooperação Angola-CE, deverá ser assente no alcance da redução da pobreza, à luz das necessidades e prioridades mais importante de Angola. As prioridades do Governo de Angola neste momento estão claramente focalizadas na reconstrução do país. Isto está demonstrado nos esforços do Governo para investir em infra-estruturas, maioritariamente nos transportes e infra-estruturas sociais, e nas escolhas estratégicas que Angola fez para assegurar que os parceiros bilaterais, como por exemplo os chineses, se envolvam na capacidade para apoiar os esforços de reconstrução.

Para contrapor esta situação, e reconhecido que as necessidades do país, devido à importância dos seus recursos próprios e também o acesso a financiamento externo, não são tanto financeiras como em termos de “capacity building” apoio institucional e formação de recursos humanos. O DEP actual, tomando em conta estas necessidades nos sectores focais, constitui uma resposta coerente. A vantagem comparativa da CE é de disponibilizar assistência técnica e desenvolvimento de capacidades em áreas onde o Governo mais necessite para alcançar os

seus objectivos de reforma. Além disso a CE desenvolveu maior efectividade em projectos de reformas amplas iniciadas no nível central e complementadas com actividades nas províncias e municípios. As intervenções deverão contribuir para corrigir as disparidades regionais em que algumas províncias estão em fases diferentes de desenvolvimento e incluir acções de reabilitação e construção de infra-estruturas ligadas com as áreas de concentração da cooperação. Isto é ainda mais importante para um país que tem um défice considerável de infra-estruturas básicas.

Parceiros como o BEI também poderia jogar um papel no processo de reconstrução do país. No âmbito da estratégia de desenvolvimento de Angola, as intervenções do BEI, sob forma de diferentes instrumentos de capitais de risco da Facilidade de Investimento, ou de empréstimos com base em recursos próprios ficam essencialmente «demand driven». O objectivo continuará a ser colocar à disposição recursos a longo prazo para os investimentos seguros e produtivos, principalmente dos sectores geradores de receitas, impulsionados pelas entidades do sector público ou privado. As sinergias e complementaridades entre o BEI e a CE serão mais exploradas e desenvolvidas. Conforme os instrumentos disponíveis, nomeadamente a Water Facility e a Energy Facility – eventualmente sob o 10º FED – e a UE-Africa Infrastructure Partnership Trust Fund. O estabelecimento deste Trust Fund está destinado a aumentar o volume dos empréstimos para os projectos de infra-estruturas transfronteiriças em África. No entanto, o estabelecimento deste Fundo não vai modificar os tipos de projectos financiados pelo BEI na região ACP (submetido ao Acordo de Cotonou) nem afectará os projectos submetidos à avaliação e critérios internos de empréstimos do Banco.

Considerando a especificidade da situação económica de Angola assim como a experiência passada do Banco neste país, os principais sectores de uma intervenção possível do Banco seriam de preferência a construção, os transportes, as comunicações, a electricidade, a água, os sectores financeiros e agrícolas (agro-business). O apoio às médias e pequenas empresas poderiam ser tidas em conta se forem criados os instrumentos apropriados.

A medida na qual o Banco for capaz de comprometer recursos em Angola dependerá em grande parte do quadro macroeconómico e do ambiente de negócios largamente determinado pela política económica do governo de Angola.

No sentido de aumentar a efectividade da ajuda da CE, as actividades de cooperação serão concentradas num número limitado de áreas. Dado que os critérios de elegibilidade saídos do Acordo de Cotonou ainda não estão criados em Angola, a cooperação CE-Angola continuará a ser baseada em projectos ou através de uma abordagem de programas de níveis sectoriais. Porém, isto não significa que os projectos não possam ser *ad-hoc* ou em áreas diferentes. O princípio da concentração suportará a cooperação CE-Angola, e haverá uma abertura para uma intervenção através de programas durante o período do 10º FED. Co-financiamento com multilaterais e com os Estados Membros, “pool fund” e abordagem programa poderão ser considerados como uma modalidade de implementação possível assim como todos os outros métodos de implementação a determinar no momento da identificação e do lançamento das actividades. Também é importante ponderar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. A identificação de projectos deveria integrar completamente os três pilares de desenvolvimento sustentável. Aumentar os conhecimentos de desenvolvimento, preparar o período pós-petróleo explorando o potencial de energia renovável e assegurando planos para a gestão de terra e recursos naturais são passos essenciais para assegurar desenvolvimento sustentável no país.

Angola está agora na fase de desenvolvimento dentro da abordagem do LRRD. Saiu claramente de uma fase de emergência de pós-guerra e emergiu completamente na

reconstrução. As reformas estão em curso através do Governo e é importante o apoio da CE para que estas sejam efectivas. A fraca capacidade de recursos humanos é visível em todas as áreas da cooperação CE-GdA. Dada a necessidade de capacitação em todas as áreas, ao facto de que o principal paradigma de implementação será através de projectos e de que Angola beneficia de rendimentos elevados provenientes do petróleo (fazendo com que as contribuições dos doadores seja uma parte muito pequena do orçamento nacional, menos do que 1%), propõe-se que a cooperação CE-GdA deverá ter três áreas de concentração: 1) Governação e reformas institucionais, 2) Desenvolvimento humano e social e 3) Desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar. É importante termos em conta as actuais experiências da cooperação CE-GdA e a política de diálogo estruturada que foi estabelecida com os Ministérios chaves, particularmente relevante a nível da governação devido à fraca capacidade da administração pública.

Num ambiente que se renova constantemente como é o caso de Angola, adaptar a estratégia e as actividades às necessidades reais, é um verdadeiro desafio. A estratégia deve ser flexível para acomodar as novas prioridades na medida que emergem. Como foi mencionado na secção III.1, a informação é escassa e pouca segura em Angola. Como tal, os programas darão um particular ênfase no fortalecimento dos sistemas de administração de informação que permitirão nova informação para alimentar o processo de planeamento.

#### ***IV.1 GOVERNAÇÃO E APOIO ÀS REFORMAS ECONÓMICAS E INSTITUCIONAIS***

Instituições democráticas que funcionem são uma condição para o desenvolvimento sustentável. O **objectivo** principal de intervir nesta área é apoiar as capacidades institucionais em Angola. O progresso na protecção dos direitos humanos, boa governação e democratização é fundamental para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. A cooperação entre a CE-Angola promoverá um diálogo participativo dentro do país em áreas relacionadas com a descentralização, reforma da administração financeira pública, reforma do sector público e acesso à justiça. Isto é essencial para se constituírem programas de reformas a nível do país num contexto de responsabilidade e num ambiente institucional que apoie os direitos humanos, princípios democráticos e o estado de direito.

A **justificação** principal para a intervenção da CE nesta área é a necessidade de Angola de fortalecer as instituições na sua actual situação de ser rico em recursos naturais e estar na condição de pós-conflito.. As fraquezas do capital humano, como mencionado acima, são problemas recorrentes que impedem o Estado e a administração de jogarem o seu papel normal dentro das áreas de gestão e planificação.

A cooperação entre a CE-Angola tem um importante papel a jogar no melhoramento da administração das finanças públicas, e no melhoramento do impacto dos gastos públicos na pobreza como um todo. A CE também pode apoiar o processo de descentralização e apoiar às autoridades locais, no fortalecimento do papel da Assembleia Nacional, na promoção dos direitos humanos, e no fortalecimento do processo nacional para assegurar a realização de eleições livres e justas.

Como tal, os principais **eixos de intervenção** serão:

1. *Desenvolvimento institucional no contexto de modernização de administração pública.* A modernização da administração pública é um pilar da estratégia de governação do GdA. As instituições precisam de ser construídas e fortalecidas para oferecerem os serviços necessários à sociedade como um todo. Em particular, é

necessário fortalecer a capacidade do Instituto Nacional de Estatística e a administração de impostos, para apoiar o governo para melhorar a coordenação da ajuda exterior, e continuar apoiar os serviços do Ordenador Nacional do FED. A capacidade de monitorização das instituições centrais precisa igualmente de ser reforçada, tal como a capacidade de implementação dos governos locais cujas responsabilidades, em termos de serviços primários, se expandem rapidamente. O desenvolvimento institucional pode incluir, se for necessário, a gestão de recursos naturais, o equipamento, a reabilitação e a construção de infra-estruturas, nos sectores mencionados, para aumentar a oferta de serviços à população.

2. *Apoio ao processo de descentralização e governação local.* Será desejável para uma futura “boa” governação introduzir maior poder de decisão (e os recursos com que executar essas decisões) a nível local. Esta aproximação envolve a questão da descentralização/desconcentração e as reformas da administração pública. Passaríamos de projectos de descentralização para um apoio integrado aos governos locais. Este apoio pode incluir o reforço das capacidades de actores não estatais que são competentes localmente.
3. *Apoio ao sector da justiça.* Existe uma vontade da parte do governo de tornar este sector mais eficiente, reduzindo decisões arbitrárias e aumentando a protecção do indivíduo face ao estado. Este apoio, especialmente para o Ministério de Justiça, inclui o aumento do poder judicial em todas as partes do país e a incorporação das práticas consuetudinárias à jurisprudência angolana. Este apoio poderia incluir, em particular, uma assistência ao Provedor de Justiça.
4. *Fortalecimento da administração financeira.* E aqui é importante distinguir os aspectos de “boa” governação dos aspectos “técnicos” de governação, embora ambos sejam importantes. O processo de capacitação para uma melhor qualidade de planificação e orçamentação (Ministério do Planeamento e Ministério das Finanças), que começará em 2007, é o que abre a possibilidade para a introdução de governação económica. Esta questão permitiria a oportunidade de reformas técnicas para aumentar a transparência, clareza e contabilidade no planeamento dos processos orçamentais a nível central e local, isto podendo conjugar-se com outros pontos abaixo indicados.
5. *Aumento da responsabilidade e transparência.* A importância do controlo institucional crescerá, especialmente após as eleições legislativas. Neste contexto, apoiar a Assembleia Nacional com o objectivo de aumentar as capacidades dos deputados para representar e defender o interesse geral e para implementar mecanismos de responsabilidade, é importante. Assistência técnica direccionada para o Tribunal de Contas pode ser também importante e ligada a outras intervenções no sentido de aumentar as capacidades de administração de fundos de dívidas públicas e aumentar a transparência e a responsabilização dos serviços públicos. A participação de comunidades e utentes na gestão dos serviços primários encontra-se já contemplada na legislação. E é importante reforçar esses laços na medida em que eles podem melhorar significativamente a eficiência dos serviços e é um mecanismo chave para melhorar responsabilidades.

Uma condição geral para o envolvimento nesta área é o forte compromisso do GdA em prosseguir as reformas no Ministério da Justiça e criar capacidades tanto a nível da sociedade

civil como do parlamento. Uma condição adicional é que o quadro regulamentador para o processo de descentralização seja estabelecido e implementado.

Existe o **risco** potencial de não se encontrar um espaço institucional suficiente para criar e implementar políticas e reformas institucionais necessárias para redução da pobreza global, mas as mudanças testemunhadas e as futuras eleições fazem com que este risco seja bastante pequeno.

**Questões transversais** serão integradas. A boa governação é ela mesma uma questão transversal, chave no conjunto da agenda de reforma e crucial se os objectivos do desenvolvimento são o pretendido. Dentro destas áreas existem uma oportunidade para fazer com que a legislação existente funcione ou trabalhar dentro da agenda do governo para a melhorar. Muita da legislação existente deixa a porta aberta para a introdução de mecanismos de responsabilidade para cidadãos, mas estes não são na prática, completamente envolvidos. A promoção dos direitos humanos e do estado de direito tem de ser acentuado em todas as intervenções como ponto sensível mas essencial para a implementação da estratégia. Uma aproximação integrada ao género será seguida, para promover a participação activa das mulheres na tomada de decisão. O ambiente também será abordado como questão transversal. Governação ambiental e a integração do ambiente serão promovidas através de formação e no melhor uso dos instrumentos já existentes tais como SEAs (avaliações estratégicas do ambiente) no nível sectorial e EIAs (avaliações de impacto sobre o ambiente) no nível de programas/projectos. Um dos objectivos é a criação de capacidades nacionais para actuar e integrar estas análises no trabalho diário. O apoio à implementação de instrumentos de integração para o ambiente é especialmente importante no sector dos transportes e infra-estruturas. Por outro lado, a criação de empregos constituirá igualmente uma questão transversal a ter em conta no sentido em que a execução das acções e dos programas para a implementação da presente Estratégia, será aplicada de forma a privilegiar os empregos.

#### ***IV. 2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO***

O **objectivo** principal desta intervenção é apoiar os esforços de Angola para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ligados à erradicação de pobreza, saúde, educação e proteger os grupos da população mais vulneráveis aos choques inesperados e pobreza crónica. A cooperação entre a CE-Angola ampliará o acesso a serviços básicos e ao mesmo tempo melhorará a qualidade dos serviços dados de uma maneira custo-efectiva.

A **justificação** da intervenção é que Angola necessita de aumentar os esforços feitos no melhoramento dos seus serviços públicos no caso de pretender atingir os ODM a tempo. A guerra foi um instrumento pesado tanto para as infra-estruturas físicas como para a capacidade de instituições responsáveis de prover serviços de qualidade. Os gastos públicos na reabilitação de infra-estruturas sociais críticas, incluindo os necessários para os serviços básicos, aumentaram rapidamente, especialmente desde 2004 e é provável que continuem a aumentar nos próximos anos. A estratégia CE-Angola apoiará o processo de reconstrução fortalecendo as instituições e aumentando a capacidade dos provedores mais periféricos, como as equipas de saúde e educação, para levarem a cabo o seu trabalho. As intervenções priorizarão o aumento da capacidade do sector público para fornecer serviços sociais eficientes. No entanto, neste quadro uma combinação de co-produção com o sector privado e a sociedade civil serão buscadas para melhorar a eficiência do serviço público dado.

Apesar de diferenças técnicas claras, a saúde, educação e água são sectores que padecem de fraquezas institucionais semelhantes e fraca qualificação dos seus recursos humanos, embora serão desenvolvidas sinergias entre estes três sectores para se alcançar um maior impacto.

Os principais **eixos de intervenção** serão:

1. *Desenvolvimento de recursos humanos.* As intervenções continuarão a apoiar a formação de recursos humanos nos sectores sociais. As instituições nacionais responsáveis para a provisão tanto de serviços iniciais como de formação necessitam de ser fortalecidas aumentando o seu número de formadores qualificados e melhorar o processo de aprendizagem. O desenvolvimento dos recursos humanos requererá também que se assegure que os perfis profissionais sejam melhor definidos e adaptados ao actual e futuro contexto. Será também dada ênfase no aumento da capacidade e instrumentos disponíveis para melhorar a distribuição de profissionais de cada sector, a avaliação do seu desempenho e o desenvolvimento da sua carreira.
2. *Apoio aos diferentes níveis do governo no processo de prestação de serviços.* O processo de descentralização pode ter um impacto muito positivo nos serviços de entrega básico mas também mostra novos desafios, uma vez que diferentes níveis do governo necessitam de se familiarizar com as suas novas responsabilidades. É crucial continuar a apoiar a administração dos sistemas de informação e o processo de planeamento e orçamento para melhorar a efectividade de gastos nos sectores públicos (assim como a distribuição de recursos para igualar responsabilidades). A capacidade de monitorização das instituições centrais também necessita de ser aumentada bem como a capacidade de implementação dos governos locais cujas responsabilidades em termos de serviços básicos estão a expandir rapidamente.
3. *Melhoria das ligações entre provedores e comunidades/usuários.* A participação de comunidades e usuários na administração dos serviços primários já está contemplada na legislação. É importante fortalecer estas ligações uma vez que elas podem melhorar a eficácia dos serviços.
4. *Fortalecimento dos mecanismos para apoiar as populações vulneráveis.* A actual legislação estipula que deveria haver acesso universal a serviços públicos básicos, assim o apoio será dado ao governo para definir uma política social global que efectivamente protegerá os grupos vulneráveis e reduza a fragmentação resultante de uma multiplicidade de programas verticais. Em segundo lugar, as intervenções nos sectores da saúde e educação poderiam focalizar grupos específicos (e.g. raparigas em idade escolar, crianças em trabalho infantil, pessoas inválidas) com vista a aumentar o acesso aos serviços destes grupos que têm mais problemas.
5. *Melhoria das sinergias entre os sectores da saúde e da educação com os da água e saneamento para prevenir o aparecimento e expansão de epidemias.* Fontes de água escassas e descontroladas, juntamente com a ausência de condições sanitárias adequadas representam mais do que uma ameaça à saúde pública e uma certeza de retorno de epidemias. A cooperação CE-Angola projectará várias medidas que apontam para a monitoria e melhoramento da qualidade da água, provendo água potável, serviços sanitários e medidas gerais de melhorias da higiene. A implantação de um sistema inter-institucional, ligado aos ministérios concernentes – saúde primária e água será necessária para se alcançar este resultado.

6. *Reabilitação, construção e equipamento.* Este é um eixo importante para assegurar a oferta de serviços sociais, o que pode tomar a forma de financiamento por parte da Comissão de equipamentos, ou para as infra-estruturas sociais, em particular a nível dos municípios.

Os **riscos** principais para uma melhoria rápida dos indicadores sociais são uma expansão rápida do HIV/SIDA e outras epidemias assim como as dificuldades na formação de recursos humanos com fracas qualificações que já fazem parte da administração pública. Um processo de descentralização administrado com ineficiência que não integre a delegação de responsabilidades compromete a melhoria dos serviços. Uma melhoria significativa dos indicadores sociais também requer um crescimento na redução da incidência de pobreza.

O melhoramento da boa governação, especialmente o acesso à informação, participação e eficiência dos serviços públicos prestados, é uma **questão transversal** crucial na estratégia. As intervenções também promoverão a igualdade de género focalizando directamente as mulheres (e.g. grupos vulneráveis) e assegurando igualdade de acesso para as mulheres formadas. O aumento da consciência do HIV/SIDA será parte da formação planeada para limitar a disseminação do HIV. Iniciativas relevantes de saúde reprodutiva serão incluídas nos programas de saúde. EIAs (avaliações do impacto sobre o ambiente) serão efectuados durante a fase de identificação de projectos, sempre que necessário. Isto assegurará a sustentabilidade ambiental de quaisquer intervenção. O perfil ambiental actual, elaborado com o apoio da CE, dá uma série de recomendações para a elaboração de programas dentro desta área.

#### ***IV.3 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR***

Os **objectivos** principais das intervenções nesta área focal serão reduzir a pobreza rural e alcançar a segurança alimentar para as populações rurais. Tendo em conta que o trabalho é o bem principal dos pobres, deveria particularmente ser enfatizado políticas que promovem o emprego e oportunidades de rendimentos para os pobres, através do aumento das suas possibilidades de serem empregados e facilitar o seu acesso a actividades que possam gerar rendimentos. Esta será uma contribuição chave para o objectivo global da nossa cooperação que é reduzir a pobreza em Angola. A estratégia já integrará as mudanças claras implementadas nos últimos dois anos da cooperação CE-Angola com um foco claro em questões do desenvolvimento. Intervenções estruturadas levarão em conta as lições apreendidas baseadas na nossa experiência em intervenções financiadas pelo 9º FED, e também a Linha Orçamental de Segurança Alimentar.

A população rural representa cerca da metade da população total do país, onde a incidência da pobreza é mais aguda. Durante o período compreendido entre 2008-2013, a CE permanecerá como o doador principal para as intervenções na segurança alimentar e desenvolvimento rural, com o Banco Mundial como o segundo mais importante doador. A coordenação dos doadores, que começou progressivamente entre 2004 e 2005 será consolidada com uma liderança clara do MINADER.

Os principais **eixos de intervenção** financiados através do 10º FED para alcançar esses objectivos focalizar-se-ão em vários temas complementares, dando continuidade às intervenções financiadas através do 9º FED.

1. *Desenvolvimento agrícola* claramente focalizado no desenvolvimento de novas oportunidades para empresas familiares camponesas: inovação técnica, mercados, diversificação de rendimentos locais, serviços financeiros rurais, pesquisa, formação e

extensão rural. A agricultura parece ser um dos sectores da economia capaz de possibilitar rendimentos e emprego a uma importante parte da população e com este desenvolvimento agrícola reforçar a coesão social. Deverá ser dada atenção particular ao desenvolvimento de novas oportunidades para as mulheres. A estratégia de desenvolvimento agrícola incluirá administração sustentável de recursos naturais (em particular integração da terra e administração de recursos hídricos).

2. *Apoio à reintegração económica e social de grupos vulneráveis em áreas rurais.* A diversidade da situação existente nas diferentes províncias aumenta o interesse em acções específicas direccionadas grupos vulneráveis específicos em áreas onde a reintegração socio-económica dos ex-refugiados permanecerá importante nos próximos anos. Além disso, atenção também será dada a situações de pobreza extrema e exclusão social que muitas vezes afectam mulheres e crianças que trabalham. Uma implementação piloto de programas de impacto social em áreas rurais, por exemplo na remota província do Moxico, será testada. Este tipo de intervenção será a contribuição directa para o reforço da coesão nacional. Uma aproximação comum para a protecção de grupos vulneráveis é esboçada na secção IV.2, mas esta intervenção particular será direccionada para as especificidades dos mais desfavorecidos em áreas rurais.
3. *Acesso com intervenções em desminagem e possivelmente intervenções ligadas com a reabilitação de estradas rurais.* O acesso foi um dos maiores constrangimentos para o desenvolvimento rural nos últimos anos e continua a ser uma questão importante. Os fundos da CE apoiarão os investimentos governamentais com um claro foco no apoio institucional.
4. *Melhorar o acesso à água e serviços sanitários no meio rural* apoiando as instituições locais de distribuição de água para aumentar o acesso à água potável e serviços sanitários básicos nas áreas rurais especialmente no impacto em mulheres, crianças e grupos vulneráveis. Os fundos da CE contribuirão para catalizar a resposta no sector da água a nível rural, aumentando o potencial para replicar e aumentar a cobertura de modelos de gestão de água sustentáveis. Tendo em consideração também que a mobilização de recursos previstos através das intervenções de água no sector não-focal o apoio a nível central, provincial e local será dado ao Governo com vista a implementar o quadro regulador e mobilizar todos os actores sob a estratégia nacional para o acesso à água e serviços sanitários no meio rural e assim colocar conjuntamente o conhecimento e capacidades existentes, numa aproximação mais focalizada
5. *Reabilitação, construção e equipamento.* Esta intervenção deve permitir a reabilitação e construção de infra-estruturas rurais para facilitar o acesso à circulação, a integração dos grupos vulneráveis da população agrícola para assegurar todo o processo de desenvolvimento económico ao nível local.

Dentro dos **riscos** deste tema inclui-se a instabilidade social motivada pela falta de oportunidades de emprego. Isto poderá ter um impacto importante no acesso às áreas rurais e aumentar a insegurança na circulação de pessoas e bens. Os programas deverão ser suficientemente flexíveis para ter mobilidade geográfica, no caso desta questão surgir. Uma importante condição é a capacidade institucional tanto a nível central como local. Se estas condições não se mantiverem, existe o risco da baixa capacidade de absorção e a falta de apropriação e participação das instituições beneficiários ao longo do ciclo de implementação. A vontade política para implementar políticas em benefício dos desfavorecidos, a ausência de

condições climáticas adversas e um quadro legal funcional ligado ao desenvolvimento rural, são condições essenciais para que os objectivos pretendidos nestas áreas sejam alcançados.

### **Questões transversais**

- *Questões territoriais e intervenções orientadas planeadas* para aumentar o poder local e promover o seu envolvimento na identificação de prioridades de investimento e administração de recursos a nível local. Estas intervenções apoiarão o processo de descentralização e a governação local (ver secção IV.1).
- *Género*. Embora dados oficiais faltem, vários estudos específicos indicam que os agregados familiares sob responsabilidade de mulheres representam uma percentagem alta da população rural em particular nas áreas afectadas pela guerra como as províncias do planalto central. Todas as intervenções de campo integrarão mulheres como um critério fundamental para a selecção dos beneficiários. Capacidade institucional e provisão de serviços agrícolas melhorados serão também planeadas com vista a promover um acesso mais fácil às mulheres.
- O *VIH/SIDA* está a disseminar-se muito rapidamente nas áreas rurais e é uma preocupação, principalmente na parte sul do país. Esta questão será integrada nas intervenções no âmbito de desenvolvimento rural com campanhas de consciencialização bem como actividades para aliviar o trabalho de pessoas afectadas pelo HIV.
- *Avaliações de impacto ambiental* serão levadas a cabo durante a fase de identificação de projectos, sempre que julgado necessário. Isto assegurará que qualquer intervenção, particularmente a relacionada com o uso de recursos naturais, é ambientalmente sustentável. O recente perfil ambiental do país elaborado com o apoio da CE, sugere uma série de recomendações para a elaboração de programas nesta área

## **CAPITULO V: OUTROS PROGRAMAS (Sectores não focais)**

### **V.1 ÁGUA**

O **objectivo** que dirigirá a intervenção da CE no sector da água é a melhoria do acesso, a qualidade da água e serviços de saúde pública básicos fornecidos aos mais vulneráveis em Angola.

A **justificação** para a intervenção da CE nesta área é que deve haver uma melhoria urgente no acesso à água potável, pois este é um elemento fundamental para melhorar o estado da saúde e o sustento da população, especialmente mulheres e crianças. Estes aspectos já foram parcialmente incluídos nas estratégias de desenvolvimento rural e social mas necessitam de ser complementados por outras intervenções que maximizariam o impacto da cooperação CE-Angola no sector da água, como tal.

#### **As possíveis áreas de intervenção são as seguintes:**

1. Um quadro de regulamentação legal do sector da água acordado e aprovado, que estabelecerá um padrão realista de serviços e identificará papéis claros, direitos e responsabilidades de instituições, usuários e fornecedores de serviços. A implementação do processo de descentralização, no que respeita especificamente aos sectores de água e saneamento, representará o factor principal do suporte institucional da CE (ver IV.1)

2. Um sistema de monitorização e avaliação seguro implementado em diferentes níveis do Governo, levando a um planeamento efectivo e, por outro lado, para a formulação de exercícios orçamentais realísticos.
3. Um plano de desenvolvimento de recursos humanos aprovados para os Ministérios relevantes e fornecedores de serviços públicos.
4. A participação continua da sociedade civil, incluindo o sector privado e utentes, em política e no planeamento de actividades, na monitoria da execução orçamental, implementação, operações e manutenção dos serviços de água e saneamento.
5. Na melhoria das condições de vida em áreas peri-urbanas, com uma aproximação integrada em saúde/água/saneamento (ver IV.2)

Com vista a maximizar os recursos financeiros disponíveis, e graças à dimensão transversal do sector de água, alguns dos acima mencionados eixos de intervenção serão incluídos, quando apropriado, nos sectores focais desenvolvimento social e de desenvolvimento rural, cujo principal objectivo da componente “água” como um sector não-focal será de prover coerência global a todas as actividades relacionadas com a água, nomeadamente através da implementação de acções que requeiram sinergias e coordenação com instituições centrais.

Uma condição para os objectivos nesta área serem alcançados é a aprovação pelo GdA da legislação sobre a água e um quadro de regulamentação coerente para as políticas da água serem implementadas. Relativamente a isto um compromisso político para impulsionar as reformas é uma condição para a implementação com sucesso de qualquer um dos resultados acima mencionados. Se fórmulas de custo compartilhado para a construção de abastecimentos de água e instalações sanitárias forem promovidas, a vontade para participar da parte dos beneficiários é crucial. O mesmo será exigido para operações e custos de manutenção.

## ***V.2 APOIO AO SECTOR PRIVADO***

Ao fim de facilitar o crescimento e fortalecimento do sector privado, garantir e facilitar o acesso ao sector bancário, uma especial atenção pode ser dada ao apoio da concepção de um sistema de garantia de créditos às pequenas empresas com dificuldades ao acesso de créditos. O anexo 15 dá mais informações sobre o sector privado.

## ***V. 3 ACTORES NÃO ESTATAIS***

O Acordo de Cotonou define o papel importante dos actores não estatais. É importante garantir a continuação do apoio aos ANE no 10º FED com vista a aumentar o diálogo e cooperação entre as autoridades nacionais e a sociedade civil para a promoção de um processo democrático e um crescimento económico mais igualitário. Apoio a actores não estatais significa actores não estatais elegíveis para financiamento ao abrigo do artigo 6 do Acordo Cotonou e artigo 4(1)(d) no anexo IV do Acordo revisado. Dependendo do seu mandato, o apoio a actores não estatais pode incluir actividades como “capacity building”, advocacia, pesquisa, aumento de conhecimentos, monitoria e a prestação de serviços a população. No apoio de actores não estatais, a CE pode usar o artigo 15 (4) do anexo acima mencionado que permita ser a Autoridade Contratante.

## ***V.4 INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMÉRCIO E APOIO AOS APES***

A integração regional, comércio e apoio aos APES forma uma área não focal do DEP. Como no PIR da SADC esta área terá dois componentes. Um componente será geograficamente limitado pela configuração da EPA da SADC e apoiará Angola na implementação dos compromissos da APE. O outro componente apoiará o processo de integração regional global

da SADC como estabelecido no RISDP e nos respectivos planos de acção. Isto leva-nos a áreas como a total implementação de uma Zona de Comércio Livre (Protocolo de Comércio), desenvolvimento de políticas comerciais comuns, liberalização de comércio em serviços, quadro para a União Aduaneira da SADC ou o Protocolo de Finanças e Investimentos assim como também aspectos de integração regional mais abrangentes.

A infra-estrutura permanece uma das maiores prioridades dentro da região. Assim, o apoio à infra-estrutura para inter-conectar a região deverá ser uma área de intervenção como parte da integração regional e apoio ao comércio. Dada a existência da “Facilidade de Infra-estrutura para África” e a responsabilidade individual dos Estados Membros para a actual construção, os meios disponíveis no PIN não serão suficiente para financiar os investimentos das infra-estruturas. Ao invés, o apoio poderia incidir na preparação e no desenvolvimento do projecto no quadro do Plano Piloto de Desenvolvimento de Infra-Estruturas Regionais da SADC, actualmente em preparação. O uso de integração de instrumentos de ambiente será apoiado neste contexto. As questões estratégicas e reguladoras actualmente a serem exploradas são uma harmonização regional de instrumentos e de procedimentos em transporte rodoviário (incluindo alfândegas e facilidade de comércio), desenvolvimento de um quadro de políticas regional para a TIC, assim como questões relacionadas com a liberalização dos transportes aéreos, segurança de ar e dos aviões.

#### ***V.5 GESTÃO DE BIODIVERSIDADE***

Dada a ligação entre o ambiente e a pobreza, os recursos naturais renováveis podem jogar um papel importante para a erradicação da pobreza. A importância e o valor considerável dos recursos de biodiversidade em Angola, e as actividades específicas sobre a gestão de biodiversidade, serão elementos da resposta da estratégia, abrindo assim o caminho para actividades mais importantes no futuro. A recém adopção por parte de Angola da Estratégia Nacional sobre Biodiversidade (e plano de acção) dentro do quadro geral da convenção das Nações Unidas sobre biodiversidade, fornece um quadro claro para intervenções futuras. A experiência da CE na região através de ECOFAC (Ecosystème forestiers d’Afrique centrale) e o apoio a COMIFAC (Commission des Forêts d’Afrique Centrale) onde Angola é observador, constitui um valor acrescentado.

De notar do lado europeu a existência do programa LIFEWATCH que combina os esforços para juntar sob o mesmo «tecto» as capacidades científicas europeias e estabelecer um sistema de controlo e de observação que poderia ser útil fora da Europa. De notar igualmente a base de dados sobre as espécies (SpeciesBase Initiative «[www.speciesbase.org](http://www.speciesbase.org)») que constitui a contribuição europeia ao desenvolvimento de um Sistema Global de Informação sobre as espécies (GSIS) que deve integrar num site grande publico o trabalho científico importante mas disperso sobre a biodiversidade aquática e terrestre.

#### ***V.6 COOPERAÇÃO CE-PALOP***

A cooperação CE-PALOP terá continuidade através de apoio à governação. Estes países e Timor-leste têm uma identidade comum baseada numa história, cultura, língua e herança partilhada (inclui semelhanças nos sistemas de administração pública, justiça, gestão finanças publicas, mercado laboral, sectores sociais) e têm interesse em reforçar a cooperação e trocar experiências atendendo aos respectivos contextos e experiências.

Tendo em consideração esta realidade e a experiência na cooperação anterior, análise das capacidades e necessidades comuns, seria pertinente considerar projectos comuns

nomeadamente em governação política (democracia e estado de direito), económica e social bem como eficácia da administração pública.

Será dada prioridade a acções conjuntas de desenvolvimento de capacidades como factor viabilizador da execução de estratégias de redução de pobreza e de desenvolvimento ao nível nacional, incluindo a prestação eficaz de serviços públicos, nomeadamente para os sectores mais desfavorecidos da população. Os PALOP continuariam a poder partilhar experiências e conhecimentos assim como desenvolver conjuntamente respostas a desafios identificados conjuntamente.

As orientações gerais e modalidades desta cooperação são estabelecidas no Memorando de Entendimento entre os PALOP/Timor Leste e a Comissão Europeia.

## PARTE 2: PROGRAMA INDICATIVO NACIONAL

### 1. INTRODUÇÃO

Com base na estratégia de cooperação apresentada na 1ª parte e de acordo com o Artigo 4 do Anexo IV do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo foi elaborado com uma série de tabelas, mostrando o quadro de intervenções para cada sector, o quadro da programação financeira e um cronograma detalhado de actividades para cada programa durante um período de três anos.

As quantias mencionadas neste capítulo indicam a desagregação global de fundos entre os sectores focais e os outros programas. Esta desagregação pode ser ajustada tendo em conta as intervenções a médio prazo, a finalização ou estudos *ad hoc*. No entanto, para quaisquer ajustamentos que resultem numa mudança significativa à estrutura da estratégia de resposta, será necessária uma decisão formal em forma de adenda, ao documento estratégico.

### 2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A implementação da estratégia de cooperação da CE com Angola será financiada através de vários instrumentos financeiros. A título indicativo indica-se:

#### 2.1 10º FED, ENVELOPE A, €214 MILHÕES

Este envelope cobrirá operações estratégicas de desenvolvimento programáveis a longo prazo em particular:

Governança	(€42 milhões)	20%
Desenvolvimento Social e Humano	(€68,5 milhões)	32%
Desenvolvimento Rural	(€68,5 milhões)	32%
Outros programas	(€35 milhões)	16%

Dos quais	- Água	€8 milhões
	- Integração Regional	€9 milhões
	- Sector privado	€3 milhões
	- Actores Não-Estatais	€3 milhões
	- Facilidade de cooperação Técnica	€3 milhões
	- Administração de Biodiversidade	€2 milhões
	- Iniciativa de Governança nos PALOP	€7 milhões

#### 2.2 10º FED, ENVELOPE B, €13,9 MILHÕES

Este envelope cobrirá as necessidades imprevistas bem como a ajuda de emergência (caso tal ajuda não possa ser financiada pelo orçamento da UE), contribuições a iniciativas internacionalmente acordadas para o alívio da dívida, e apoio para mitigar os efeitos adversos da instabilidade das receitas de exportação.

Em conformidade com o artigo 3(5) do anexo IV do Acordo Cotonou, este montante pode ser aumentado se for necessário por causas operacionais ou revistas ad-hoc.

### **2.3 FACILIDADE DE INVESTIMENTO**

Além dos instrumentos financeiros acima mencionados, dos quais o envelope A é a base programável principal para o PIN, o 10º FED também inclui uma Facilidade de Investimento, que é um instrumento administrado pelo Banco Europeu de Investimento. A Facilidade de Investimento não é parte do PIN.

Actividades específicas poderiam ser apoiadas pelo "Centre for the Development of Enterprise" (CDE) e o "Centre for the Development of Agriculture" (CDA).

### **2.4 10º FED, PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL**

Este programa cobrirá operações de desenvolvimento programáveis a longo prazo, dentro da estratégia regional para a SADC. A distribuição não é parte do Programa Indicativo mas poderá ter repercussões a nível nacional, dependendo da participação de Angola em programas propostos dentro do quadro regional.

### **2.5 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Actividades específicas poderão ser suportadas por acções externas financiadas pelo orçamento geral da Comunidade Europeia levadas a cabo dentro da perspectiva financeira para 2008-2013 (no entanto este financiamento está sujeito a procedimentos especiais e depende da disponibilidade monetária) e fora dos recursos próprios do BEI. Acções financiadas pelo orçamento geral incluem, entre outras coisas, programas financiados pelo Instrumento de Desenvolvimento e Cooperação tal como os programas temáticos "investir nas pessoas", "actores não estatais em desenvolvimento", "migração e asilo", "o ambiente e a gestão sustentável de recursos naturais incluindo energia e "segurança alimentar", bem como acções financiadas por outros instrumentos como o instrumento para estabilidade, o instrumento para a promoção da democracia e dos direitos humanos, ou o instrumento para assistência humanitária e de emergência.

### **2.6 MONITORIA E AVALIAÇÃO**

Monitoria de resultados e avaliações do impacto de actividades individuais (programas, projectos, sectores) dentro deste Documento de Estratégia serão efectuadas em concordância com as provisões técnicas e administrativas que são anexadas a cada Convenção de Financiamento individual preparada para a implementação desta estratégia.

Os resultados e o impacto da cooperação da Comissão com Angola, implementada através do Programa Indicativo Nacional e através de outras acções financiadas pelo orçamento geral da Comunidade Europeia, serão avaliados por uma avaliação externa independente. Esta avaliação a nível nacional pode ser efectuada em conjunto com os estados membros da UE e possivelmente também com outras agências de doadores.

## **3. TEMAS DE CONCENTRAÇÃO**

### **3.1 GOVERNAÇÃO E APOIO ÀS REFORMAS ECONÓMICAS E INSTITUCIONAIS**

O **objectivo** principal de intervir nesta área é apoiar o fortalecimento das capacidades institucionais de Angola. O progresso na protecção dos direitos humanos, boa governação e

democratização é fundamental para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. A cooperação CE-Angola promoverá activamente um diálogo sobre governação dentro do país, em áreas como a descentralização, reforma da administração pública financeira, reforma do sector público e acesso à justiça. Isto é essencial para o estabelecimento de reformas dentro do país num contexto de responsabilidade e ambiente institucional que apoiem os direitos humanos, os princípios da democracia e o papel das leis. Em particular, é necessário fortalecer a capacidade do Instituto Nacional de Estatística, o sector de justiça e da administração financeira, apoiar o processo de descentralização e governação local, apoiar o governo para melhorar a coordenação da ajuda exterior, e continuar apoiar os serviços do Ordenador Nacional. A capacidade de monitorização das instituições centrais precisa igualmente de ser reforçada, tal como a capacidade de implementação dos governos locais cujas responsabilidades, em termos de serviços primários, se expandem rapidamente. O desenvolvimento institucional pode incluir, se for necessário, o equipamento, a reabilitação e a construção de infra-estruturas, nos sectores mencionados, para aumentar a oferta de serviços à população. Como montante indicativo, aproximadamente € **42 milhões** serão disponibilizados para esta intervenção.

As principais **acções** propostas são:

#### **A. Desenvolvimento Institucional no contexto da modernização da administração pública**

Para apoiar o processo de modernização da administração, deverá ser dada prioridade ao aumento da capacidade de algumas instituições chave, como por exemplo o INE ou o INAP entre outros, para apoiar a totalidade do sistema de administração pública. O fortalecimento destas instituições requer investimentos nos recursos humanos, mas também providenciar assistência em aspectos técnicos para os quais os peritos nacionais as não possuem. Isto requer apoio às iniciativas governamentais para ordenar as questões legislativas pertinentes dentro de um quadro regulador. Para que estas novas políticas sejam implementadas correctamente, as intervenções devem levar em conta o desenvolvimento de capacidades de estruturas de gestão descentralizadas. Estas intervenções chave complementarão qualquer assistência técnica ao processo de reforma da administração pública em curso. De uma maneira geral, as intervenções acima referidas contribuirão para um melhor funcionamento da administração que fornece serviços públicos

#### **B. Apoio ao processo de descentralização e governo local**

Pode ser possível avançar para a boa governação introduzindo maior tomada de decisões (e recursos para executar essas decisões), a nível local. Três processos paralelos dão os fundamentos para as intervenções nesta área; o estabelecimento das *autarquias*; a revisão da *Lei 17/99* e as responsabilidades e recursos atribuídos a unidades de serviços pelos sectores. Dentro destas três áreas há espaço quer para fazer com que a legislação existente funcione quer para trabalhar dentro da agenda do governo para melhorar a legislação. Muita da legislação existente deixa a porta aberta para a introdução de mecanismos de responsabilidade para cidadãos; porém estes não estão, na prática, completamente envolvidos.

Esta aproximação envolve a questão da descentralização/desconcentração e as reformas da administração pública. Mudar-se-ia de “projectos” de descentralização para apoio integrado para governação territorial. Na prática isto incluirá uma parceria estratégica com o Ministério da Administração do Território, o Ministério das Finanças e o Ministério do Planeamento. Discussões com o governo a nível central e provincial indicaram que existe espaço institucional para este tipo de programa.

A decisão para se ir para a frente com 41 *autarquias* piloto confirma esta escolha estratégica, que é também a escolha racional dada a experiência internacional. A província é o grau mais baixo do governo central desconcentrado. Assumirá responsabilidade por facilitar e apoiar o governo central mas eventualmente perderá um papel de execução directa, aparte de áreas estratégicas como estradas principais – entretanto os ministérios centrais podem eventualmente executá-las. Programas que trabalhem na implementação da capacidade institucional municipal envolverá muito trabalho a nível provincial para criar capacidade provincial para servir as municipalidades. Isto implica trabalhar com sectores a todos os níveis para desenvolver reformas normativas que estabeleçam divisões de trabalho apropriadas entre as responsabilidades provinciais e municipais.

### **C. Apoio ao sector da justiça**

O objectivo principal é assegurar o acesso melhorado à justiça, dentro de um quadro de reformas institucionais e do processo de democratização. Há vontade no Governo de tornar este sector mais eficiente para reduzir decisões arbitrárias e aumentar a protecção dos indivíduos contra as disfunções que afectam os direitos dos cidadãos. Isto inclui estender o alcance do Ministério da Justiça a todo o país e incorporar as leis tradicionais africanas na Jurisprudência angolana. O Governo está preparado para encontrar soluções imaginativas para alcançar este objectivo.

Entre outras coisas, isto poderia envolver o aumento do acesso a advogados, consciência crescente dos direitos dos cidadãos, aumento do número de advogados formados, trabalhar para assegurar que o objectivo de desenvolver a mediação e a jurisprudência Africana não põe em perigo outros princípios, como por exemplo a igualdade de género.

Esta intervenção incluirá apoio para a modernização das instituições judiciárias: reformando o quadro legal, a capacidade de implementação e as actividades de formação, pesquisa. Por outro lado, a intervenção esforçar-se-á para apoiar a melhoria das condições de acesso à justiça das comunidades a nível central com perspectivas de inovação. Este apoio será uma aproximação integrada com vista a melhorar a qualidade do diálogo e a coordenação entre os diferentes actores (Ministério da Justiça a diferentes níveis, juízes, advogados, Ordem dos Advogados, associações de Defensores dos Direitos Humanos, entre outros). Este apoio será coordenado com outros doadores como o PNUD.

### **D. Fortalecer a Gestão de Finanças Públicas**

O sistema de PFM recorre a estruturas e procedimentos através dos quais são tomadas e implementadas decisões relativamente à alocação e administração dos recursos públicos. Estas decisões são tomadas no contexto do processo do orçamento anual. Porém, são influenciadas por um processo político abrangente e pelo quadro legal institucional do Governo.

O aspecto cíclico do processo do orçamento é crucial para a sua operação efectiva. É a qualidade da execução do orçamento que dá significado ao processo de preparação do orçamento. São as auditorias que dão rigor ao processo de execução e é a qualidade da revisão da política que dá a direcção para o planeamento estratégico. Uma ligação fraca neste ciclo arruinará o sistema como um todo. Por esta razão é importante olhar para este processo como um todo ao se pretender diagnosticar forças e fraquezas. Espera-se que dois passos cruciais sejam melhorados.

### 1. Moldar a política: Formulação do Orçamento

Através da formulação do processo orçamental, o governo deve fazer várias escolhas relativamente ao financiamento das despesas públicas e à atribuição dos recursos disponíveis ou novos programas e instituições. O *Orçamento Geral do Estado* é concretamente uma declaração muito clara de intenção, muitas vezes mais precisa do que as políticas ou planos nos quais é baseado, acerca das prioridades e compromissos que o GdA pretende assumir. Isto envolve muitas vezes um compromisso entre “boas soluções técnicas” e a realidade de políticas e interesses dentro do país.

### 2. Fazer com que as coisas aconteçam: Execução do orçamento

A implementação do orçamento é o resultado de uma combinação do processo técnico e político. Isto inclui: (i) o realismo dos valores orçamentados o qual é uma função da capacidade do governo para prever variáveis com precisão, como o crescimento e taxas de inflação e níveis de renda, assim como a sua capacidade de implementar programas; (ii) a honestidade do orçamento, ou o grau para o qual está livre de manipulação arbitrária, a qual pode vir de pressões políticas ou falta de transparência; e (iii) choques e flexibilidade, reflectidas na capacidade do orçamento de se ajustar a mudanças súbitas em prioridades ou recursos vindos de circunstâncias exteriores.

### **E. Aumentando a responsabilidade e transparência**

O melhor mecanismo para assegurar a responsabilidade num sistema democrático é assegurar que a população participe no processo eleitoral. Dada a sua forte experiência eleitoral, a CE pode fornecer apoio válido no processo de democratização através do apoio ao ciclo eleitoral, como está definido pelas autoridades nacionais, especialmente em termos de educação do eleitor e capacidade de implementação em instituições importantes, tais como a Comissão Nacional Eleitoral.

Outra maneira de aumentar a responsabilidade política é o fortalecimento da Assembleia Nacional para que execute as suas responsabilidades legislativas. A cooperação entre a CE-Angola apoiará iniciativas integradas de implementação, no sentido de fortalecer a Assembleia que se espera que seja eleita em 2008. Finalmente, outras instituições, como o Tribunal de Contas, necessita de ser apoiada de melhorar a sua transparência dos serviços públicos.

O principal instrumento de implementação será o apoio do projecto. Além disso, fundos agrupados e programas conjuntos são inovações que podem oferecer aos doadores vantagens das estratégias nacionais e aproximações, com implementações localizadas. Elas oferecem oportunidades para aumentar a harmonização entre os doadores e a longo prazo pode ser mais fácil ser absorvido nas políticas do governo e estruturas do que colecções de projectos.

As principais medidas de política sectorial a ser tomadas pelo Governo como uma contribuição para a implementação da estratégia de resposta neste campo são:

- Plano de acção de recursos humanos para a administração pública.
- Censo nacional
- Fazer progressos no sentido do processo de descentralização, especialmente nas 41 municipalidades piloto.
- Eleições legislativas, presidenciais e municipais
- Melhor formulação orçamental aumentando a execução de taxas em sectores chaves
- Consolidar a unificação do orçamento

- Adoptar um plano nacional no sector da Justiça
- Fazer progressos na reforma do quadro legal no sector da justiça e direitos de propriedade
- Fazer progressos na revisão do quadro legal para a sociedade civil

Os principais compromissos do Governo para assegurar a integração das questões transversais são:

- Situação dos recursos humanos monitorizada regularmente
- Melhoramente do diálogo entre o GdA e as associações dos direitos humanos
- Ouvir a sociedade civil nos altos círculos do Governo
- Melhorar o acesso à informação

### **3.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO**

O objectivo principal das intervenções nesta área focal é acelerar o processo para se alcançarem os ODM relacionados com a erradicação de pobreza, a saúde e educação, apoiando tanto o governo como as organizações não governamentais para trabalharem mais eficazmente e assim melhorarem o acesso e a qualidade dos serviços sociais básicos. Isto exigirá acções especiais para apoiar os grupos mais vulneráveis para assegurar que eles não sejam esquecidos no processo de desenvolvimento.

Como montante indicativo, aproximadamente **€ 68,5 milhões** serão disponibilizados. Os programas serão formulados numa base sectorial devido às especificidades técnicas de cada sector. No entanto, dado que alguns constrangimentos enfrentados pelos sectores da educação, saúde e água são semelhantes, a lógica global da intervenção apresentada no ponto IV.2 do CSP não diferencia os sectores. As principais acções propostas são:

#### **A. Fortalecimento no sector da educação**

A Reforma da educação está planeada para finalizar em 2011. Dado o grande número de pessoal de educação com fracas qualificações que entraram para o serviço público após o fim da guerra, será necessário continuar a apoiar programas de formação e ao mesmo tempo tentar aumentar o custo-efectividade destas intervenções através da introdução de métodos inovadores, como o ensino à distância. Por outro lado será dada grande ênfase na formação inicial de institutos e na avaliação do impacto que a formação dos professores tem nas capacidades cognitivas dos estudantes para reforçar a qualidade geral do ensino.

Um dos constrangimentos principais no sistema de educação é a fraca capacidade de administração, especialmente nas áreas de planeamento e orçamentação. Haverá apoio contínuo para aumentar a capacidade de planeamento e orçamentação adequada, com especial ênfase no aumento das capacidades das autoridades municipais, por serem eles os responsáveis pela educação primária no quadro do processo de descentralização. Outro maior desafio será desbloquear os estrangulamentos entre a educação primária e secundária (especialmente para as raparigas). Por outro lado, as novas intervenções apoiarão as associações de pais ou outro tipo de associações profissionais dado que é amplamente reconhecido que elas podem ter um impacto principal no melhoramento da qualidade da educação.

#### **B. Apoio ao sector da saúde**

O sistema nacional de saúde possui um sistema de informação muito fraco que necessita de ser fortalecido para um planeamento eficiente e impedir a disseminação de epidemias a

tempo. Ao sector ainda falta uma politica nacional de saúde e uma estratégia a meio prazo que poderá trazer o quadro para financiamentos futuros. As intervenções neste sector contribuirão para fortalecer estes processos assim como apoiar as municipalidades nas respostas às responsabilidades que lhes foram dadas em termos de cuidados de saúde primários. Posteriormente será requerido o fortalecimento dos sistemas municipais de saúde nas suas tarefas para responder aos novos desafios. No entanto, as intervenções a nível central e provincial serão cruciais para apoiar a capacidade de monitoria destes níveis chaves.

O sector já está a preparar um plano de desenvolvimento de recursos humanos para 10 anos que deverá estar operacional em 2007. A CE será um parceiro chave na implementação deste plano. Além disso, os programas também explorarão a maneira de como garantir acréscimo de sustentabilidade com maior participação da comunidade na administração de serviços de saúde locais.

### **C. Protecção de grupos vulneráveis**

O conceito de grupos vulneráveis está a evoluir rapidamente em Angola devido à rápida expansão económica e o fim da guerra, incluindo soldados desmobilizados, famílias encabeçadas por mulheres, pessoas portadoras de deficiências, pessoas da terceira idade, e órfãos que trabalham. Atenção também será dada aos trabalhadores pobres dentro do sector informal em áreas urbanas. Existe um debate actual de qual deverá ser o papel do governo na protecção destes grupos e no asseguramento de que eles terão acesso a serviços sociais básicos. É esperado que isto conduza à definição de objectivos de politica social claros. É provável que isto seja um processo difícil devido ao largo número de ministério envolvidos (MINARS, MINSA, MED, MINUA, MINADER) e o nosso programa apoiará este processo de coordenação. Além disso, novos objectivos serão traduzidos num plano estratégico a médio prazo que o nosso programa apoiará. Pode ser necessário apoiar experiências preliminares de transferência de meios financeiros. Adicionalmente programas pilotos específicos poderão ser dirigidos a grupos vulneráveis.

### **D. Agua e serviços sanitários**

Os programas pretendem aumentar o acesso à água potável e serviços sanitários básicos, acompanhando todas as actividades com uma forte componente de higiene e promoção da saúde e implementar um mecanismo de monitoria para controlar a qualidade das fontes de água formais e informais. É provável que áreas peri-urbanas sejam o foco destas intervenções, dada a sua alta densidade populacional e a pobreza extrema, as quais deterioram significativamente as condições de higiene. Além disso, o papel das associações de água será fortalecido tanto como fornecedores de serviços como instituição que representa os direitos dos usuários.

### **E. Reabilitação, construção e equipamento.**

No quadro das intervenções em cima mencionadas prevê-se também acções de reabilitação, construção e fornecimento de equipamentos para reforçar a oferta de serviços sociais. Estas medidas podem tomar a forma de financiamento por parte da Comissão de equipamentos, ou para as infra-estruturas sociais, em particular a nível dos municípios.

O instrumento de aplicação principal será o apoio ao projecto.

As principais medidas de politica sectorial a serem tomadas pelo Governo como uma contribuição para a implementação à estratégia de resposta no terreno são:

- Definição de planos sectoriais estáveis a médio prazo e ordenamento de quadros reguladores e legislação apropriada
- Aumentar a eficiência dos gastos públicos em parte aumentando tanto as despesas em saúde primária como em educação ambas em termos absolutos e relativos
- Implementar mecanismos que permitam aos usuários estar envolvidos na gestão dos serviços locais (já contemplado na legislação)
- Implementar políticas amplas de desenvolvimento de recursos humanos
- Conclusão da reforma da educação
- Aprovação da política do sector da saúde e política financeira, e definição de uma estratégia a médio prazo
- Definir mecanismos financeiros para cuidados médicos primários que não seja a comparticipação (que vai ser abolida)

### **3.3 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Os seguintes objectivos específicos serão perseguidos: reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar.

No último DEP, uma parte importante das intervenções ligadas ao desenvolvimento rural e segurança alimentar foram financiadas através da Linha Orçamental de Segurança Alimentar que já não existe. Agora, todas as intervenções deverão ser financiadas através do 10º FED.

Como montante indicativo, aproximadamente **€68,5 milhões** serão disponibilizados para esta intervenção.

As principais **acções** propostas são:

- A. Acções para apoiar a adaptação e diversificação das pequenas empresas familiares camponesas:** este projecto relacionado com o desenvolvimento agrícola focalizar-se-á no desenvolvimento de novas oportunidades para estas pequenas empresas familiares: inovação técnica, mercados, diversificação de rendimentos agrícolas, serviços rurais financeiros, pesquisa, formação e extensão rural. Novos empregos e oportunidades de rendimentos para mulheres serão desenvolvidos. Administração sustentável de recursos naturais (particularmente administração integrada de recursos da terra e água) será a força motriz deste projecto.
- B. Acções para apoiar a reintegração económica e social de grupos vulneráveis:** este projecto poderá incluir uma implementação piloto de programas de impacto social em áreas rurais, como a remota província do Moxico. Explorará novas maneiras para alcançar os desfavorecidos rurais, incluindo mulheres, crianças que trabalham e jovens sem formação e criar condições para melhor os incluir no processo de desenvolvimento socio-económico. Este tipo de intervenções será uma contribuição directa para o reforço da coesão nacional.
- C. Acções para apoiar a desminagem e outras actividades associadas:** este projecto apoiará os esforços do governo com um foco claro no apoio institucional para instituições Angolanas tal como CNIDAH e o Instituto Nacional de Desminagem.

#### **D. Melhorar o acesso a infraestruturas básicas a nível rural e municipal**

a) O principal foco será tomar as medidas necessárias para apoiar os governos locais na melhor utilização dos seus recursos, melhorando as suas capacidades de gestão e os instrumentos de planeamento para a implementação e prestação de serviços. Onde os fundos da comunidade possam proporcionar um valor acrescentado numa base complementar com os governos, a participação nos custos para infra-estruturas de nível rural, comunal e municipal será disponibilizada. Especial ênfase será dada a intervenções na água e saneamento, ligadas às unidades básicas de Saúde e Educação, sempre que possível, numa pequena escala, à parte das infraestruturas sociais e o acesso aos projectos de reabilitação de estradas deverão também ser financiados numa base *ad hoc*.

b) Esta intervenção deve permitir a reabilitação e construção de infra-estruturas rurais para facilitar o acesso à circulação, a integração dos grupos vulneráveis da população agrícola para assegurar todo o processo de desenvolvimento económico ao nível local.

O principal instrumento de implementação será o apoio do projecto com intervenções integradas num diálogo de políticas estruturado com os Ministérios principais, usando a aproximação do projecto de uma maneira compreensiva e coordenada, focalizada em áreas específicas onde o apoio poderá ter um efeito de força impulsionadora. Esta é uma maneira de integrar uma abordagem de projecto numa estratégia sectorial. A este respeito, para a agricultura, uma abordagem de programa sectorial incluindo o Governo e as principais partes envolvidas, outros doadores e organizações internacionais, pode ser considerada.

As principais medidas políticas sectoriais a ser tomadas pelo Governo como uma contribuição para a implementação da estratégia de resposta neste campo são:

- Finalizar e implementar todo o conjunto de leis e regulamentações ligadas ao desenvolvimento rural, que estão actualmente em preparação. Neste contexto, é particularmente importante a aprovação e implementação da regulamentação sobre a terra no sentido de proteger a terra para as comunidades rurais;
- Apoiar as pequenas empresas familiares camponesas através da melhoria dos seus serviços, em consonância com o presente PERDRP;
- Apoiar a coesão nacional através do fortalecimento do processo de reconstrução nacional. Isto inclui investimentos em estradas, desminagem, mas também em infra-estruturas sociais em áreas rurais;
- Completar a reabilitação de centros de formação profissional em agricultura e desenvolver currículos apropriados com vista a aumentar o número de recursos humanos qualificados a todos os níveis;
- Implementar políticas pró-activas com o objectivo de encorajar a presença de pessoal apropriado e treinado em serviços públicos em áreas rurais.

#### **4. OUTROS PROGRAMAS**

Um montante indicativo de **€35 milhões** será disponibilizado para as seguintes acções:

##### **Água e saneamento**

O **objectivo** que dirigirá a intervenção da CE no sector da água é o melhoramento da qualidade da água e dos serviços sanitários básicos fornecidos aos mais vulneráveis em Angola.

**Acções** específicas que serão implementadas serão as que requerem um diálogo forte e cooperação com as autoridades, especialmente a nível central tais como:

- Apoio na execução do quadro regulador relativamente à implementação com o processo de descentralização relacionado com o sector da água e saneamento.
- Apoiar as iniciativas existentes do Governo para a preparação de um sistema nacional de monitoria e avaliação e direcção das actividades nas províncias seleccionadas.
- Apoio na preparação ou revisão das políticas relacionadas com a qualidade da água, conduzir pesquisas com especial foco nas áreas peri-urbanas e designar e implementar medidas para o melhoramento da qualidade da água.
- Apoiar as Autoridades para montar um processo de coordenação com outras instituições governamentais e doadores relevantes. Envolver a sociedade civil e os usuários finais num processo consultivo e decisivo, para explorar as possibilidades de envolver o sector privado como um pequeno provedor de serviços de água em áreas rurais e pequenas cidades.
- Apoio na preparação do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos a nível nacional para a água e saneamento e acompanhar a sua implementação com actividades seleccionadas.

## **Sector Privado**

A fim de facilitar o crescimento e fortalecimento do sector privado, garantir e facilitar o seu acesso ao sector bancário, uma especial atenção pode ser dada ao apoio da concepção de um sistema de garantia de créditos às pequenas empresas com dificuldades ao acesso de créditos.

## **Integração Regional**

A integração regional, o comércio e o apoio aos APEs formará uma área não focal do DEP. Como no PIR da SADC, esta área terá dois componentes:

1. Apoiar Angola na implementação dos compromissos no APE e,
2. Apoiar o conjunto do processo de integração regional da SADC como especificado no RISDP e os planos de negócio pertinentes. Isto relaciona às áreas tais como a implementação completa da Área de Comércio Livre (Protocolo de Comércio), desenvolvimento de políticas de comércio comuns, liberalização de comércio em serviços, quadro para a União Aduaneira da SADC ou o Protocolo de Finanças e Investimento, assim como aspectos da integração regional mais abrangentes. Este apoio poderia incluir o reforço de capacidades das instituições angolanas responsáveis pela implementação e seguimento da integração regional da SADC.

As infra-estruturas permanecem com alta prioridade dentro da região. Assim, o apoio às infra-estruturas para inter conectar a região deveria ser uma área de intervenção como parte da integração regional e apoio ao comércio. Dada a existência da Facilidade de Infra-estrutura para Africa e a responsabilidade individual dos Estados Membros para a actual construção, o apoio para as distribuições do PIN não será suficiente para o investimento financeiro em infra-estruturas. Ao invés, o apoio poderia incidir na preparação e no desenvolvimento do projecto no quadro do Plano Piloto de Desenvolvimento de Infra-Estruturas Regionais da SADC, actualmente em preparação. As questões estratégicas e reguladoras actualmente a serem exploradas são uma harmonização regional de instrumentos e procedimentos em transporte rodoviário (incluindo alfândegas e facilidade de comércio), desenvolvimento de um

quadro de políticas regional para a TIC, assim como questões relacionadas com a liberalização dos transportes aéreos, segurança de ar e dos aviões.

### **Actores Não-Estatais**

Apoio a actores não estatais significa actores não estatais elegíveis para financiamento ao abrigo do artigo 6 do Acordo Cotonou e artigo 4(1)(d) no anexo IV do Acordo revisado. Dependendo do seu mandato, o apoio a actores não estatais pode incluir actividades como “capacity building”, advocacia, pesquisa, aumento de conhecimentos, monitoria e a prestação de serviços a população. No apoio de actores não estatais, a CE pode usar o artigo 15 (4) do anexo acima mencionado que a permita ser a Autoridade Contratante. O objectivo é promover o desenvolvimento da sociedade civil angolana, particularmente em relação à democracia e direitos humanos. Apoio institucional a Actores Não-Estatais será dada na segunda fase do projecto “Apoio a Actores Não-Estatais em Angola” com vista a garantir a implementação do Acordo de Cotonou com um programa geral em capacidade de implementação e promoção do diálogo com autoridades nacionais e locais. O desafio é definir o papel da sociedade civil no contexto específico de Angola.

### **Facilidade de Cooperação Técnica**

A FCT foi concebida para dar apoio na implementação do CSP. O desejo é melhor identificar e implementar acções em projectos financiados pela CE, juntamente com melhoria da sensibilização entre os actores fundamentais em Angola em desenvolvimento geral e as políticas da CE nesta área. Os objectivos globais são:

- Implementação bem sucedida dos objectivos de desenvolvimento do Governo através do apoio de programas de desenvolvimento financiados pelo PIN.
- Propiciar uma aproximação mais coerente e informada sobre as necessidades dos sectores relacionadas com as áreas de cooperação

### **Gestão da Biodiversidade**

O objectivo é apoiar uma gestão racional de áreas protegidas com vista a preservar a rica biodiversidade de Angola, actualmente afectada e para contribuir da melhor maneira para a erradicação da pobreza na população angolana que vive dos recursos naturais. Isto será feito através de projectos (por exemplo na área de gestão de zonas protegidas, formação e actividades científicas, melhor gestão de produtos florestais que não sejam lenha e o ecotourismo) utilizando o quadro técnico geral oferecido por 12 anos de experiência da ECOFAC a Africa Central e COMIFAC. A experiência e iniciativas da SADC também podem beneficiar este programa.

### **“Screening” do Ambiente e Análise**

Todos os projectos e programas que serão apoiados sob este Documento de Estratégia e Programa Indicativo, podem afectar o ambiente de uma maneira significativa e podem assim resultar em efeitos não desejados sobre o ambiente e o bem-estar humano. Estes efeitos serão considerados durante a formulação dos programas e projectos através de processos de “screening”, que podem ser posteriormente seguidos de Estudos de Impacto Ambientais ou Avaliações Estratégica Ambiental, para reduzir os efeitos negativos e aumentar os efeitos positivos. Um financiamento adequado será reservado para este fim.

## **Cooperação CE-PALOP/Timor Leste (Iniciativas sobre a Governação)**

Os 5 países PALOP e Timor-leste têm uma forte identidade comum baseada numa história, cultura, língua e herança partilhada (inclui semelhanças nos sistemas de administração pública, justiça, gestão finanças publicas, mercado laboral, sectores sociais) e têm interesse em reforçar a cooperação e trocar experiências atendendo aos respectivos contextos e experiências. A cooperação CE-PALOP terá continuidade através de apoio à governação

Tendo em consideração esta realidade e a experiência na cooperação anterior, análise das capacidades e necessidades comuns, seria pertinente considerar projectos comuns nomeadamente em governação política (democracia e estado de direito), económica e social bem como eficácia da administração pública.

Será dada prioridade a acções conjuntas de desenvolvimento de capacidades dentro dos sectores mencionados de governação. Os PALOP continuariam a poder partilhar experiências e conhecimentos assim como desenvolver conjuntamente respostas a desafios identificados conjuntamente. As orientações gerais e modalidades desta cooperação são estabelecidas no Memorando de Entendimento entre os PALOP/Timor Leste e a Comissão Europeia.

O Ordenador Nacional que participa num projecto co-financiado por outros países participantes nesta cooperação, delega as suas atribuições de implementação do projecto ao Ordenador Nacional do país chefe de fila, no limite necessário à implementação deste projecto.

### **Apoio orçamental**

Actualmente não está previsto o apoio orçamental no quadro da programação 10º FED. Todavia, se a evolução das condições for exequível e oportuno este tipo de intervenção, uma parte do envelope A poderia ser reprogramada numa fase posterior para um apoio orçamental geral ou sectorial, mediante acordo entre o Ordenador Nacional e a Comissão Europeia. Um tal acordo poderia acontecer no quadro da revista de médio percurso ou da revista de fim de percurso. O acordo sobre a realocação dos fundos neste contexto poderia, se necessário, ser objecto de uma adenda ao CSP.

## 5. QUADRO DA INTERVENÇÃO E INDICADORES DA EXECUÇÃO

### SECTOR FOCAL 1 – Governação e apoio para Reformas Institucionais e Económicas

	<b>Intervenção Lógica</b>	<b>Indicadores Objectivamente verificáveis</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Hipóteses</b>
<b>Objectivos Globais</b>	Melhorar a capacidade institucional para adquirir objectivos de desenvolvimento			
<b>Objectivos do Programa</b>	Apoiar instituições chave para fortalecer a governação judicial, administrativa, política e económica com vista a melhorar a prestação de serviços do estado e beneficiar os desfavorecidos			

<b>Resultados</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituições chave que prestem “serviços centrais” reforçados (e.g. INE, INAP)</li> <li>2. Progresso no processo de descentralização</li> <li>3. Reforço do sector justiça</li> <li>4. Reforço da gestão das finanças públicas</li> <li>5. Melhoramento da prestação de contas e transparência</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatísticas regulares sobre os níveis de pobreza</li> <li>- Poder político e administrativo em 41 municipalidades piloto</li> <li>- Eleições presidenciais, legislativas e municipais</li> <li>- Taxas de execução orçamental reflectem as distribuições do orçamento</li> <li>- Orçamento consolidado unificado que reflecte as prioridades nacionais</li> <li>- N. de advogados e juízes disponíveis</li> <li>- N. de tribunais municipais que funcionam e casos apresentados/resolvidos</li> <li>- Reforma legislativa do sistema judicial</li> <li>- Número de leis aprovadas pelo Parlamento</li> <li>- Número de auditorias efectuadas pelo Tribunal de Auditores e disponíveis</li> <li>- Publicação do relatório anual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Boletins do INE / Estatísticas do Governo</li> <li>- Planos do Governo/Orçamento Nacional</li> <li>- Análises orçamentais</li> </ul>	
-------------------	---	---	---	--

## SECTOR FOCAL 2 – Desenvolvimento Humano e Social

	<b>Intervenção Lógica</b>	<b>Indicadores Objectivamente verificáveis</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Hipóteses</b>
<b>Objectivos Globais</b>	Progresso acelerado com vista a atingir os ODM para a saúde e educação	<p>Taxa de mortalidade de menores de 5 anos</p> <p>Taxa de população com acesso a instalações de saúde</p> <p>Taxa de população com acesso aos medicamentos</p> <p>Rácio de mortalidade materna</p> <p>Taxa de inscrição escolar líquida (por género)</p> <p>Taxa de aprovação escolar</p> <p>Nº de alunos matriculados</p> <p>% da população que vive com menos de 1 USD/dia</p>	EMIS do sector de saúde e educação	
<b>Objectivos do Programa</b>	Apoio a instituições governamentais e não governamentais para trabalharem com mais eficiência e melhorarem o acesso e a qualidade dos serviços sociais básicos			

<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de recursos humanos</li> <li>- Reforço das capacidades de instituições governamentais relevantes</li> <li>- Consolidação das ligações entre dadores e as comunidades</li> <li>- Políticas efectivas de apoio a populações vulneráveis</li> <li>- Redução substancial das epidemias relacionadas com a água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>% de profissionais qualificados correctamente</li> <li>Os sectores da saúde e educação têm planos orçamentais correctos a médio prazo</li> <li>% de municípios com pessoal qualificado no sector social</li> <li>% de municípios com associações de água a funcionar</li> <li>% de chefes de família vulneráveis beneficiários de um programa social</li> <li>% de população afectada por doenças diarreicas</li> <li>% de crianças em trabalho infantil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MIS de educação, saúde e sector de águas</li> <li>Orçamentos anuais, revisão da despesa publica</li> <li>Avaliações e sistemas de informação pessoais</li> <li>Relatórios de projecto e relatórios governamentais provinciais</li> <li>Estudos sobre proprietários</li> <li>Sistema de informação de saúde</li> </ul>	
-------------------	--	--	--	--

### SECTOR FOCAL 3 – Desenvolvimento Rural, Agricultura e Segurança Alimentar

	<b>Intervenção Lógica</b>	<b>Indicadores Objectivamente verificáveis</b>	<b>Fontes de Verificação</b>	<b>Hipóteses</b>
<b>Objectivos Globais</b>	Redução da pobreza e da insegurança alimentar em áreas rurais	Incidência e severidade de pobreza em áreas rurais	Estudos	
<b>Objectivos do Programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento agrícola</li> <li>- Apoio à integração económica e social de grupos vulneráveis</li> <li>- Melhoramento dos acessos</li> <li>- Melhoramento da capacidade local do planeamento territorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção agrícola (t de produtos)</li> <li>- % Comercializada</li> <li>- Preços dos produtores</li> <li>- Severidade da pobreza em áreas rurais (% da população que vive de menos de 1 USD/dia, censo nacional)</li> <li>- Km de estradas desminadas</li> <li>- Nº de planos municipais desenvolvidos através de uma aproximação participativa</li> <li>- Nº de planos municipais usados e implementados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatísticas do MINADER</li> <li>- Estudos</li> <li>- CNIDAH data</li> <li>- Relatórios de projectos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vontade política confirmada para implementar políticas pro-desfavorecidos</li> <li>- Estabilidade política</li> <li>- Ausência de condições climatéricas adversas</li> <li>- Quadro legal funcional, ligado ao desenvolvimento rural</li> <li>- Vontade política confirmado para lidar com os aspectos socio-económicos regionais</li> <li>- Quadro de formação vocacional funcional</li> </ul>

<b>Resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aumento e diversificação da produção agrícola e comércio</li> <li>- Aumento dos rendimentos das empresas familiares camponesas</li> <li>- Melhoramento da rede de serviços eficientes em áreas rurais</li> <li>- Melhor integração das mulheres e grupos vulneráveis no processo de desenvolvimento socio-económico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção agrícola / quebra dos rendimentos dos proprietários</li> <li>- Nº de serviços públicos eficientes disponíveis em áreas rurais</li> <li>- Nº de mulheres e vulneráveis que beneficiem de um programa social</li> <li>- Nº de pequenos agricultores beneficiando de apoio técnico e financeiro</li> <li>- Nº de mulheres exercendo actividades produtivas e económicas</li> <li>- Estatística sobre trabalho infantil em zonas rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estatísticas</li> <li>- Estudos sobre proprietários</li> <li>-relatórios de projectos</li> </ul>	
-------------------	--	--	---	--

## 6. TABELA INDICATIVA PARA COMPROMISSOS E DESPESAS

### 6.1 TABELA INDICATIVA PARA COMPROMISSOS GLOBAIS

(Este quadro é apenas indicativo. Segundo as estratégias sectoriais do governo e as orientações da presente estratégia, será analisada a possibilidade de um "abordagem de programa" que concentra num só programa -correspondente a um só compromisso global- projectos e acções de vários sectores pertencentes a mesma temática)

SECTOR FOCAL 1 – Governação, e Apoio às reformas económicas e institucionais	€ 42 M	2008		2009		2010→	
		1	2	1	2	1	2
Melhoramento da capacidade institucional (incl. Apoio ao INE)	€8-15 M		x				
Apoio ao processo de descentralização e governação local	€8-15 M						x
Apoio ao sector da justiça	€15-20 M				x		
Reforço da gestão das finanças públicas	€8-10 M						x
<b>SECTOR FOCAL 2 – Desenvolvimento humano e social</b>	<b>€68,5 M</b>						
Programa integrado de apoio aos sistemas municipais de saúde e estruturas centrais	€20-30 M				x		
Qualidade da água, higiene e saneamento	€15-20 M				x		
Educação	€15-20 M				x		
Programa de apoio a grupos vulneráveis	€8-10 M				x		
<b>SECTOR FOCAL 3 – Desenvolvimento rural, agricultura, e segurança alimentar</b>	<b>€68,5 M</b>						
Projecto para apoio à adaptação e diversificação de empresas familiares camponesas	€15-20 M				x		
Projecto para a integração social dos mais vulneráveis	€15-20 M				x		
Projecto para apoio à desminagem	€15-20 M		x				
Projecto para o apoio à gestão da água em áreas rurais	€15-20 M				x		

<b>SECTORES NÃO FOCALIS</b>	<b>€35 M</b>						
Água e saneamento	€8 M				x		
Integração Regional	€9 M				x		
Actores não estatais	€3 M						x
Facilidade de cooperação técnica	€3 M						x
Apoio ao sector privado	€3 M				x		
Administração da biodiversidade	€2 M						x
<b>Iniciativa governação dos PALOPs</b>	<b>€7 M</b>				x		
<b>Total Obrigações:</b>	<b>€214 M</b>						

6.2 TABELA INDICATIVA PARA DESPEAS

SECTOR FOCAL 1 – Governação e Apoio a reformas económicas e institucionais	€42 M	2008		2009		2010→	
		1	2	1	2	1	2
Melhoramento da capacidade institucional (incl. Apoio ao INE)	€8-15 M			2		3	
Apoio ao processo de descentralização e governação local	€8-15 M						2
Apoio ao sector da justiça	€15-20 M				1		3
Reforço da gestão das finanças públicas	€8-10 M						2
<b>SECTOR FOCAL 2 – Desenvolvimento humano e social</b>	<b>€68,5 M</b>						
Programa integrado de apoio aos sistemas municipais de saúde e estruturas centrais	€20-30 M					4	
Qualidade da água, higiene e saneamento	€15-20 M					3	
Educação	€15-20 M					2	1
Programa de apoio a grupos vulneráveis	€8-10 M					2	
<b>SECTOR FOCAL 3 – Desenvolvimento rural, agricultura, e segurança alimentar</b>	<b>€68,5 M</b>						
Projecto para apoio à adaptação e diversificação de empresas familiares camponesas	€15-20 M					3	
Projecto para a integração social dos mais vulneráveis	€15-20 M					4	
Projecto para apoio à desminagem	€15-20 M			2		4	
Projecto para o apoio à gestão da água em áreas rurais	€15-20 M					2	

<b>SECTORES NÃO FOCALIS</b>	<b>€ 35 M</b>						
Água e saneamento	€8 M					3	
Integração Regional	€9 M				2		
Actores não estatais	€3 M						2
Apoio ao sector privado	€3 M				1		
Facilidade de cooperação técnica	€3 M						1
Administração da biodiversidade	€2 M						0,5
Iniciativa governação dos PALOPs	€7 M				1,5		
<b>Total despesas:</b>	<b>€ 214 M</b>						

## 7. CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES

<b>Governança, e Apoio às reformas Económicas e Institucionais</b>	<b>2008</b>				<b>2009</b>				<b>2010→</b>			
	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>
Melhoramento da capacidade institucional (incl. apoio INE)	EV	FI	FA		CF							
Processo de descentralização e governação local									EV	FI	FA	CF
Apoio ao sector da justiça					EV	FI	FA	CF				
Reforço da gestão das finanças públicas									EV	FI	FA	CF
<b>Desenvolvimento social e humano</b>	<b>2008</b>				<b>2009</b>				<b>2010→</b>			
	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>
Programa integrado para o apoio dos sistemas de saúde					EV	FI	FA	CF				
Qualidade da água, higiene e saneamento					EV	FI	FA	CF				
Educação					EV	FI	FA	CF				
Programa apoio a grupos vulneráveis					EV	FI	FA	CF				
<b>Desenvolvimento rural, agricultura e segurança alimentar</b>	<b>2008</b>				<b>2009</b>				<b>2010→</b>			
	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>	<b>Q3</b>	<b>Q4</b>
Projecto apoio à adaptação de empresas familiares camponesas					EV	FI	FA	CF				
Projecto para a integração social dos mais vulneráveis					EV	FI	FA	CF				
Projecto apoio à desminagem	EV	FI	FA		CF							
Projecto apoio à gestão da água em áreas rurais					EV	FI	FA	CF				

ÁREAS NÃO FOCAIS	2008				2009				2010→			
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4
Água e saneamento					EV	FI	FA	CF				
Integração Regional					EV	FI	FA	CF				
Actores Não Estatais									EV	FI	FA	CF
Facilidade cooperação técnica									EV	FI	FA	CF
Gestão da biodiversidade									EV	FI	FA	CF
Sector Privado					EV	FI	FA	CF				
Iniciativa governação nos PALOPs					EV	FI	FA	CF				

EV: Estudo de viabilidade

FI : Ficha de identificação

FA : Ficha de acção

CF : Convenção de Financiamento

**República de Angola – Comunidade Europeia**  
**Republic of Angola – European Community**

**DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA PARA O PAÍS**  
**COUNTRY STRATEGY PAPER**

**LISTA DE ANEXOS/ LIST OF ANNEXES**

1. a. Key Macroeconomic Indicators  
b. Millennium Development Goals
2. a. Donor Interventions  
b. Past EC Cooperation: other instruments
3. Country Environmental Profile
4. Country Migration Profile
5. CSP drafting process
6. Harmonization Road Map
7. International Conventions signed and ratified by the Republic of Angola
8. Analyse de la soutenabilité de la dette /Análise da sustentabilidade da dívida / Debt sustainability analysis
9. Proposta para um Programa de Governança/ List of Government's governance commitments
10. EC/ PALOP Cooperation
11. Employment
12. Rural development and food security: EC cooperation
13. Demobilization and Reintegration Program (ADRP)
14. Main Trading Partners
15. Children and Development
16. Le Secteur Privé/ Sector Privado / Private Sector
17. Sistema de Saúde em Angola / Health system in Angola
18. Energia em Angola / Energy in Angola

NB: Annexes remain in their original language (Portuguese, English or French). / Os anexos ficam na língua original (Português, Inglês ou Francês).



## ANNEX 1a. KEY MACROECONOMIC INDICATORS

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Basic data<sup>1</sup></b>								
1	Population (in 1000)	15.1	15.5	16.1	16.5	17.0	17.4	17.9
	- annual change in %	2.9	2.9	2.9	2.8	2.8	2.8	2.8
2a	Nominal GDP (in billion €)	12.7	16.2	21.2	27.0	34.8	45.3	59.5
2b	Nominal GDP per capita (in €)	840.7	1042.9	1318.3	1635.8	2049.3	2603.0	3324.7
2c	- annual change in %	5.4	24.0	26.4	24.1	25.3	27.0	27.7
3	Real GDP (annual change in %)	3.3	11.2	20.6	18.6	23.4	26.6	12.9
4	Gross fixed capital formation (in % of GDP)	12.8	9.2	6.7	7.8	8.3	9.2	8.5
<b>International transactions</b>								
5	Exports of goods and services (in % of GDP)	69.6	69.7	79.3	73.8	67.2	67.0	60.8
	- of which the most important: oil (in % of GDP)	90	90	92	93	93	94	94
6	Trade balance (in % of GDP)	28.9	38.6	51.4	49.3	40.8	42.8	35.3
7	Current account balance (in % of GDP)	-5.2	3.5	16.8	23.3	6.4	8.7	4.1
8	Net inflows of foreign direct investment (in % of GDP)	-6.9	7.6	17.2	5.3	3.5	3.9	1.2
9	External debt (in % of GDP)	73.1	54.5	39.9	20.3	16.3	13.5	14.4
10	Service of external debt (in % of exports of goods and non-factor services)	23.7	16.5	10.9	8.7	4.5	3.6	4.2
11	Foreign exchange reserves (in months of imports of goods and non-factor services)	0.9	1.6	2.9	4.3	4.0	5.7	6.4
<b>Government</b>								
12	Revenues (in % of GDP)	37.9	36.9	40.7	46.4	34.5	35.4	33.0
	- of which: grants (in % of GDP)	0.8	0.5	0.2	0.0	0.1	0.1	0.1
13	Expenditure (in % of GDP)	44.3	38.5	33.3	31.6	33.6	31.4	30.9
	- of which: capital expenditure (in % of GDP)	7.6	4.9	5.0	8.9	9.1	9.7	9.1
14a	Deficit (in % of GDP) including grants	-6.4	-1.6	6.8	2.2	3.2	3.8	3.4
14b	Deficit (in % of GDP) excluding grants	-5.7	-1.2	6.5	2.1	3.1	3.6	3.3
15	Debt (in % of GDP)	73.1	54.5	39.9	20.3	16.3	13.5	14.4
	- Of which: external (in % of total public debt, est.)	98	98	99	99	99	99	99
<b>Other</b>								
16	Consumer price inflation (annual average change in %)	100.2	45.31	23.24	12.9	12.2	11.7	11.5
17	Interest rate (for money, annual rate in %)	81	57	11	7.9	11.2	-	-
18	Exchange rate (annual average of national currency per 1 €)	82	102.2	95.6	101.0	105.0	111.3	102.5
19	Unemployment (in % of labour force, ILO definition)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
20	Employment in agriculture (in % of total employment)	n.a	85.6	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

Data source(s) and notes:

1) All population related figures are estimates as the last national census was done over in 1970.

(2) 2007 figures are estimates and 2008-9 projections

(3) *Main sources:* Government of Angola, National Budget 2007 and 2008; Government of Angola, Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-8; IMF, Article IV Consultations, 2007; OECD African Outlook, Sumario Angola 2006/2007; World Bank, Country Economic Memorandum Angola 2006.

**Government forecast for macroeconomic indicators for 2007/08** (source: bi-annual programme 2007/2008 p. 19)

	<b>2007</b>	<b>2008</b>
GDP Growth	31,2	15,9
Inflation	10	8
GDP (billions Kwanza)	4483	5479
Oil production (millions barrels)	736	835
Barrel price (average)	50	45
Growth, oil sector	33,6	13,4
Growth, diamond	20,2	9,6
Growth, non oil sector	27,9	19,5

**National Budget, repartition by sectors**

TOTAL 2007 Budget: 2 503 887 000 000 Kwanzas equivalent to 33 billions USD

Education	5,61 %
Health	3,68 %
Social Insurance	10,63 %
Sport and culture	0,64 %
Housing and services	7,51 %
National Defence	6,88 %
Public Order	5,83 %
Agriculture and fisheries	2,96 %
Transport and communications	5,76 %
Public services	22,65 %
Financial load + economic services	25,40 %
Industry	0,26 %
Energy	1,58 %
Trade	0,60 %

## ANNEX 1B. TABLE ON MILLENIUM DEVELOPMENT GOALS

Indicators	1995	2001	2004	2005	2008***	2010	2015
% population living below national poverty line		68				45.7	34.0
% of under-5s suffering from severe chronic malnutrition		22.1				14.1	11.1
% of children enrolled in primary education (gross enrolment)		56.7	91.1	182	163		100.0
Net enrolment ratio in primary education	33.8	37.0			58,8		100.0
% of children completed fifth year of primary education		76.0					100.0
Under-5 mortality rate per 1 000	172	250	241			140.0	97.0
% of children (12-23 months) immunised against measles		53.4				80.1	100.0
Maternal mortality rate (per 1000 live births)		15/1000*		17/1000***	14/1000***		
Births assisted by skilled health personnel		44.7			50%	75.0	90.0
% of pregnant women with HIV (Attending ante natal clinics).			2.8**				
Population with access to potable water in urban areas		70.9				80.4	85.5
% population with access to potable water in rural areas		39.9				57.9	70.0

\* Baseline data from 1998 (Sources: PRSP, 11 September 2003\*\* Minsa/CDC-2004 – 26 sentinel sites - ante natal clinics in 18 provinces. \*\*\* Government General Plan 2007-2008

Measuring progress on MDGs is difficult, as statistics on Angola are rare and unreliable, which in itself is not surprising for a country just emerging from a long period of civil war. Angola with support from the UN prepared two MDG progress reports (2003 and 2005). Which shows development of progress towards achieving the MDGs and outline undertaken, planned and required government measures.

### Poverty Reduction

The assessment of the country's progress towards poverty reduction on the basis of the MDGs continues to be difficult due to scarcity and weakness of data. The few data available, while not allowing to identify a clear trend, point to still dramatic poverty levels (in particular in rural areas), while income is highly concentrated. Angola ranked 162<sup>nd</sup> out of 177 countries in the 2008 UNDP's Human Development Index.

### Education. Overall: improvement (in access)

Following official sources a third of the population is estimated to be illiterate, with very high disparities between men (82%) and women (54%), especially in rural areas.

As regards primary education, according to government sources the number of pupils in primary education rose from 1.9 M to 4.9 M in the 2001-2005 period; in spite of this performance, more than 700 000 children are still out of school. This significant growth in access is due mainly to two factors: a) the recruitment an additional 50,000 teachers (though most of these new teachers do not have any pedagogical accreditation), b) (some) efforts made in rehabilitating and constructing primary schools infrastructures.

Gross enrolment rates are now well above 100% (182 in 2005 according to the MED) reflecting the large number of children that were previously excluded from the school system. In 2007 20.630 new teachers will be deployed.

On the other hand, high repetition and drop out rates (28.6% and 16.1% respectively) reflect the poor quality of education, which has also been affected by the non-availability of critical education inputs. A further challenge to the Angolan primary education provision is the low number of annual hours of teaching received per pupil where 3 shifts are applied (only 250 hours instead of a benchmark of 900).

The large increase in overall public spending has led to increased expenditure in the education sector (in absolute levels), however the share has declined steadily in the period 2004-06 (from 10.5% to 3.8%) and only with the recent approval of the 2007 budget the trend reversed (5.6%).

### **Gender. Overall: Stagnation**

Discrimination of women is still widespread in Angola. While women are strongly represented in the informal sector, the share of women in more responsible positions is very low. The share of female MPs is low (12%) and there are no female governors in any of the 18 provinces, 3 out of 26 ministers are women (and 5 out of 43 vice-ministers). Angolan women are particularly affected by poverty, lack of access to education and the threat of HIV/AIDS.

Access to primary education is almost equal to that of boys but drop outs rates are higher.

### **Health. Overall: slight improvement**

Health infrastructure and service delivery is still rudimentary (low coverage, weak use and insufficient quality of rendered services) and special efforts must be made setting sound policy and strategy, rehabilitating structures, retaining staff, management and providing essential basic services. Some areas of especial concern are the very low allocation to health (barely 2% of the GDP) and its distribution (centralised, even paying for elite referrals overseas).

**Budget allocations: 2001 5.02%, 2002 4.57%, 2003 5.82%, 2004 5.69%, 2005 4.78%, 2006-4.42% 2007 3.68%.** (However, this decrease in % does not mean a decrease in absolute terms) Another area of weakness is the low number of health workers (6 physicians per 100,000 pop), with significant in-country brain drain to non-public services including international organizations. The weak capacity of the Ministry is further undermined by this fact. In terms of basic health indicators, Angola has one of the top under five mortality rates, related to malnutrition and preventable infections, despite some moderate reductions estimated in the post-war period. The contraceptive rate (around 6%) is the lowest in the region and translates in high fertility rates (still over 6 children on average per woman) and, together with less than half of deliveries having adequate care, high maternal mortality rates. HIV prevalence is still largely unknown in many areas.

## ANNEX 2A. DONOR INTERVENTIONS

Donor/Sector 2005 (x €M)	Food Aid	Health	Agriculture	Education	Human Rights & Democracy	De-mining & disarmament	Public Administration	Civil Society	Water & Sanitation	Transport & Infrastructure	Transparency & Accountability	Energy	Justice	Decentralization	Rural Development	Environment	Economic Growth & Trade	Refugees & IDP's	Unknown (?)	Total per donor	% of aid per group	% of total aid		
<b>Bilateral ODA - EU</b>																								
<b>The Netherlands</b>	0,10			0,20	0,15	0,60	7,80				1,10										9,95	10,4%	3,4%	
<b>United Kingdom</b>		1,38				2,48	0,16			0,61	0,13		0,17		0,19					0,45	5,57	5,8%	1,9%	
<b>Spain</b>	4,00	2,92	1,18	2,29	0,25				0,05	0,40											11,09	11,6%	3,8%	
<b>France</b>	1,00	0,60	0,46	1,60	0,03	1,00	0,39	1,23		0,02					0,50					0,70	7,53	7,8%	2,6%	
<b>Poland</b>																				0,50	0,50	0,5%	0,2%	
<b>Germany</b>	0,59	1,46					2,10		3,44		3,10					0,69				1,90	13,28	13,8%	4,5%	
<b>Portugal</b>	0,46	0,39	0,22	8,35				3,12	1,80	0,93	0,00	0,79	0,06	0,33	0,19	0,59	0,09	0,15	0,36		17,83	18,6%	6,1%	
<b>Italy</b>	0,43	1,64	3,80	0,55	0,63	2,10	0,80	1,65		4,00				2,42	1,00	0,50	0,40			0,15	17,57	18,3%	6,0%	
<b>Belgium</b>		0,57	0,53	0,00	0,37	0,31		0,29							0,14			0,71			2,92	3,0%	1,0%	
<b>Czech Republic</b>				0,16								0,04									0,20	0,2%	0,1%	
<b>Sweden</b>		3,10				0,70	0,90					0,30									4,50	9,50	9,9%	3,2%
<b>TOTAL EU MS</b>	6,58	12,06	6,39	13,10	5,06	14,37	4,31	9,07	2,56	7,12	1,13	0,23	2,75	1,38	2,42	0,49	0,86	8,06	0,50	95,94	100,0%	32,6%		
<b>% aid/sector EU MS</b>	6,9%	12,6%	6,7%	13,7%	5,3%	15,0%	4,5%	9,5%	2,7%	7,4%	1,2%	0,2%	2,9%	1,4%	2,5%	0,5%	0,9%	8,4%	0,5%	100,0%				
<b>Other DAC</b>																							0,0%	
<b>Switzerland</b>		0,51				0,59														1,71	2,81	3,5%	1,0%	
<b>Norway</b>		1,25	0,25	3,69	1,57	2,44	0,61	2,21	0,25		0,46				0,11					3,42	16,26	20,1%	5,5%	
<b>United States (USAID)</b>	24,46	7,88	1,69		1,98	4,96	0,56	0,85			0,60				0,06			1,05	1,13		45,22	55,9%	15,4%	
<b>Japan (JICA)</b>	3,13	6,37		5,75		0,33		0,39										0,63			16,60	20,5%	5,6%	
<b>TOTAL OTHER DAC</b>	27,59	16,01	1,94	9,44	3,55	8,32	1,17	3,45	0,25		1,06				0,17			1,68	6,26		80,89	100%	27,5%	
<b>% aid/sector Other DAC</b>	34,1%	19,8%	2,4%	11,7%	4,4%	10,3%	1,4%	4,3%	0,3%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	2,1%	7,7%	0,0%	100,0%				
<b>Multilateral ODA</b>																								
<b>EC</b>	2,3	10,41	9,07	8,42	0,59	11,4	1,83	0,04	5,6	4,5				0,02	1,5	25,5				7,4	88,58	75,4%	30,1%	
<b>Worldbank</b>		8,71	1,05	7,43				4,12		6,51						1,03					28,85	24,6%	9,8%	
<b>TOTAL MULTIL ODA</b>	2,3	19,12	10,12	15,85	0,59	11,4	5,95		12,11	4,5				0,02	1,5	1,03				7,4	117,43	100,0%	39,9%	
<b>% aid/sector Multil. ODA</b>	2,0%	16,3%	8,6%	13,5%	0,5%	9,7%	5,1%	0,0%	10,3%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	0,9%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	100,0%			
<b>Total ODA per sector</b>	36,47	47,19	18,45	38,39	9,20	34,09	11,43	12,52	14,92	11,62	2,19	0,23	2,77	2,88	3,62	0,49	2,54	21,72	0,50	294,26		100,0%		
<b>% of ODA per sector</b>	12,4%	16,0%	6,3%	13,0%	3,1%	11,6%	3,9%	4,3%	5,1%	3,9%	0,7%	0,1%	0,9%	1,0%	1,2%	0,2%	0,9%	7,4%	0,2%	100,0%				

AID TO ANGOLA IN 2005 (UN contributions, estimated in 79 M euros with possibilities of overlapping with the above figures, not included).

Source: EC Delegation with data provided by donors themselves.

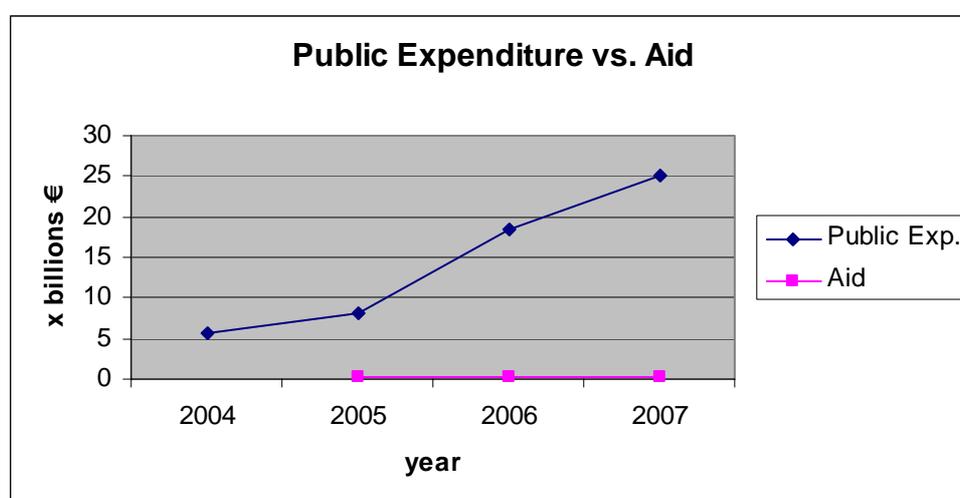
## ANNEX 2. A (suite): AID INTO CONTEXT

As an overview of past interventions, a survey was conducted for the year 2005 when the whole donor community, exclusive the United Nations (UN), spent an estimated €287.65 million. In this figure some soft loans are included from the World Bank, but some of the UN funds are not taken into account either. We should consider that public expenditures by the Angolan Government over 2005 was of 10,159 USD billion (approximately 8.16 billion €).

If we compare those figures we can conclude that the total amount of aid of the donor community represented an estimated 3.5% of the Angola state budget public expenditure for 2005. This amount has further declined in recent years.

Although this shows that the **cooperation is indeed of little importance in quantitative terms for Angola**, its **significance is greater from a qualitative point of view** (mainly in technical assistance and cooperation) **and in certain sectors**. For example, in the health sector<sup>1</sup> donor aid would be 12% (11.90%) of expenditures without UN and Global Fund and 19.67 % including UN and global fund.

<i>Billions of Euros</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Total Aid <sup>2</sup>	N/A	0,287	0,249	0,208
Total public expenditure <sup>3</sup>	5,703	8,160	18,444	25



## AID PER SECTOR 2005-2007

### Top 5 Sectors

In the table below there is made an overview of the 5 largest sectors of aid per year. **Health is for all the years the most important area of support around 20% of the total amount of aid.** Food Aid, Water & Sanitation and De-mining & Disarmament are also large sectors who

<sup>1</sup> In 2005 the health sector was 4,40% of the public expenditure. And the health share of is budgeted for 2006 for 4,42%

<sup>2</sup> Data on aid coming from donor database.

<sup>3</sup> The analysis for this annex was done in 2006. Data for 2004 and 2005 are expenditures. Data for 2006 and 2007 were commitments.

switch of position sometimes. It is clear that the support for Refugees & IDPs is becoming less, while it is not part of the largest five sectors of attention after 2005.

The DDR activities and typical post-conflict sectors, like Food Aid, De-mining & Disarmament and Refugees & IDPs, are diminishing in importance from 2005 to 2007. The development areas like water and sanitation and education are increasing their share of total aid. However it is to point out the oddness of food aid that becomes the second sector to be supported by donors in 2007.

Regarding the Millennium Development Goals (MDGs) the five largest sectors do cover to a certain extent the MDGs 1, 2, 4, 5 and 6<sup>4</sup>. It is not possible though to give more details on to what extent based on the available data.

<b>Largest sectors in %</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
1.	Health (16%)	Health (21,3%)	Health (20,1%)
2.	Education (13%)	Water & Sanitation (13,3%)	Food Aid (16,3%)
3.	Food Aid (12,4%)	Education (12,3%)	Water & Sanitation (16,0%)
4.	De-mining & Disarmament (11,6%)	De-mining & Disarmament (11,9%)	Education (15,0%)
5.	Refugees & IDPs (7,4%)	Food Aid (8,1%)	De-mining & Disarmament (9,1%)

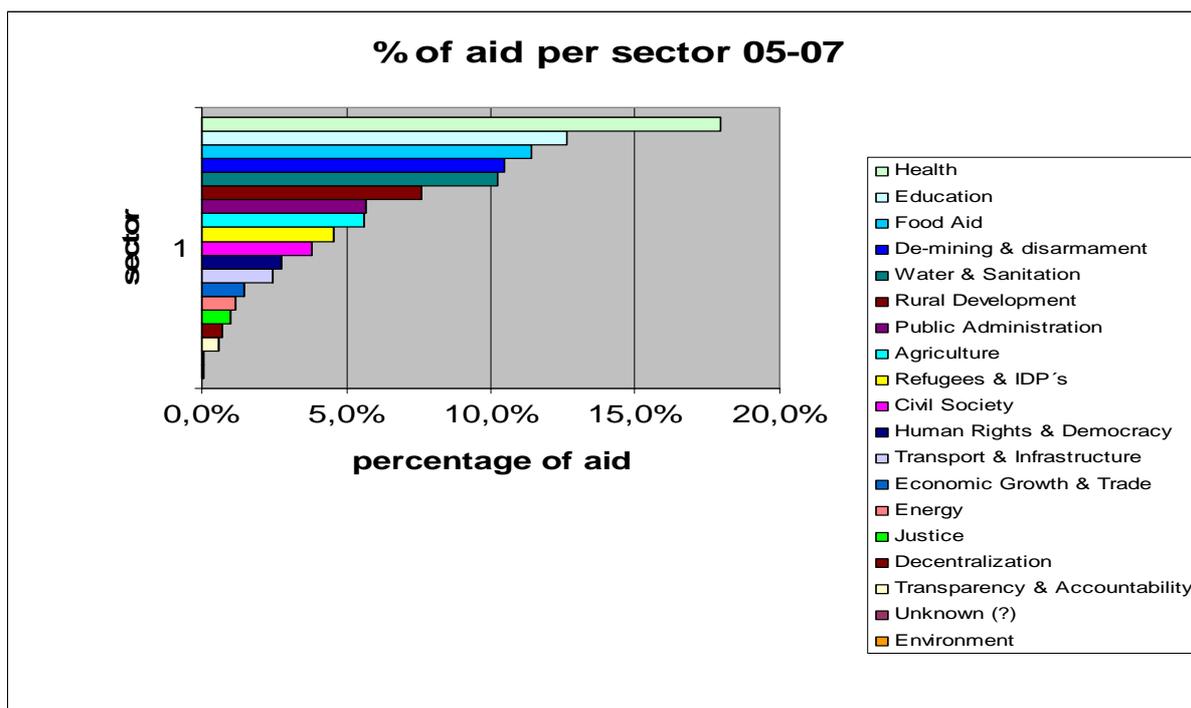
The chart below displays the aid of all the donors except the UN-agencies, over the period 2005-2007. As we can see Health is by far the largest sector of aid. Secondly, Education forms with 12.6% an important sector. The EC, WB, Portugal and Norway are important donors in this sector. Third, Food Aid is an important sector with 11.4%. It should be taken in account that USAID and Portugal spend together €71.39 million on Food Aid. Therefore this sector is that large, 11.4%.

De-mining & Disarmament is a large sector with 10.4% follows in close distance on Education. Mainly the high percentage is caused by the impact of the EC and the Netherlands. The EC, USAID and the WB are by far the largest donors in this sector. Other quite large sectors of attention that follows are Civil Society, Public Administration, Agriculture, Transport & Infrastructure and IDPs and Refugees.

DDR and classical post conflict interventions (Food Aid, De-mining & Disarmament, Refugees & IDPs) sum up 26,3% over 2005-2007 representing an important part of the total amount of aid spread over the sectors for the period. Other post-conflict activities (e.g. some health interventions) are not possible to be detected taken into account the detail of the available data.

---

<sup>4</sup> <http://www.un.org/millenniumgoals/>



### The largest donors of the top 5 sectors for 2005-2007

In the table below the two largest contributors per each of the 5 largest sectors are inserted. It shows that the EC is important in all the 5 largest sectors, except of Food Aid. Food Aid is mainly supported by Portugal and USAID. The Netherlands is a large donor on Water & Sanitation and De-mining & Disarmament. Sweden is after the EC a large donor in the sector Refugees & IDPs. The World Bank<sup>5</sup> is one of the largest donors in Health, Education and Water & Sanitation.

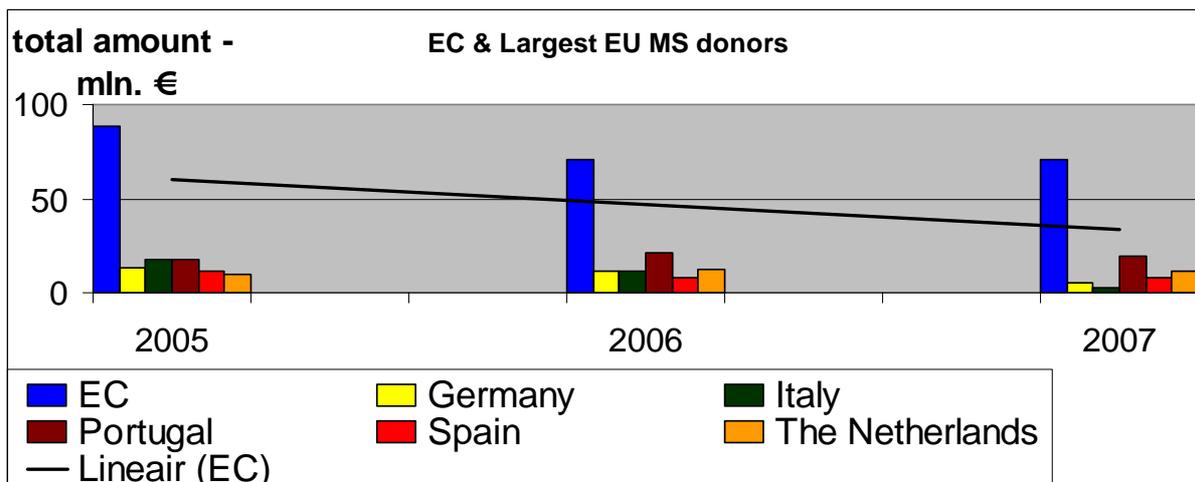
Health	Education	Food Aid	Water & Sanitation	De-mining & Disarmament	Refugees & IDPs
EC	Portugal <sup>6</sup>	Portugal	EC	EC	EC
USAID	EC	USAID	Netherlands	Netherlands	Sweden

### Largest donors EU MS & EC

As we study the figures of the EU MS and the EC we can conclude that the amount of the aid from the EC is diminishing as well for the other donors. The support from the Netherlands and Portugal do stay more or less at the same level, while the aid from Germany is going up in 2006 and will go down in 2007. Italy will diminish its aid quite a bit from 2005 tot 2007. Note: Sweden is in 2006 with €8,8M larger than Spain which is mentioned in the chart above. Like Sweden also other donors are phasing out their development co-operation in Angola. The forecast is that aid will diminish every year slightly, after 2007.

<sup>5</sup> The World Bank is not included in the box below, because of possible double counting and soft loans.

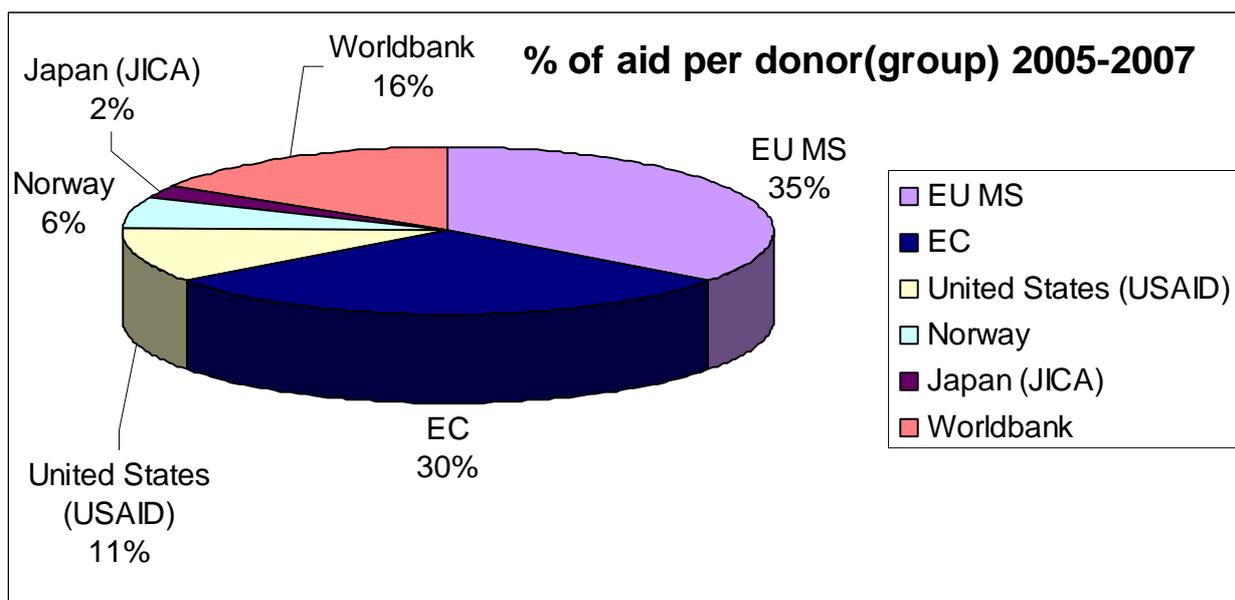
<sup>6</sup> Parts of their contributions are soft loans (especially for education for 2006 and 2007).



### Aid per donor (group)

In the pie below we have put the different donors and a few groups of donors, the EU MS and the UN-agencies. **The EU MS and the EC together are responsible for 65% of all aid in Angola.** The EC is the most important bilateral donor with 30% of the total aid for the period. The WB is responsible for 16% of aid, also here part of the support comes from other donors like the EC, USAID, UK and the Netherlands. The USAID on itself does have 11% of total aid, with Norway on 6%. Japan and Switzerland follow with a smaller percentage.

The UN is kept out of this chart to prevent double counting. Of course, some percentage of the total amount of aid is also for the UN. Based on the information we have, the net percentage of UN-aid (only UN-funds) will be around 6% to 8%<sup>7</sup> of the total amount of aid in Angola.



<sup>7</sup> This figure is estimated on basis of calculations on the UN-funds provided by the UN in Angola, as available in the donor matrix. The 6-8% accounts only for funds coming from their respective UN HQs targeting Angola.

## **Annex 2B- PAST EC COOPERATION: OTHER INSTRUMENTS**

### **1. REGIONAL COOPERATION**

**PALOP Justice Programme:** The regional project “Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciarios dos PALOP” is based in Luanda. To make this possible, institutional support was given to the national judicial training centre “INEJ”. This institute is supported by a TA from the Portuguese Instituto Nacional de Administração.

A rider increasing the time execution and the budget (€3M from the EC and €0.66 from the Portuguese Cooperation) was approved in August 2006. The programmed activities have been carried out with a large degree of ownership by the relevant authorities. This program is very often cited by the Ministry of Justice as an important capacity building initiative.

A financial audit to the work program were on going and some delays in the execution could happen in the 2<sup>nd</sup> semester 2007. The TA for the Database component will be recruited in May/June 2007. A new team for the work program management financed by the 9<sup>o</sup> EDF shall be hired during the 1<sup>st</sup> semester 2007.

### **2. BUDGET LINES**

**Decentralised cooperation:** A Call for Proposals (CfP) was launched in May 2006 for an estimated amount of 0.5m. The objective of the programme is to strengthen the dialogue with local government through a support to local initiatives, to strengthen civil society by means of capacity building. This program was designed in order promote local initiatives and also to guarantee continuity with the activities carried out under the concluded “Programa de Apoio à Reconstrução” in support to participatory planning at municipal level. Five contracts were signed in 2006 (with an unspent balance of about 20,000 € with respect to the € 0.5M allocated)

**Democracy and Human Rights:** Despite difficulties encountered during the evaluation of the proposals (mainly due to the weak institutional set up of the local organisations and to the local legal context) which led to a second launching of a Call for Proposal, the Delegation managed to commit almost all funds (the “reliquat” for the budget 2005 is only 2,000 €) and has already started to commit funds of the 2006 budget (2 contracts, €0,18M worth, were signed in December 2006).

On the overall the Delegation currently (beginning 2007) deals with 14 projects within the EIDHR: 1 target project with the Bar Association (€0.45M), 2 Macro-Projects (€1.6M) and 13 Micro-projects (€1M). More specifically, in the framework of the components 3 and 4 of the EIDHR, “Promoting democrating process” and “Enhancing equality, tolerance and peace”, two Call for Proposals for Micro-Projects were launched by the EC Delegation in July and December 2006 with an amount of € 0.9M and € 0.4M respectively. As a result 10 contracts were signed, for a total amount of €0.8M (Budget 2005 + Budget 2006).

The contracts decommitments and closure process is on going, the delays are in great part due to the weak quality of the audit reports.

A request was made to DG DEV to approve target projects to support disarmament of civilians and support for the electoral process. They were not approved but another request was made for 3 projects: Electoral process, Human Rights Defender and Human Trafficking.

**Co-financing:** On the overall the Delegation is currently dealing with 8 projects (€9.5M) and with 1 Block Grant (€ 0.77M). The Delegation evaluated 18 proposals within the CfP EuropeAid/122438/C/G. Four contracts were signed in December : “Prevention of HIV, support and care for people affected by the epidemic in Cunene, Angola” with Deutsches Rotes Kreuz (€0.75M); “Reabilitação integrada e global dos Serviços Municipais de Saúde no Município de Ombadja (Província do Cunene), Angola” with Italian NGO CUAMM (€0.75M); “Projecto de Apoio ao Relaçamento e ao Desenvolvimento Agrícola do Norte Do Cubal, ANGOLA” with French NGO AGRISUD (€ 0.6M) and “Network of services for vulnerable girls and young women in the cities of Luanda and Lobito, Angola” with Italian NGO CIES AGRISUD (€0.75M). The contracts decommitments and closure process is on going, the delays are in great part due to the weak quality of the audit reports.

**Food Security:** In 2006, under the Food Security budget line, following the launch of a call for proposals, €4M contracts were signed concerning the management of natural resources in Huambo and Cabinda (respectively with IMVF and ADPP), goats distribution (Concern) and vaccination tests for poultrys (German Agro Action).

Currently the number of relevant contracts is 17 and the total amount committed is €17.3M. The process of closure of 5 contracts is on-going, however the difficulties encountered in collating all the supporting documents, especially financial and audits reports, have slowed down the procedures.

Food Security Recovery Programme - PRSA

The PRSA has been running since 2005; during 2006 3 service contracts, 16 supply contracts and direct agreement were signed, totalling €7.4M of contracted funds. The last service contract was signed in September 2006 with Agrer, in order to provide institutional support to MINADER (Ministry of Agriculture and Rural Development). Earlier in the year (July 2006) the EC signed a €2.8M contract with FAO on the land reform component. During the first semester of 2006 contracts were signed also for the implementation of the support to private sector in agriculture and to the institutional support component at local level

The Delegation has set up a close monitoring system for these contracts, especially regarding the service contracts that mobilised international technical assistance in the provinces of Lubango, Benguela and Luanda.

Regarding centralised Call for Proposals, the Delegation evaluated 3 concept paper and 2 proposals within the initiative EuropeAid/122581/C/ACT/TPS – Campaign 3 “Promoting the democratic process”. A €1M contract “National civic and electoral education programme in Angola” was signed in December 2006 with the Dutch NGO NIZA and local partners.

Under the budget line “Poverty Diseases” the Delegation was not consulted in the evaluation of the CfP Europeaid/121404/C/G/Multi. The contract “THEME II/Partnerships for minimising transmission and impacts of HIV/AIDS in rural Angola” with OXFAM GB (€ 4.1M) was signed in November 2006.

The Delegation participated in the evaluation of several concept notes under the Call for Proposals EuropeAid/122581/C/ACT/TPS – Campaign 3 “Promoting the democratic process” and EuropeAid/123767/ACT/Multi - Programme for Reproductive Health.

ECHO: in Angola in the 9<sup>th</sup> EDF period, whilst firmly keeping its humanitarian mandate in mind, has been to actively contribute to the LRRD process in close coordination with the other EC instruments. Primary health care, nutrition, water and sanitation, provision of emergency non-food items, coordination of humanitarian assistance and humanitarian access

(through air transport and de-mining) were the main activities. The main objective during the transition from emergency to medium-term funding was the establishment of minimum conditions for resettlement of vulnerable returning and resident vulnerable populations. A further major emergency intervention in 2005 comprised two emergency decisions totalling 2m€ to fight the Marburg virus outbreak. The resettlement process of IDPs and returning refugees was in principle concluded in early 2005 and with the stabilisation of the humanitarian situation ECHO closed its office in Luanda (opened in 1994) on 31 June 2005. The humanitarian situation in the country is now monitored from its sub-regional office in Zimbabwe, and ECHO continues to be prepared to support emergency interventions if required (see emergency decision of 1,5m€ in April 2006 to fight the Cholera outbreak).

Others: The **Fishery Agreement** expired in August 2004 and was not renewed. Under the **Water Facility** a contribution of €3.6m was decided to a project implemented by UNICEF and which aims at enhancing access to safe water in rural areas by expanding the existing number of safe water sources and enhancing the information systems and the planning capacity of provincial governments. The **Global Fund** to Fight HIV/AIDS, malaria, and tuberculosis approved US\$63m of funding for Angola in 2004 and 2005, which will be managed by UNDP. The programmes started being set in place in 2005 and it is expected that implementation in the course of 2006. The **European Investment Bank** is not yet active in Angola, although there has been an intensification of exchanges in 2005 following the settling of arrears owed by the Angolan Government to the EIB.

## ANNEX 3. COUNTRY ENVIRONMENTAL PROFILE

### 1.1. EXECUTIVE SUMMARY

Angola goes through a transition period, after the establishment of Peace in 2002. The priorities of the Government have changed from defence to development. Many areas are now open or becoming accessible which allow the return of the population and the stability of settlements. The economic development has resumed and it is accompanied by additional (or different type of) pressures on environment.

Despite the high macro-economic performance of Angola, poverty affects very severely a high percentage of the population (over 60%). Priorities are given to basic needs such as infrastructure, health and education while there is lack of understanding of the relations between environment and poverty hence environment is not high in the government's agenda. Government and donors too often consider the environment in a passive or reactive way instead of in a pro-active way.

The on-going natural resources management systems have adverse impacts on the environment:

- Forests are damaged by non efficient charcoal processing, agricultural pressure and illegal logging activities. Cutting for farming or to fulfil energy needs, and poaching are the main causes of the loss of natural habitats and biodiversity.
- Agriculture receives too limited investments in mechanisation, animal draught and irrigation to ensure food security. Farmers impose an increasing pressure on natural resources to find additional food supplies
- Fisheries products are exposed to increasing constraints of unsustainable management of the stocks. Over fishing, non compliance with defence periods and fishing zones, poor control of fishing systems as well as changes in hydro climatic conditions constitute real pressures on marine fish stock.
- As the largest part of the population lives in urban and peri-urban areas where the services sector is still poorly developed, unsafe water distribution systems, waste disposals and non adapted sewage systems represent a continuous threat for health of the population.
- The pressure by oil exploitation is mostly seen on marine resources, some cases of pollution in the Cabinda region and Zaire.

There is also no national environmental policy, no environmental information system, and the installed institutional capacity installed is weak. This poses obstacles to the commitment of financial resources by international donors and investors. Besides, the Government Budget is often not adequate to the achievement of the objectives set in on the Government Programme for the environment, nor for the strengthening of environmental institutions.

However strong environmental laws are being enacted following the strong framework law on environment, and different sectors are integrating environmental concerns and regulations on their policies and legislation. Besides the National Environmental Management Plan revised in 2005 (approval expected in 2006) defines a set of priorities for the strengthening of environmental governance in Angola, and the State of the Environment Report is expected to draw a base line for environment and to draft an Investment Plan on environment. The

National Strategy and Action Plan for Biodiversity have also been concluded and are submitted to the Council of Ministers for approval. All these instruments are being developed through consultative processes on different ministries, and being analysed by an inter-ministerial committee.

The Fundamental Law of Angola and the Framework Law on Environment (FLE) have set the basis for the significant body of environmental legislation that today exists. The Decree on Environmental Impact Assessment is seen as an instrument that promotes the integration of environmental concerns on other activities. However, there are some areas which are under-regulated such as waste, chemicals, noise, environmental responsibility, and environmental criminal law, and the terrestrial biodiversity legislation is outdated and not adapted to the current context. A set of legal instruments are currently being finalised for submission to the Council of Ministers for approval<sup>8</sup> but the finalisation of the publication and enacting process is usually long.

A very significant strengthening of the integration of environmental concerns in sectoral legislation is occurring for the water, fisheries, oil activities, industry and rural development. It should be noticed that the development of regulations is still required for most of these sectors. In sectors as mining, transports and tourism the environmental considerations are yet to be covered by the law.

Progress is also registered on public access to information and justice as well as public participation on environmental management, namely through environmental protection associations – the law on environmental protection associations of November 2005, has facilitated the strengthening of these associations. However, the environmental awareness of the population regarding environmental protection and sustainable management of natural resources is weak.

Angola is Part of several Multilateral and Regional Environmental Agreements<sup>9</sup>, and the impact of the ratification of these instruments is noticeable on the modernization process of the environmental legal framework of Angola. Nonetheless, it is noticed that part of the approvals by the National Assembly of the ratification of conventions have not yet been published and, from those published, part of the ratification instruments have not yet been deposited at the Secretariat of the conventions, preventing Angola to access technical and financial cooperation mechanisms.

There exists an overall weakness on Angola's environmental institutional capacity in terms of qualified human resources, material resources and technical means. This situation hampers the fulfilment of the responsibilities of the ministry (such the conduction of the environmental impact assessment processes) and obstructs the implementation of the legislation. Although existing, the inter-ministerial cooperation is still weak, which magnifies the difficult situation originated by the lack of a clear separation between the competencies of the different ministries regarding the management of environmental components – as in the case of forests. The institutional capacity at province level is at least as weak as at central level. This, together with a lack of a national strategy has held back the possible benefits of the autonomy of the

---

<sup>8</sup> Law Decree on Public Consultation; Law Decree on Environmental Audits; Law Decree on Environmental Licensing; Law Decree on the Environmental Fund; Law Decree on Waste; Law Decree on Medical Waste; Law Decree on Environmental Surveillance; and Law Decree on Environmental Crimes. A new framework law on wild fauna and flora and protected areas is being developed through a public consultation process.

<sup>9</sup> A list of the Multilateral Environmental Agreements ratified by Angola is provided in Chapter 3.

provinces on environmental governance, through decentralisation and strengthening of public participation. It is urgent to address this situation to allow an effective decentralization and delegation of power.

On what concerns international agreements the main recommendations are that Angola undertake efforts to:

- Approve the plans and strategies foreseen in the Multilateral Environmental Agreements of which it is Part;
- Ratify the Multilateral Environmental Agreements which have been signed;
- Publish the approval of the ratification of the Cartagena Protocol on Biosafety and of Convention CITES, and deposit the ratification instruments of the Bonn Convention on Migratory Species finalising ongoing processes on nature conservancy and biodiversity;
- Conclude the ratification process of the PIC and POP Conventions, already approved by the National Assembly, and prepare the ratification of the Basel Convention on Hazardous Wastes;
- Ratify all agreements related to compensation by accidents that originate pollution by oil spills or hazardous and toxic substances, having in mind the risks associated to marine pollution;
- Ratify the Kyoto Protocol, and become eligible to participate on Clean Development Mechanisms;
- Ratify the Convention of the Non-Navigational Uses of the International Watercourses, which provides protection to Angola in the cases it is the downstream country.

It is urgent to generate awareness on the private sector on the important potential for development that the environment constitutes. Ecological Tourism, which has a considerable international demand and may favour community development, is still not exploited in Angola. Besides, environmental related services, from consultancy to research, adaptation/development of clean technologies and adequate techniques benefiting industries constitute a strong market still unknown to Angolan society.

Environmental education and awareness rising, and technical training will constitute a driving force of all the process. There is a need for greater coordination efforts between the ministries and with the civil society.

## **1.2. SPECIFIC RECOMMENDATIONS FOR THE DONOR COMMUNITY**

*(classified per sector by priority order)*

### **1.2.1. Water**

- To strengthen the process of management of water shared by Angola with other countries.

*Objective:* to sustain the management of water in general. (GOA, SADC, CAs)

- To strengthen the sustainable use of water in every watershed through water management planning, sectoral use of water, coordination of projects and watershed monitoring systems.

*Objective:* Adequate watershed management will provide water and soil resources for agriculture while avoiding erosion. (MINEA, CAs).

- To develop small scale irrigation systems.

*Objective:* to improve access to agricultural lands and in drier regions and on salty soils. Water use awareness will improve the efficiency of water use by local communities (MINAGRI, CAs).

### **1.2.2. Forest**

- To support pilot projects for sustainable management of forests, especially the areas of community management. To encourage the dissemination of improved ovens for processing charcoal as well as improved stoves for cooking.

*Objective:* to promote participation of the inhabitants in the management of their heritage; to process wood into charcoal by using improved ovens. (IDF, CAs).

- To support programs for community awareness.

*Objective:* to help local communities to improve the management of their natural resources like wood and other forest products (IDF, MINE, CAs, ADAs).

- To support forest research projects and centralize the results (master and PHD thesis in the areas of forest, natural reserves and parks).

*Objective:* to improve the management of forests, promote the rehabilitation of natural areas and improve the knowledge of Angolans about existing resources. (IDF, CAs, universities, private sector, ADAs).

### **1.2.3. Biodiversity**

- To establish regulation for the management of national parks and reserve.

*Objective:* to create a frame for the management of natural parks and reserves with public-private partnership with national ADAs and international NGOs. (MINUA, CAs, ADA, ONG).

- To create and strengthen sustainable management units for protected areas that become progressively accessible, including a component for the monitoring of activities in the area, the development of infrastructures and community based tourism. In order to sustain and strengthen these units it is recommended to foster public-private partnership, with the support of non profit organisations.

*Objective:* To establish models of sustainable management that will diversify the local economy (GoA, ADA, CAs).

- to facilitate the implementation of the NBSAP ( only 50% of the strategy is actually funded).

*Objectives:* To support MINUA to define priorities for programmes and projects presented to the NBSAP and develop those with the best potential impact MINUA, CAs).

#### **1.2.4. Human settlements**

- To launch management projects in the suburbs and support the social habitat planning.

*Objective:* to decrease the chaotic management of the suburbs and improve the living conditions of the communities. (MINEP, CAs, ADAs).

- To support the elaboration of solid waste management strategies. A strategy has to consider the implementation of pilot projects for managing solid waste in the suburbs including awareness team, recycling process and commercialization of recycled goods.

*Objectives:* To improve the environmental hygiene, specifically in the poor suburbs (MINEP, CAs, ADAs).

- To support the implementation of the MINEA programme for water and sanitation, to rehabilitate and construct water cleaning stations, to support NGOs implementing drinking water projects in rural areas.

*Objective:* to facilitate the population access to drinkable water (GoA, CAs, ADAs).

#### **1.2.5. Oil, mining and industry**

- To facilitate the transformation of natural resources within the country in order to create employment.

*Objective:* to create employment and reduce poverty (GoA, CAs).

- To strengthen the regulation of atmospheric emissions; to strengthen the MINPET for marine water monitoring. To strengthen research capacity to develop a model of ocean stream in front of Cabinda and Zaire.

*Objective:* considering the importance of the petrol sector, to support the MINPET for monitoring and developing alert systems to regulate the sector and prevent accidents. (CAs, ADAs).

#### **1.2.6. Civil Protection**

- To support the existing establishment of the prevention alert systems in various parts of the country, with links to the national meteorological network (INAMET) and the national hydrometrical network (MINEA).

*Objective:* to improve the environmental monitoring and the capacity to react on accidents. (GoA, CAs).

- To support the creation of a control centre of civil protection for the management and data compilation related to prevention and reaction to accidents and catastrophes.

*Objective:* to improve the national capacity of reacting, especially in case of petrol likeages. (GoA, CAs).

### **1.3. INTEGRATION OF ENVIRONMENTAL CONCERNS WITHIN SECTOR POLICY**

#### **1.3.1. Agriculture**

- To make the agrarian census

*Objective:* to know the level of land use in order to improve its management. (MINADER, CAs).

- To develop the capacities for agriculture and the programmes of GRNC; to implement incentives existing in the rural development law.

*Objective:* to promote sustainable agriculture. (MINADER, CAs).

- To monitor the irrigation systems that had been destroyed during the war aiming to its rehabilitation when sustainable. To construct and rehabilitate small irrigation canals.

*Objective:* to sustain the irrigation of agricultural lands. (MINADER, MINEA, CAs).

#### **1.3.2. Fishing**

- To continue to support Angola in terms of monitoring and control of fishing.

*Objective:* to protect the fish stock, to reduce the damages to artisanal fishermen (CAs, SADC).

- To support INIP for monitoring the stocks and the pollution of marine water, promote the exchange of students with foreign universities and to promote oceanographic classes in Angolan universities; to support IPA for monitoring artisanal marine fishery.

*Objectives:* to improve the knowledge and monitoring of marine environment, facilitate the sustainable management of aquatic biological resources, including mangrove and estuary. (CAs).

- To provide technical assistance to IPA for promoting artisanal fishery and facilitate the access for fisherman to infrastructure for processing, cooling and storing within the Support Centres to Artesanal Fishery (CAPA), specifically during the phasing-in of these centres.

*Objective:* to strengthen the management of the CAPAs for improving living conditions of fishermen and promoting sustainable fishing. (CAs).

#### **1.3.3. Rural development and food security**

- To make provincial plans for the sustainable use of natural resources.

*Objective:* to improve the sustainable management of natural resources in each province (GoA, MINADER, MINEA, MINUA, CAs, ADAs).

- To support the local administration in their search for financing and in their management of identified programmes within the frame of the Support Programme for Reconstruction (EU – PAR).

*Objective:* To support the implementation of PPDMs. (GoA, MINADER, CAs, ADAs).

- To promote programmes for the management of natural resources at community level.

*Objectives:* to facilitate the access of natural resources and their sustainable management by local communities. To diversify activities at local level. (GoA, MINADER, MINEA, MINUA, CAs, ADAs).

#### **1.3.4. Tourism**

- To define regulations for eco-tourism management.

*Objective:* to create minimum standards for eco-tourism development (MINADER, MINTUR, Provincial governments, CAs, ADAs).

- To promote capacity building at central and provincial levels including training in eco-tourism and environmental management. To train local leaders and trainers, community based tourism guides.

*Objective:* to strengthen the various partners of rural tourism and create employment. (MINADER, MINTUR, Provincial governments, CAs, ADAs).

#### **1.3.5. Energy**

- To promote renewable sources of energy (sun, hydro-electric and biomass) in rural schools, natural parks and remote areas.

*Objective:* to use of renewable energy and facilitate the population access to alternative sources of energy aiming to reduce the use of charcoal and generators. (GoA, SADC, MINUA, MINADER, MINEA, ACS, ADAs).

- To promote energy efficiency in the industrial sector.

*Objective:* to increase the profitability of industries. (MINUA, MINEA, ACS).

### **1.4. TRANSVERSAL RECOMMENDATIONS**

#### **1.4.1. Environmental information**

- To establish a network of information centres involving various public organizations (CTMA, institutions, provincial governments), universities, NGOs and private sector aiming to provide environmental data and facilitate the exchange of sectoral data of meteorology, water...

*Objective:* to facilitate the exchange of information (GoA, CAs, SADC, ADAs).

- To train civil servants of MINUA to process environmental data.

*Objective:* to ease the use of the data base (CAs).

#### **1.4.2. Multisectoral environmental management**

- To strengthen the capacities of MINUA in EIA and environmental audits.

*Objective:* to improve the know how of MINUA in these fields. (CAs).

- To support the implementation of PNGA.

*Objective:* To define MINUA priorities for programming and support their realization. (GoA, CAs, ADAs).

#### **1.4.3. Good environmental governance**

- To built up a sustainable development policy at national level. Considering the complexity of this process it is advised to make various steps. The first one should establish guidelines for the preparation of strategic sustainable development plans in the provinces taking into consideration the Main Options of the Use of the National Territory and the definition of Areas of comparative advantage and competence; to support financially the implementation of these programmes.

*Objective:* to include environmental and social concerns within the first steps of the planning process. (GoA, CAs, SADC).

- To support the PPDM process aiming to involve the local communities in the identification, design and implementation of participative plans for the sustainable use of the local resources.

*Objective:* to improve local ownership, relevance, efficiency, effectiveness, impact, sustainability of development plans. (MINADER, Provincial governments, CAs).

#### **1.4.4. Environmental education**

- To support the PECA, specifically the reformulation of curriculum including environment and non formal education.

*Objective:* to support the preparation of a GOA programme involving both MINUA and MINE. (MINUA, MINE, CAs).

- To promote the installation of solar panels on the roof of schools in rural areas.

*Objective:* to educate students about sustainable sources of energy and provide electricity to the school for running computers with internet connections (GoA, MINADER, CAs, ADAs).

- To support training of environmental specialists in the universities of Angola. (Environmental engineering, sanitation, environmental sciences);to promote partnership with foreign universities and training of Angolan students in foreign universities.

*Objective:* to promote the training of environmental sciences (MINE, CAs).

#### **1.4.5. A market for environmental products**

- To promote the market recycling of solid waste with collect at industrial and local community levels as well as organic composting.

*Objective:* To reduce the solid waste level by its transformation into products that will generate incomes. (GoA, Provincial governments, CAs, ADAs).

- To establish public-private partnership for the management of forests, distribution and treatment of water and valorisation of solid waste.

*Objective:* to improve the efficiency of management and find additional funding for investment (MINUA, Private sector, ADAs, CAs).

- To foster the development of a market for renewable energy with financial incentive, technical training, valorisation of national potential sources of energy.

*Objectives:* to generate new possibilities of qualified employment while reducing pressure on deforestation and facilitate energy access to populations living in remote areas; to reduce the emissions of carbon dioxide. (GoA, MINUA, Min Economia, CAs).

#### **1.4.6. Recommendations for the EC**

- To integrate the environment as a transversal concern of its projects in a proactive manner aiming to upgrade environmental technologies.

*Objective:* to create local qualified employment in the environmental sector as adapted technologies, valorisation of local products and potentials.

- To define environmental indicators to be used in the National Indicative Programme:
  - number of EIA realised in the EC projects
  - number of pro-active environmental measures in every project
  - Number of environmental sectoral and transversal recommendations of the CSP that are taken into consideration in a particular project.
  - Percentage of environmental achievement of a project with regard to every environmental objective specified in the project document.

## ANNEX 4. MIGRATION PROFILE ANGOLA

### A) Total number of residents

Angola has a territory of 1,246,700 sq km, with a total of 5,198 km land boundaries. The border countries of Angola are: Democratic Republic of the Congo (of which 225 km is the boundary of discontinuous Cabinda Province) (2511 km border), Republic of the Congo (201 km border), Namibia (1376 km border) and Zambia (1110 km border). The total number of residents was estimated at 14.5 millions in 2002; recent population figures are difficult to obtain due to the lack of a full national census. War related problems made it impossible to carry out a national census and the real number of inhabitants could largely overpass the estimated 14.5 millions to around 17.5 million.

**B) Immigrants: no estimate.** Between 1995 and 2000; average annual net cross-border migration in Angola was estimated at 17 000 or 1.4 per 1 000 inhabitants (UNDESA, 2002) Refugees represent more than a quarter of the country migrant stock which stood at 46 000 in 2000. This stock constituted 0.4 % of the total population/ In 2004 about 10 000 of the estimated 12 500 refugees in Angola originated from the DRC. In mid 2002, 445 000 refugees were registered abroad, the majority in the DRC, Namibia, Zambia. In recent years, due to the rapid economic development, new immigration of skilled workers is arriving, mainly from Portugal and China.

**C) Refugees.** Please see below the total number of Angolan returnees from neighbouring countries 2002-2005 (UN data).

	Organized	Spontaneous Assisted	Spontaneous non-assisted**	Sub Total
<b>2002</b>				
DRC		20000	32045	52,045
Zambia		12770	19555	32,325
Namibia		230	400	630
	-	33,000	52,000	
<b>2003</b>				
DRC	21038	18480	34545	74,061
Zambia	18128	14650	22055	54,831
Namibia	4183	230	400	4,813
	43,345	33,360	57,000	
<b>2004</b>				
Zimbabwe/Ukraine	7			7
DRC	19272	3813	7029	30114
Zambia	27579	8420	15523	51522
Namibia	4482	1327	2448	8257
RoC	251	0	0	251
South Africa	20	0	0	20
Botswana	62			62
	51,673	13,560	25,000	
<b>2005</b>				
Zimbabwe/C.Verde	3			3
DRC	9287	4365	6420	20072
Zambia	17711	4889	7158	29758
Namibia	389	908	1422	2719
RoC	635	0	0	635
South Africa	24	0	0	24
Botswana	475	0	0	475
	28,524	10,162	15,000	
<b>Sub Total</b>	123,542	90,082	149,000	362,624
DRC		176,292		
Zambia		188,436		
Namibia		18,419		
RoC		886		
South Africa		44		
Botswana		537		
Others		10		
<b>Grand Total</b>		362,624		

\*\* The spontaneous non-assisted figure is an estimate.

STATISTICS SUMMARY CHART  
20-Dec-05

1. ANGOLAN REFUGEES IN BORDERING COUNTRIES -- As of April 2002

DRC	193,000
Zambia	211,000
Namibia	21,000
RoC	16,000
<b>TOTAL</b>	<b>441,000</b>

2. ANGOLAN REFUGEES IN NON-BORDERING COUNTRIES -- As of April 2002

South Africa	13,626
Botswana	2,000
<b>TOTAL</b>	<b>15,626</b>

**GRAND TOTAL** 456,626

A. RETURNS IN 2002

Spontaneous unassisted	52,000
Organised	0
Spontaneous assisted	33,000

Total number of Return in 2002 85,000

<b>Caseload end of 2002</b>	<b>371,626</b>
-----------------------------	----------------

B. RETURNS IN 2003

Spontaneous unassisted	57,000
Organised	43,345
Spontaneous assisted	33,360

Total number of Return in 2003 133,705

<b>Caseload end of 2003</b>	<b>237,921</b>
-----------------------------	----------------

C. RETURN in 2004

Spontaneous unassisted	25,000
Organised	51,673
Spontaneous assisted	13,560

Total number of Return in 2004 90,233

<b>Caseload end of 2004</b>	<b>147,688</b>
-----------------------------	----------------

D. RETURN in 2005

Spontaneous unassisted	15,000
Organised	28,524
Spontaneous assisted	10,162

Total number of Return in 2005 53,686

<b>Caseload end of 2005</b>	<b>94,002</b> ***
-----------------------------	-------------------

Summary	Spontaneous unassisted	149,000
	Organised	123,542
	Spontaneous assisted	90,082
	<b>Cumulative Return</b>	<b>362,624</b>

\*\*\* This figure corresponds to  
a. Those in Camps (Zambia, DRC and Namibia)  
b. Urban refugees  
c. Registered spontaneously settled refugees

Note: Registration still on-going in neighboring countries for the spontaneously settled refugees

### TREND OF ASSISTED SPONTANEOUS RETURN IN 2006

As of 31 December 2006



Cazombo	Maquela D. Zo.	Luau	M'Banza Congo	Kuando Kubango	L. N'Guimbo	Luena	Saurimo	Luanda	
Jan.'06	110	Jan.'06	104	Jan.'06	1,762	Jan.'06	63	Jan.'06	
Feb.'06	105	Feb.'06	98	Feb.'06	0	Feb.'06	9	Feb.'06	1
Mar.'06	330	Mar.'06	201	Mar.'06	0	Mar.'06	63	Mar.'06	
Apr.'06	118	Apr.'06	115	Apr.'06	0	Apr.'06	0	Apr.'06	4
May.'06	74	May.'06	123	May.'06	27	May.'06	0	May.'06	1
June'06	347	June'06	131	June'06	78	June'06	0	June'06	34
July '06	309	July '06	137	July '06	19	July '06	0	July '06	4
Aug.'06	334	Aug.'06	47	Aug.'06	30	Aug.'06	0	Aug.'06	0
Sept.'06	9	Sept.'06	56	Sept.'06	128	Sept.'06	7	Sept.'06	0
Oct.'06	22	Oct.'06	44	Oct.'06	95	Oct.'06	22	Oct.'06	0
Nov.'06		Nov.'06	22	Nov.'06	28	Nov.'06	51	Nov.'06	0
Dec.'06		Dec.'06		Dec.'06		Dec.'06	1	Dec.'06	
Sub-total	1,758	4,623	1,078	6,620	2,167	2,764	171	135	44
<b>Grand Total</b>	<b>19,360</b>								

### ANGOLAN VOLUNTARY REPATRIATION OPERATION CONVOYS AND AIROPS

As of 30 January 2007



1. CONFIRMED CONVOYS

2. CONFIRMED AIRLIFT OPERATION

Zambia - Luena		
Date	Persons	No. Flights
9-Jan	351	3
10-Jan	244	2
11-Jan	242	2
12-Jan	242	2
13-Jan	122	1
15-Jan	358	3
16-Jan	245	2
17-Jan	121	1
18-Jan	126	1
19-Jan	105	1
20-Jan	275	2
<b>TOTAL</b>	<b>2,431</b>	<b>20</b>

DRC - Uige		
Date	Persons	No. Flights
3-Jan	185	3
4-Jan	188	3
5-Jan	61	1
25-Jan	99	2
26-Jan	100	2
29-Jan	50	1
30-Jan	149	3
<b>TOTAL</b>	<b>832</b>	<b>15</b>

DRC - M'Banza Congo		
Date	Persons	No. Flights
5-Jan	80	2
22-Jan	129	2
23-Jan	230	4
24-Jan	161	3
27-Jan	102	2
<b>TOTAL</b>	<b>702</b>	<b>13</b>

DRC - Bengo / Huambo		
Date	Persons	No. Flights
9-Jan	45	1
11-Jan	66	1
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>2</b>

Total returned to date in convoys and Airops by country

From	
RoC	0
DRC	943
Zambia	2,431
Nambia	0
<b>Grand total</b>	<b>3,374</b>

#### D) Total number of emigrants.

The Angolan Ministry of Foreign Affairs (MIREX) estimates that there are currently around 80.000 Angolans in the diaspora, with woman outnumbering men. According to MIREX 68 Angolan diaspora associations in more than 18 countries exist. These include South Africa, Portugal, Zambia, Zimbabwe, Namibia, the United States, Germany, Brazil, Belgium, Canada, Republic of Congo, Spain, France, Britain, Sweden, Switzerland, the DRC and San Tome and Principe. According to the 2004 SEM (Border and Alien Service, Ministry of Interior) with 35'264 individuals, the Angolan community is the fourth immigrant community in Portugal accounting for 7.9% of the total immigrant population. Also South Africa hosts a significant number of Angolan migrants.

#### E) Amount of incoming migrant remittances.

So far, there are no projects in Angola, which monitor and/or enhance migrant remittances. A major challenge is related to the lack of knowledge among migrants regarding opportunities for investment and their concern over high investment risks. These negative perceptions are primarily related to an inefficient banking system to support private investments. The low

level of trust towards the current banking system and consequently the low levels of “banked” savings is a significant problem in Angola. Despite this, the institutional framework related to private investment has generally evolved. During 1999, Angola removed most restrictions related to payments and transfers for current international transactions when exchange rate transactions were liberalized and a new trade regime was approved. Law 11/03 abolishes different treatment for national and foreign investment; Law 14/03 promotes Angolan entrepreneurship and Law 17/03 introduces fiscal and customs incentive for private investment. Beginning of 2006, a Western Union Office opened in Luanda.

At the Ministerial Conference of the Least Developed Countries on Migrant’s Remittances, which took place in Cotonu, February 9th/10th, 2006, the participating countries (including Angola) urged the Governments of countries of origin and receiving countries of migrants, national, regional and international financial and banking Institutions, UN System Organizations and other appropriate Institutions, Organizations and Bodies working in the area of the building of an inclusive financial system in the Least Develop Countries, as well as the diaspora and NGOs to: Seek lasting solutions for the enhancement of the impact of remittances on development.

At the Conference on Migration and Development within the CPLP countries, which took place May 5th/6th, 2006 in Lisbon, discussed different diaspora organisations and government officials (also from Angola) the question on how diaspora can contribute to development in the CPLP countries. Remittances were one key factor mentioned for development in the CPLP countries, but it was also stated that there is not a lot of data available.

## **ANNEX 5. CSP DRAFTING PROCESS**

### **1. The Gaborone Seminar**

The launching of the EDF 10 Programming exercise for 2008-2013 took place in February 2006 at the Southern Africa Regional Seminar in Gaborone, Republic of Botswana, with the presence of the Commissioner for Development and Humanitarian Aid, Louis Michel.

At this event, guidelines were presented for the definition of a co-operation strategy between the European Commission and ACP countries, in the context of the European Union's new development policy ("European Consensus", Strategy for Africa). The SADC and PALOP regional programmes were also discussed, with regards to complementarities and synergies.

The Commissioner and the National Authorising Officer for Angola also had the opportunity to meet and discuss the overall state of co-operation, and more specifically, to examine the progress of EDF 9 before its conclusion.

### **2. EC/NAO Dialogue and Consultation**

Starting in early 2006, draft guidelines for the 10 EDF programming and all related correspondence was regularly sent to the NAO's office.

Numerous meetings with the National Authorising Officer's services took place during all the process for the analyse of the social, economic and political situation, assessment of EU-Angola, thematic/sectoral cooperation and brainstorming for the response strategy.

For the environmental profile, a study requested by the National Authorising Officer, and financed by the Technical Cooperation Facility, was carried out jointly with the World Bank.

The CSP was prepared jointly with NAO and the first draft was accorded on July 2006. However decision of the Head Quarters relevant services to amend significantly the document led to the preparation of a new version and a delay in its finalisation. It should be noted that the NAO and Commissioner Michel, during the visit of the latter in Angola in December 2006, agreed to revert to the original document version.

### **3. European Union Member States and joint programming**

Starting in the beginning of 2006, draft guidelines for the 10<sup>th</sup> EDF programming and all related correspondence was regularly sent to the EU Member States.

Numerous meetings with the European Union Member States took place during all the process for the evaluations of the social, economic and political situation, evaluation of EU-Angola, thematic/sectoral cooperation and brainstorming for the response strategy.

In light of the conclusions of the EU Council (11 April 2006) regarding aid efficiency and a common framework for strategy papers (CSP), the EU Member States (MS) locally represented in Luanda were consulted regarding the possibility of a joint country analysis and response strategy.

The response from most EU Member States' represented locally was that, in the national context, it will be important to focus on coordinated approach, including coordinated technical assistance and to define the possibility to guarantee more efficient aid-delivery. In this context, a EU Road Map was adopted in August 2006: The road Map consists in an action plan for closer cooperation and harmonisation among donors in Angola and foresees information sharing and sectoral coordination. In 2007 thematic working groups will be put in place aiming at elaborate common EU approaches on specific areas of intervention. In this respect one of the objectives is to obtain also a better level of response from the line ministries.

#### **4. Internal Consultation with the Government of Angola**

Having made a preliminary analysis of the proposal put to them, the NAO Office began an internal consultation process together with central government institutions (Ministries) and other cooperation institutions. The aim was to receive feedback which would contribute to defining Government response regarding possible areas of intervention to be included in the next EC cooperation programme.

The consultation process was dealt under the responsibility of the Ministry of Planning (Minister of Planning is the NAO). After elaborating a first draft in coordination with the Delegation, the NAO services send this first version to the different Ministries and representatives of NSA (Portuguese version). At the same time, the Delegation provide all the necessary elements and information to the NAO services in order to clarify the process of elaboration, content and objectives of the CSP, according to annexe IV of the Cotonu Agreement and the Guidelines elaborated for this purpose. The consultation exercise was not too problematic as far as an agreement was reach finally to support rural development and social and human development which constitute the most important themes of concentration. Concerning the theme governance, human rights and economic reforms, constructive exchanges took place between the Delegation and the NAO services to agree on the importance to reinforce institutional and human capacities at different level of public administration. In particular , it was agreed to reinforce sectors of priority like institutional development, decentralisation, justice, public finances management.

#### **5. Non-State Actors and future involvement in the 10 EDF**

At the very end of 2005, a meeting was organized, both by EC and NAO services, with several representatives of Civil Society in order to present the process of preparation of the Country Strategy Paper.

It was decided, to increase the participation and the involvement of non state actors during all the process as partners and within the framework of the dialogue with national authorities, to create a Working Group.

The non state actors have chosen 5 representatives to attend all the meetings with the NAO services and responsible for the networking with others organizations. In this respect, 5

NGOs networks (CONGA – Network of International NGOs operating in Angola, FONGA – Network of national NGOs, Rede Mulher, Jubileu 2000 – Forum of Civil Society Organisations working on Governance and COIEPA – Inter-ecclesiastic committee for Peace in Angola) have followed all the process. Exchange of views were very positive for analysing the situation of the country (political, economic; social and environment). Because of their dissemination in the whole country, the input of the civil society representatives was important and helpful on subjects like national reconciliation, vulnerable group, decentralisation, and social policy.

## **ANNEX 6. THE HARMONIZATION ROADMAP**

In order to develop complementarities and operational coordination among EU donors, the EC Delegation took the initiative in 2006 to launch the process to develop an EU Roadmap with the member states present in the country. This initiative to enhance coordination and harmonisation was greatly appreciated, given the poor formal donor coordination in Angola. The Paris Declaration agenda and the European Consensus were used as the basis to spark the process to address harmonisation issues among EU donors in an operational and strategic way. In addition to that, a brief study on aid coordination on the period 2005-2007 was undertaken by an EC external consultant.

The EU roadmap was approved in mid 2006 (see text attached below) having the sharing of information on projects and missions, the development of an aid database and the creation of thematic groups (when and if necessary and articulated with the existing coordination mechanisms) as the main steps to be undertaken in 2007.

Member states and the EC Delegation consider relevant to engage with Norway and Switzerland at the early stage of the harmonisation process, given the EC Delegation's constructive relationship with them and their active role in the country.

The calendar for the implementation of the EU Roadmap foresees to take further actions once the indicators of the 4 addition protocols of the Paris Declaration are defined at the central level in 2007.

The process identified in order to take this forward in an effective manner was that the Presidency would organise meetings to take forward the EU Roadmap around their normal Presidency meetings. However, because the EC Delegation has more human resources to devote to this exercise, it was decided that we would lead on the process itself.

There is consensus amongst EU donors that the EU Roadmap process should help to steer up a broader coordination, in a more ambitious mechanism that should include USAID, World Bank and the UN family.

### **European Union**

#### **EU Road Map – June 2006**

##### **Action Plan for Closer Co-ordination and Harmonisation among EU Donors in Angola**

##### **Introductory Note:**

The Action Plan is intended to facilitate coordination and harmonisation in the field of EU development work in Angola within existing structures. It is not meant to increase (work) burden on Missions, nor should it lead to more meetings with an only limited number of participants.

The measures foreseen in the Action Plan are aspirational. They are goals and of a non-binding nature. The Action plan, as a living document, will be reviewed in 2007 in the light of the first experiences.

## **1. Short description and analysis of country situation**

After the end of the war in 2002, Angola's infrastructure and social fabric were in ruins. Its political and economic systems were distorted in ways that left much of the population to eke out lives of extreme poverty. Some progress has been made, but the government still lacks human and institutional capacity and is sensitive to perceived infringements on its sovereignty.

Although the Angolan people still remain among the neediest in the world, significant reforms are occurring. The economy has been stabilised, elections preparations are underway, noteworthy progress has been made in increasing oil revenue transparency, and budgets set aside for health, education and other social issues are rising. These reforms should be viewed in the context of having begun, for most part, only since 2003. Angola has the potential, together with South Africa, to anchor the Southern Africa region in stability and prosperity. The country is also increasingly important to satisfying the global demand for energy.

The donor community provided emergency assistance during the immediate post-conflict period of Angola's history. Those resources, however, are quickly drying up and development resources have not risen commensurate with their decline. In a world of limited funds and competing priorities, Angola has been expected to finance most of its own non-emergency related recovery. The relatively low level of priority that most donors attach to Angola is largely due to its natural resources wealth as well as to concerns that deeper reforms are lagging.

## **2. Level of coordination and harmonisation**

The humanitarian phase of aid in Angola demanded strong coordination among the actors involved, but did not pave the way for a sustained donor coordination process. As a result, donor coordination in Angola as a whole is weak. Since then several attempts to enhance coordination have been undertaken. Apart from the initiative taken by the EU member states to make this EU roadmap, other initiatives can open perspectives for donors at large. In the absence of a formal Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) process in Angola it has not been possible to align donor development cooperation with a Government led process.

Within the international community in Angola there is a will to better coordinate and harmonise development efforts. The EU is aware of the importance of coordination and harmonisation not only within the EU MS, but also with other donors outside the EU family. In the absence of anything concrete, EU MS, EC, Norway and Switzerland ("EU Plus") have come together to make firm steps in that direction.

The aim is to improve transparency and predictability of aid flows. Therefore, the EU Plus have agreed to establish an EU Roadmap. This process should help improve dialogue with the GoA on aid effectiveness, until such time as Angola becomes more involved in the harmonisation process. This EU Roadmap forms an ambitious statement of the European donors in Angola.

### **3. Objectives**

The objectives set out below to improve coordination and harmonisation, are achievable. Consequently, the focus will be on a limited number of actions with a concrete operational content and with a step-by-step approach. The experience of the different donors to make this EU Roadmap to a success is of the highest importance. This EU Roadmap is information sharing and represents a commitment on active coordination in development cooperation.

#### **A) Information sharing**

##### Angola Aid Database (AAD)

The Angola Aid Database (AAD) will provide information about projects and programmes financed by European donors (objectives, activities, sectors, contribution to MDGs and partners). In other countries such a database has proved to be an added value. All donors will be invited to put their projects into the AAD. The AAD will be provided by the EC Delegation in an online environment. It will be updatable for every donor from any internet connection. Each donor will have a focal point that will be trained to use the database. In order to ensure the effective use of the database it will be available in both Portuguese and English. It is expected that when the database is online and operational it will be handed over to the GoA.

##### Presentations on new projects

New projects should be presented to relevant donors/actors whenever possible.

##### Calendar of events

An online public calendar of events will be established. In this calendar European donors will be able to insert their missions, missions from HQ as well as important national and international meetings that are relevant to Angola. This will prevent duplication of (field) missions and will ensure that all donors are informed of important meetings abroad.

##### Website with key documents

The EC will construct a website where donors can put links to key documents and relevant research or articles in relation to Angola. This will avoid having to send round documents by email and loss of relevant information when people are replaced.

#### **Actions**

- Construct the Angola Aid Database and ensure it is operational.
- Train donor Focal Points who are responsible for inputting data into AAD.
- Share new projects with other donors/actors in presentations.
- Develop public online calendar with missions and other relevant information.
- Construct website with key documents.

#### **Indicators**

- Every quarter donor projects should be updated in the online database.
- One focal point for AAD per donor is designated.
- Each donor updates their input for the online calendar regularly.
- Website with key documents is in use.

#### **B) Sectoral coordination**

### Thematic focus

Existing HOM and EU development meetings will include thematic discussions of particular sectors. They will also discuss of how to focus more on the Common Thematic Framework in the “European Consensus”, agreed by the EC and all EU MS in October 2005 (see Annex). Sectors could be identified from the following areas:

1. Human Development (Education, Health, Vulnerability Issues)
2. Governance & Human Rights
3. Growth, Trade & Investment

A first proposal how to organise such sector-focused work is added. Member States will discuss that and other possible proposals during the forthcoming phase of implementing this Road Map.

## **C) Joint Working**

### Harmonised reporting

Assess the present reporting systems as practiced by NGO’s and UN-agencies. EU MS will use this assessment to try to reach consensus on a common reporting system. This will avoid duplication of reports and improve efficiency, which will lead to sharing monitoring and evaluation of projects funded by multiple donors.

### Common evaluations and studies

Common evaluations and studies will be conducted. These evaluations and studies can be on different areas, and will be coordinated by the EC or by the EU Presidency.

### Review of EU Roadmap

There will be a review of the EU Roadmap to monitor progress on harmonisation and to ensure the level of ambition is adequate. These reviews will be discussed within the EU Presidency meetings. During the reviews the indicators will be measured and adapted if necessary.

### Actions

- Use common model for reporting to donors.
- Common evaluations and studies.
- Review of EU Roadmap.

### Indicators

- Common reporting system in use by mid 2007 wherever relevant.
- A review of the Roadmap is carried out in the 1<sup>st</sup> quarter of 2007.
- There should be at least 2 common evaluations or studies per year.

## **4. Steps, timeframe and approach**

This EU Roadmap will be valid for one year after which all the actions must be implemented. Progress on implementation of the EU Roadmap will be discussed at the EU Presidency meetings.

<b>PROPOSED MAIN STEPS, ACTORS AND TIME FRAME</b>					
<b>No.</b>	<b>Step Definition</b>	<b>Leading EU donor</b>	<b>EU donors</b>	<b>Main tasks</b>	<b>Timing</b>
<b>1</b>	Agreement on a draft roadmap	EC, EU Presidency	All	- preparation of draft document - discuss. At 12/4 meeting - modifications/agreement - send draft roadmap to EC HQ	12 April-06
<b>2</b>	Refinement of agreed RM	EC, EU Presidency	All	- incorporate HQ/MS feedback - discussion of priority actions	May-06
<b>3</b>	Adoption of final Roadmap	EC, EU Presidency	All	- final adoption of EU RM - communicate to GoA	August-06
<b>4</b>	Review	EC, EU Presidency, other agreed MS	All	- review of progress - make refinements/changes - discuss new actions - review of indicators	1 <sup>st</sup> Half 2007
<b>5</b>	Final review + New EU Roadmap	EC, EU Presidency, other agreed MS	All	- enlarge RM - agree on new actions	Mid 2007

## **5. Level of support required from headquarters**

Support from HQ will be required throughout the implementation of the Roadmap. EC and Member States HQ will ensure as far as possible that missions are planned in advance and that information (e.g. Terms of Reference) on these missions is shared with MS before the mission takes place. The aim is to prevent duplication of missions heavy on Government time and ensure coordination with other similar missions.

## **6. EU lead donor for the road map process and activities**

The EC Delegation will be leading on the Roadmap process and activities, in cooperation with the EU Presidency. There should be a balanced division of labour that would both enhance the exercise value-added and avoid a heavy EC-led approach.

The GoA will be regularly invited to form an integral part of the EU Roadmap process. Ministries will be invited to relevant field missions in order to ensure that they are part of the project cycle from the beginning. Much of this is already ongoing and the hope is that it will become established with the implementation of the EU Roadmap.

## **7. Outline of further work on division of labour between the EU Member States involved**

EU Presidency and Member States are responsible for the EU development meetings including thematic discussions. The process of implementing the EU Roadmap will be led by the EC Delegation.

### **EU Road Map. Annex 1 (proposal): Thematic Working Groups**

Thematic Working Groups (TWG) will be created to improve coordination within particular sectors. Each one will be led by one MS and will hold at least two meetings a year. Such meetings should include presentations of new projects, information on existing projects and an attempt to ensure joint programming in specific sectors. The areas are based on the

Common Thematic Framework in the “European Consensus”, agreed by the EC and all EU MS in October 2005 (see Annex):

1. Human Development (Education, Health, Vulnerability Issues)
2. Governance & Human Rights
3. Growth, Trade & Investment

**Actions**

- Create Thematic Working Groups (TWG) and decide which MS takes the lead.
- TWGs should aim to elaborate common EU approaches on specific areas of intervention.

**Indicators**

- Number of TWG meetings (min. 2 per year)

**EU Road Map. Annex 2: COMMON THEMATIC FRAMEWORK “EUROPEAN CONSENSUS”**

**Action themes for the EU**

- Development of human rights and capacities, access to essential services (human rights, children’s rights, equality between men and women, reproductive and sexual rights, right to food, health, combating poverty-related diseases, population, migration, education, training, culture, consumer rights).
- Governance for development and security (governance and democratisation processes, state reform, decentralisation, fight against corruption and tax evasion, strengthening of civil society, prevention of conflict, the fragility of states and natural disasters, and management of the transition between emergency and development).
- Environment and sustainable management of natural resources (management and protection of forests, water, marine resources and biodiversity, access to sustainable energies, climatic change, desertification and soil degradation, sustainable management of chemical products and waste, sustainable production and consumption methods).
- Economic growth and trade development, factors in sustainable development (support for reforms, regional integration, agriculture, fisheries, the private sector, redistribution of the income from growth, economic cooperation, development research, energy, information and communication technology, networks, infrastructure and access to transport).
- Food security (availability and accessibility of food, nutritional quality, prevention of food crises) and regional planning (rural and urban development, decentralised local development, management of the balance between human activities and ecosystems).
- Combating inequalities and promoting social cohesion, including decent work for all (social welfare and inclusion, productive employment, development of human resources, fundamental social rights including combating child labour, social dialogue)

Source: “The European Consensus” COM (2005) 311 final, page. 11. Internet: [http://www.delago.cec.eu.int/ao/novidades/cspaper\\_pe.htm](http://www.delago.cec.eu.int/ao/novidades/cspaper_pe.htm)

## **ANNEX 7. TABLE INCLUDING ANGOLA POSITIONS IN RELATION TO INTERNATIONAL CONVENTIONS**

(indicative list)

### a) UN Human Rights Conventions

International Covenant on Civil and Political Rights (signed)  
Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights (signed)  
Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (signed)  
International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (signed)  
Convention on the Rights of the Child (ratified)  
Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the sale of children child prostitution and child pornography (signed)  
Protocol for the Prohibition of the Use of Asphyxiating, Poisonous or Other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare. Geneva, 17 June 1925 (ratified)  
Geneva Conventions of 12 August 1949 (ratified)  
Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I), 8 June 1977 (ratified)  
Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on their Destruction, 18 September 1997 (ratified)  
International Convention against the Recruitment, Use, Financing and Training of Mercenaries, 4 December 1989. (signed)  
Rome Statute of the International Criminal Court, 17 July 1998 (signed)

### b) International Labour Conventions

Convention on Freedom of Association and Protection of the Right to Organise (ratified)  
Convention concerning Forced Labour (ratified)  
Equal Remuneration Convention (ratified)

### c) AU/OAU Conventions

African Charter on Human and Peoples' Rights (ratified)  
OAU Convention on the Prevention and Combating of Terrorism (ratified)  
The African Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty (Pelindaba Treaty) (signed)  
African Charter on the Rights and Welfare of the Child (ratified)  
Cultural Charter for Africa (ratified)  
Convention for the Elimination of Mercenaries in Africa (signed)  
AU Convention Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa (ratified)

### d) SADC Protocols

Protocol on combating illicit drugs (signed)  
Protocol on wildlife of conservation and law enforcement (signed)  
Protocol on health (signed)  
PROTOCOL ON SHARED WATERCOURSE SYSTEMS (signed)

PROTOCOL ON ENERGY (ratified)  
PROTOCOL ON TRANSPORT, COMMUNICATIONS AND METEOROLOGY (ratified)  
PROTOCOL ON TRADE (ratified)  
PROTOCOL ON MINING (signed)  
PROTOCOL OF EDUCATION AND TRAINING (signed)  
PROTOCOL ON LEGAL AFFAIRS (signed)  
PROTOCOL ON FISHERIES (ratified)  
PROTOCOL ON CULTURE, INFORMATION AND SPORTS (signed)  
PROTOCOL AGAINST CORRUPTION (signed)  
PROTOCOL ON EXTRADITION (signed)  
PROTOCOL ON FORESTRY (signed)  
PROTOCOL ON MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS (signed)  
MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON COOPERATION IN TAXATION AND  
RELATED MATTERS (signed)  
MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON MACROECONOMIC CONVERGENCE  
(signed)

## ANNEX 8. ANALYSE DE LA SOUTENABILITE DE LA DETTE

Les éléments d'information publiés permettent de constater dans les dernières années à la fois une lente progression du stock de la dette extérieure autour de 10/12 milliards USD (10,6 milliards en 2004, 12,6 milliards en 2005 et 14,8 milliards projetés en 2006) (1) mais une réduction régulière en pourcentage par rapport au PIB du pays. En 2002, le ratio dette extérieure/PIB était de 80,8 et devrait atteindre 33,6 en 2006. Cette tendance contrastée résulte de l'augmentation croissante du PIB en raison de la croissance soutenue du pays alors que l'accroissement de la dette extérieure est beaucoup plus réduit.

La répartition de la dette extérieure (2) pour l'année 2004 est la suivante : dette bilatérale : 50 % (Club de Paris + non club de Paris) ; dette commerciale : 40 % ; dette auprès des institutions internationales : 0,5%. Toutefois une évaluation plus récente devrait être faite : en effet le Ministre des Finances a indiqué en décembre 2006 que l'Angola a repris contact avec tous les créiteurs Club de Paris en vue du règlement de l'ensemble des arriérés et des intérêts de retard (qui représentent 90 % du total club de Paris). Selon le Ministre, un accord a été conclu et le paiement de ces arriérés est en cours .

Par ailleurs, la dépendance de l'Angola par rapport aux emprunts commerciaux à court terme garantis sur les ressources de pétrole devrait en principe se réduire grâce aux lignes de crédits accordés notamment par des banques ou entreprises financières de Chine, Brésil, Inde, Corée, Espagne, Allemagne. Depuis 2003 ; le total des lignes de crédit accordées représente une valeur de 15 milliards USD. Avec l'apparition de ces nouvelles sources de financement, l'Angola réduit sa dépendance par rapport aux partenaires traditionnels (OCDE ou institutions internationales). Bien que les taux d'intérêt soit plus élevés que les taux concessionnels des IBW, les autorités ont manifesté ainsi leur volonté de ne pas dépendre de programme d'organisations financières internationales qui limiteraient leur autonomie de décision et d'opérations. Cette indépendance est plus particulièrement sensible en ce qui concerne la politique de change et de vente de devises pour notamment maintenir sous contrôle le taux d'inflation. Force est de constater que la politique du gouvernement en matière de réduction de l'inflation est un succès puisque le taux d'inflation prévu à la fin 2006 est de l'ordre de 12 % contre 98 % en 2003.

Comme indiqué ci-dessus, une évaluation plus approfondie serait nécessaire car la croissance accélérée de l'Angola modifie très rapidement les données économiques. Selon le budget 2007, le produit intérieur brut prévu pour 2007- en valeur nominal- est de 4 483 milliards de Kwanzas soit environ 56 milliards USD. Si le stock de la dette réelle était maintenu à 12 milliards de USD (tenant compte de la réduction de la dette extérieure bilatérale mais de l'accroissement de la dette commerciale) le ratio par rapport au PIB serait réduit à 20 %. Dans ce contexte, le service de la dette ne devrait pas représenter une charge insurmontable pour les finances publiques angolaises.

### SOURCES:

(1) WB Country Economic Memorandum Angola , octobre 2006; Report 35362/AO

(2) FMI Angola Article IV consultation ; Report 05/228 juillet 2005

## ANNEX 9. PROPOSTA PARA UM PROGRAMA DE GOVERNAÇÃO

### 1. Introdução

No quadro da preparação da Estratégia de Apoio ao País e Programa Indicativo Nacional do 10º FED está explícito o princípio da tranche incentivadora adicional "governança" relativo ao programa de Governança a apresentar por cada país ACP.

Neste contexto, a presente proposta de programa de Governança, é um anexo da Estratégia de Apoio ao País, e o seu conteúdo, que compreende acções de curto e médio prazo, é parte do Programa Geral do Governo para o biénio 2007/2008 e da Estratégia de Combate à Pobreza.

### 2. Conteúdo do programa

	<u>Áreas de governação</u>	<u>Compromissos do Governo</u>
<b>1.</b>	<b><u>Governança política democrática</u></b>	
	<i>Direitos humanos</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extensão dos Comités dos direitos humanos municipais e provinciais para todo o país e assegurar o seu funcionamento.</li><li>- Elaborar e implementar reformas para melhorar as condições nos estabelecimentos prisionais (reduzir número de mortos nas prisões por doenças e má nutrição, assegurar processos justos e rápidos), reduzir o número de dias passados em detenção antes de um processo ou julgamento.</li><li>- Elaborar e adoptar a Lei contra a violência doméstica e familiar(1)</li></ul>
	<i>Liberdades democráticas</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Adopção do Regulamento da aplicação da Lei de Imprensa.</li><li>- Estabelecimento de processos transparentes para a concessão de licenças para radiodifusão privada (1)</li><li>- Elaboração e aprovação do Estatuto de Jornalista, estabelecimento e funcionamento da Comissão de Carteira e Ética</li><li>- Revisão da Lei das Associações (14/91) e do Regulamento sobre ONGs .</li></ul>
	<i>Processo eleitoral</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realização de eleições legislativas em 2008 e presidenciais em 2009.</li><li>- Criação das autarquias locais (1)</li><li>- Concluir em 2007 o processo de registo eleitoral para as eleições (1)</li><li>-Assegurar acesso igual aos meios de comunicação para todos os partidos políticos (SADC).</li></ul>

(1) Previsto no programa geral do Governo 2007/2008

<b>2.</b>	<b><u>Governança Política/Estado de Direito</u></b>	
	<i>Sistema Judiciário</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rever a Lei do Sistema Unificado de Justiça e demais legislação (1).</li> <li>- Assegurar a revisão da legislação fundamental (tal como Códigos Penal e Civil, Processo Civil e Processo Penal, e Códigos de Registo Civil e Notariado e elaborar o Código de Processo de Trabalho) (1)</li> <li>- Melhorar o nível de informatização dos serviços da justiça adquirindo os meios informáticos (1)</li> <li>- Melhorar as condições materiais e técnicas dos serviços de justiça (1).</li> <li>- Capacitar o sector através da formação e superação dos técnicos de justiça (1).</li> <li>- Criar as condições necessárias para garantir o Estado de Direito, moralizando a administração da Justiça e melhorando o acesso à Justiça ao maior número de cidadãos (1).</li> <li>- Provedor de Justiça. Assegurar fundos suficientes para seu bom funcionamento e promover a publicação de relatórios .</li> <li>- Adopção do Regulamento da aplicação da Lei da Terra.</li> </ul>
<b>3.</b>	<b><u>Controle de Corrupção</u></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ratificação da Convenção da União Africana contra a Corrupção.</li> <li>- Publicação de nova legislação sobre crimes económicos, incluindo de branqueamento de capitais.</li> <li>- Publicação de legislação sobre conflitos de interesses.</li> <li>- Publicação de nova legislação sobre processo de aquisição pelo Estado de bens e serviços.</li> </ul>
<b>4.</b>	<b><u>Efectividade do Governo</u></b>	
	<i>Capacidade institucional</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a melhoria das competências e qualificação profissional dos trabalhadores da Administração Pública, assegurando nomeadamente, a criação da Escola Nacional da Administração Pública (1)</li> </ul>
	<i>Gestão das finanças públicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a capacidade do Tribunal de Contas de forma a intensificar a sua intervenção na apreciação das contas públicas e promover a apresentação de relatórios.</li> <li>- Consolidação do Sistema Integrado de Gestão de Finanças do Estado (SIGFE) – contribuindo assim a uma gestão mais racional, eficiente e transparente das contas públicas.</li> </ul>

(1) Previsto no programa geral do Governo 2007/2008

<b>5.</b>	<b><u>Governação Económica</u></b>	
	<i>- Sector privado/políticas favoráveis para uma economia de mercado</i>	- Promover a privatização de empresas públicas não estratégicas e reestruturar as estratégicas, em conformidade com os estudos, legislação e demais orientações elaboradas para o efeito.(1)
<b>6.</b>	<b><u>Governação Social</u></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adopção do Plano de Desenvolvimento Sanitário a Médio Prazo e assegurar a sua implementação.</li> <li>- Adopção da Política Nacional Farmacêutica e assegurar a sua implementação.</li> <li>- Reduzir a taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos (a 180/1000 em 2007 e 150/1000 em 2008).</li> <li>- Implementar o processo da reforma educativa e assegurar a sua aplicação ao nível nacional até 2011 (1)</li> <li>- Diminuir o ratio de crianças fora do sistema educacional e melhorar o ratio alunos por professor.</li> </ul>
<b>7.</b>	<b><u>Qualidade da parceria</u></b>	
	<i>- Diálogo político</i>	Reforçar o diálogo político (baseado nos respectivos artigos de Cotonou revisado) com base de uma agenda comum, com sessões regulares e com seguimento e resultados concretos.
<b>8</b>	<b><u>PALOP</u></b>	Construindo sobre a identidade comum baseada numa história, cultura, língua, herança partilhada, participar nos projectos comuns relacionados a governação democrática entre países PALOP (+ Timor Leste), dentro do quadro de cooperação da CE/PALOP (+ Timor Leste)

(1) Previsto no programa geral do Governo 2007/2008

## ANNEX 10. EC PALOP COOPERATION

The group of the PALOP countries (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe) is characterised by a strong identity based on history, culture, language and especially a comparable economic, social and institutional development, during the colonial period and the last thirty years. A discontinuous region at the geographical level, it shows however common socio-economic characteristics, in particular related to their fairly low standards of living, to the weakness of the administrative institutions and to the still insufficient effort of qualification of human resources.

The general objective of EC PALOP cooperation has been *to help to reduce the development lag of the five countries concerned), where specifically attributable to common characteristics, while encouraging also their integration within the geographical regions of which they form part.* This should be accomplished while taking into account the common identity of the five countries and by giving them the means and resources to achieve this end, specifically through measures designed to achieve economies of scale. Special emphasis was hence placed on development of human resources and strengthening institutional support to contribute to the necessary reform.

The first Regional Indicative Programme (RIP) PALOP (African Countries with Portuguese as official Language) was signed on 29<sup>th</sup> June 1992, defining the framework for cooperation between the European Commission and the five Portuguese-speaking countries in Africa under the Lomé Convention. It was followed by a second RIP signed on 5<sup>th</sup> March 1997. The financial allocations were 25m€ and 30m€ respectively.

**Implementation of both programmes was very slow and by 2005 25m€ out of the overall amount of 55m€ were still uncommitted.** This was not least also due to the low priority attached to this dossier from the Commission side, which resulted in no clear internal attribution of responsibilities for a long period (up until the Maputo meeting in 2005 (see further down). In 2005 the Commission took the initiative to review EC/PALOP cooperation in order to identify and address the implementation difficulties. A working document “Review of EC/PALOP cooperation” was prepared and discussed with the PALOP at a PALOP NAO/EC meeting in June 2005 in Maputo during the visit of President Barroso. The document emphasised the urgency to address identified shortcomings highlighting the high risk of losing considerable (uncommitted) funds when reaching the sunset date of 31 December 2007 and suggested a number of actions. Consensus was reached as to the problem analysis and specific measures to be taken and at the suggestion of the Commission a follow-up meeting was held in Brussels on 13<sup>th</sup> January 2006.

As to the **future of EC /PALOP cooperation:** Continuation under the 10<sup>th</sup> EDF has been prepared. Activities will focus on governance in its political, economic and social dimension. Furthermore the cooperation will be established with **Timor-Leste**, which shares the common features of the five countries.

The signing of a **Memorandum of Understanding (MoU) between the PALOP countries (+ Timor East) and the Commission** intervened in Lisbon the 6/11/2007 and confirms that PALOP cooperation will continue under the 10<sup>th</sup> EDF for the period 2008-2013. This MoU

provides the framework for the cooperation which will be funded from the non focal area "PALOP/Timor Leste governance based initiatives" in the NIP of these six countries. For this purpose an envelope of 33,1 M€ is shared between those six PALOP countries according to a "clé de repartition" already defined (4% of their initial allocation 10<sup>th</sup> EDF).

## **ANNEX 11. SITUATION OF THE EMPLOYMENT**

The situation of the employment in the country is rather discouraging. The labour market in Angola is characterised by serious structural distortions. From the demand side, the essentially capital-intensive growth of the extractive industries generates limited demand for labour, virtually none for low and unskilled workers

From the supply side, a largely unsatisfied offer unskilled labour coexists with an equally unmet demand of skilled labour. This situation is determined by the unrelenting rural-urban migration, the insufficient level of investments in productive labour intensive formal sectors, the low level of investments in human capital through vocational training and skills development.

According to the “Estrategia de Combated a Pobreza”, 40 % of the heads of households and 69 % of the economically active population have no vocational qualification or any other skills. This distortions result in high unemployment rate which is estimated to reach up 46 % in urban areas.

Working poor therefore mainly seek refuge in private, often self-employed activities in the informal sector. 72% of the Angolan families are estimated to have at least one member engaged in the informal sector, with women twice as present as men. The informal sector is the first and often only entry point to the labour market for the vast majority of youth. In similar situations, child labour is also worryingly widespread. Children account for 60 % of the population in Angola and half of them are out of the school. The minimum age for work is 14 and light work is permitted as of 12 years of age, but 30% of girls and boys aged between 5 and 14 are estimated to be engaged in child labour.

As to the worst forms of child labour, national legislation sets at 18 the minimum age for hazardous work which is estimated to be widespread phenomenon below this age. The national legislation does not seem to prohibit explicitly the sale and trafficking of young persons under 18 years of age for the unconditional worst forms of child labour (sexual or economic exploitation and bound labour)

## **ANNEX 12. ANALYSIS OF PAST AND PRESENT COOPERATION OF THE EUROPEAN COMMISSION IN THE FIELD OF RURAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY IN ANGOLA**

In the framework of Rural Development and Food Security the European Commission (EC) implements an approach that links Emergency to Rehabilitation and Development (LRRD). For this purpose, many different instruments have been used. The European Development Fund (EDF) is characterized by multi-annual planning and joint formalized management between the Commission and the Government, represented by the National Authorizing Officer (NAO). Budget lines and more specifically Food Security Budget Line (FSBL) are directly managed by the EC through an annual planning exercise. During past years main implementers of projects with funds from FSBL have been the WFP and NGOs. ECHO has been used to fund emergency projects with a centralized management as a quick and effective response to humanitarian needs. Main implementers of these ECHO-funded projects have been NGOs.

This document presents an analysis of past and present cooperation, and highlights the main framework of intervention as well as the adaptation of the Commission's strategy to the context and the encountered challenges.

### **I. ANALYSIS OF PAST COOPERATION**

---

#### **I.1. 1996-2002- HUMANITARIAN AID: EMERGENCY AND PHYSICAL REHABILITATION**

##### **I.1.1 The war context: a difficult time for cooperation**

The Lusaka Peace Agreements were signed in November 1994. Since then started a peace process that resulted in the nomination of the first Government of National Reconciliation (GURN) and the inclusion in the National Parliament of UNITA representatives elected in 1992 elections. At the same time State administration started to be restored. The peace process was halted at the end of 1998, when fighting between FAA and FMU started again, with a great impact on communities living in rural areas.

A new peace agreement, complementary to the Lusaka protocol, signed in April 2002 between FAA and ex-FMU determined the end of the civil war. With support from international community (including the European Union) in spring 1996 a round table on Angola reconstruction was organized in Brussels. The European Commission committed an amount of around 55 M€ to finance the "Programa de Apoio à Reconstrução – PAR", with an intervention focus on rural areas within Huambo, Bié, Benguela and Huíla provinces.

The restarting of fighting in 1998 determined an increase of the humanitarian crisis existing in the country whose main consequences were: i) a limited access to vast areas of countryside; ii) massive destruction of infrastructures; and iii) an increased number of Internally Displaced People (IDP). This period was characterized by an increasing vulnerability to food insecurity

(more than 50% lived with a dietary intake below 2100 kcal/day) and an increasing need for food aid.

The need to coordinate humanitarian aid in response to the crisis increased cooperation between the Commission and specialised agencies such as OCHA, the World Food Programme and with the Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), the Government of Angola (GOA) institution responsible for the coordination of humanitarian aid.

### **I.1.2 The interventions of the European Commission (EC): humanitarian aid and physical rehabilitation**

As a response to the humanitarian crisis all financial instruments were used, namely:

1. The National Indicative Programme (NIP) was implemented in the framework of the 8<sup>th</sup> FED without the existence of a Country Strategy Paper (CSP). Due to the war situation, expenditures under NIP stayed low and progressed slowly, determining readjustments of the planned activities and of geographical intervention areas. As a result of the war situation during this period interventions remained focused on humanitarian aid to displaced populations.
2. Emergency and rehabilitation interventions funded by Budget Lines were dominant among other activities funded by the Commission in Angola. From 1996 on, funds from Budget Lines (mainly Food Security) and ECHO represented 70% of the total Commission aid, that amounted to an average of 40 M € during the period. Due to limited access, activities remained focus on peri-urban Luanda, coastal areas and Huila province.

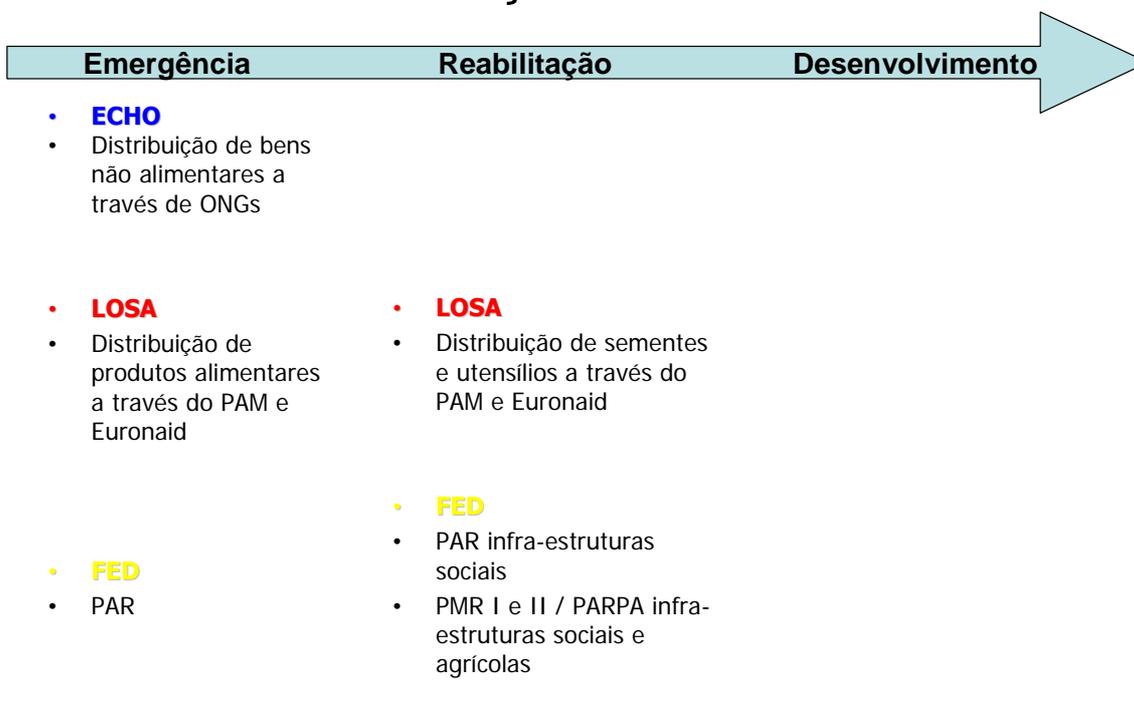
Although infrastructures (bridges and roads) destruction and presence of mines was widespread, demining remained limited to a few NGOs involved in humanitarian operations. In this framework identification and limitation of mined areas was crucial since it allowed displaced populations to establish themselves in safe areas.

NGOs and UN specialised agencies became main implementing partners over the period with a growing implication of national NGOs in projects' implementation. In this framework projects such as the "Programa de Micro-Realizações" (PMR) and the "Programa de Reactivação da Produção Alimentar" (PARPA) played a crucial role.

The "Programa de Apoio à Reconstrução" (PAR) was particularly successful in improving coordination between NGOs and GoA at local level. PAR was active in infrastructure rehabilitation and provision of services in rural areas, but its results remained limited due to the war situation.

### I.1.3 EC INTERVENTIONS

## Período 1: 1996- 2002 Intervenções da Comissão



An important element to be considered during this period was the demand from GoA to the Commission in 2002 for a technical support in the elaboration of the food security component of the “Estratégia de Combate à Pobreza” (ECP).

### I.2. 2002-2004. THE TRANSITION FROM EMERGENCY TO DEVELOPMENT

#### I.2.1 The peace process and the humanitarian crisis

The period between 2002 and 2004 was characterized by the need to support the consolidation of the peace process as well as the resettlement of IDPs in their areas of origin.

At the end of the war, the limited access to displaced populations determined by the destruction of rural infrastructures (bridges and roads) clearly indicated the need for an external intervention of the aid community to alleviate the humanitarian crisis. The demobilization in rural areas was carried out very quickly, in particular in Planalto areas.

The peace process raised many expectations and allowed for a quick and effective intervention. In this context specialised UN agencies (OCHA and WFP) played a crucial role in the coordination of humanitarian aid.

#### I.2.2 A more structured cooperation EC- GOA

An important step towards a more structured cooperation between EC and GoA is the signature in 2002 of the first Country Strategy Paper (CSP). This document agreed with the

Government of Angola identifies three focal sectors (Health, Education, Rural Development and Food Security) for the EC cooperation and a geographical concentration area (Benguela, Huíla, Huambo and Bié provinces).

With the aim of achieving the agreed objectives, the Commission committed himself to use all available financial instruments, i.e. the EDF, the Food Security Budget Line (FSBL) and ECHO. These financial instruments were used to adapt interventions to a context progressively moving from emergency (food aid) to rehabilitation (seeds and tools distributions, infrastructure rehabilitations) to development (institutional support, policy development).

ECHO focused its interventions on short-term emergency operations, mainly in health and provision of non food items.

Interventions financed through FSBL were:

1. food aid via the WFP, main implementing partner for food aid operations in Angola. During this period the EC contribution amounted to around 25-35% of total WFP budget;
2. distributions of agricultural inputs (seeds and tools) via EuronAid and NGOs. This included a late emergency operation in 2004 in support to displaced communities affected by floods during 2003-2004 agricultural campaign (4, 4 M€ to five NGOs).
3. institutional support to the Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) through FAO in order to establish an agricultural information system (1.7M€, May 2002- Dec. 2005) and a first institutional support programme (Transitional Food Security Programme) to the Ministry of Agriculture (MINADER) (2M€ between June 2002- Dec. 2004).

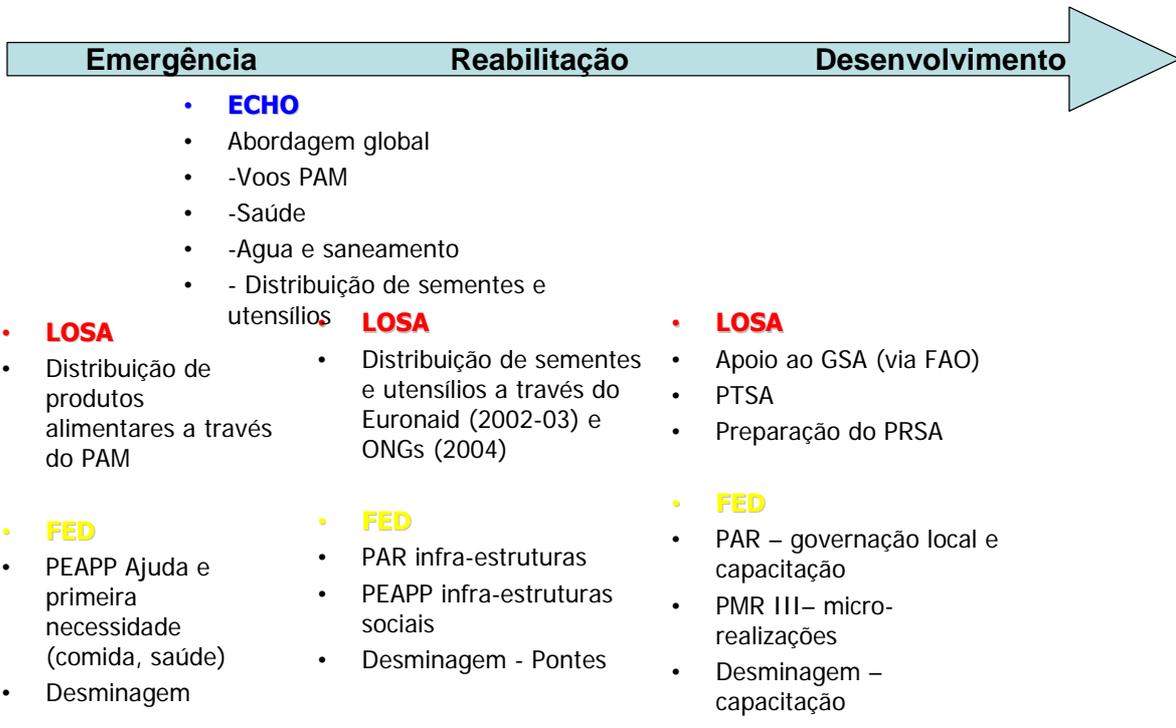
EDF disbursements increased and became more effective with the implementation of the Programme in Support of the Peace Process (PEAPP) that started in 2002 with the objective to support a smooth demobilization process and the stabilization of the humanitarian situation.

This programme used EDF funds (30 M€) to finance activities related to improve access (demining and bridges rehabilitation), resettlement of IDPs (agricultural inputs distributions through FAO, EURONAIID and NGOs), provision of basic services (health, education, water and sanitation). Emergency operations were integrated by some activities of institutional building in specific fields (i.e. demining). An external evaluation stressed the programme positive impact on health and food security and its substantial contribution to peace consolidation in targeted areas.

In specific rehabilitation programmes such as PAR and PMR, the Commission gave more attention to the approach in view of strengthening local administrations (PAR) and community initiatives (PMR).

The Commission also financed a specific component (Assistance to the Reintegration of Vulnerable Groups) of the Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) a regional pool fund managed by the World Bank. Activities in support of vulnerable groups started in mid-2005.

## Período 2: 2002-2004 Intervenções da Comissão



In a sector perspective in this period started the preparation of the Food Security Recovery Programme (FSRP) through an intensive dialogue with MINADER at central and provincial levels. This crucial step represents the start of a real strategic and operational dialogue with the Ministry of Agriculture. In the context of the consolidation of the peace process a crucial issue is land tenure. After many months of intensive and open discussions, the Council of Ministries approved in November 2004 the new Land Law, which for the first time establishes the right for rural communities to entitlement for land rights. The Land Law is however still not operational given that the regulation has not yet been approved. In the framework of FSRP the Commission intends to finance a specific component on land administration and land tenure.

These interventions, funded with EDF and FSBL funds, contributed to an increase up to 50 M€ of annual disbursements of the Commission in relation with rural development.

## II. 2005-2007 THE CURRENT FRAMEWORK FOR COOPERATION

### II.1 THE COUNTRY CONTEXT

#### II.1.1 A context for new opportunities

Although the transition to sustainable development and the peace process can not be considered concluded, many factors indicate a likely “relatively new” move towards a phase

of intense socio economic development. Along with huge reserves of oil and diamonds, Angola has important natural resources (water, fisheries, and forests) still unexploited. Since rural areas were the more affected by the war, recovery of rural economies will take time and oil will remain for some time the main source of revenues.

In this context it has to be noticed the appearance of new financial partners (China, Brazil) ready to finance reconstruction by the provision of credit with less conditionalities than the ones normally provided by Bretton Woods institutions. This relatively new factor should induce the donor community to review its classical patterns of cooperation, based on political negotiations bound by provision of loans and/or grants.

A quick consolidation of peace process will create an environment open to innovation since for the first time since independence Angola can now have a vision on a future beyond the limits imposed by a war economy. This represents a new challenge for cooperation that implies redefinition of roles for main stakeholders, implying changes in staff and working methods.

### **II.1.2 Rural development in Angola**

The Government started implementing a decentralization process that is still in its pilot phase, and produced some strategic documents, such as the *Estratégia de Combate à Pobreza (ECP)* approved by the Counsel of Ministers in February 2004, the *Medium-term Development Plan (PDMP)* and the *Long-Term Development Strategy*, where rural development is a priority area.

Following a first study implemented in 1996, a review of the agricultural sector has been carried out in 2004 with support from FAO. It is important to stress that agricultural policies in Angola are all focused on family sector with the aim of increasing agricultural production and ensuring sustainable food security.

The Rural Extension and Rural Development Programme (PEDR) was approved by the Counsel of Ministers on 12 June 2005. With a budget of 205 MUS \$ over a five years period it has a geographical focus on seven provinces (Benguela, Huambo, Huíla, Bié, Kwanza Sul, Malange e Uíge) and represents the most important programme in the Ministry of Agriculture portfolio. PEDR will be implemented in different subsequent phases and includes components such as seeds distributions, staff training, rehabilitation and equipment for the 111 *Estações de Desenvolvimento Agrícola (EDAs)* existent in the country. PEDR intends to become the framework programme for all agricultural interventions in rural areas through intense and formal cooperation with all potential partners in the field.

## **II.2 THE CURRENT EC STRATEGY**

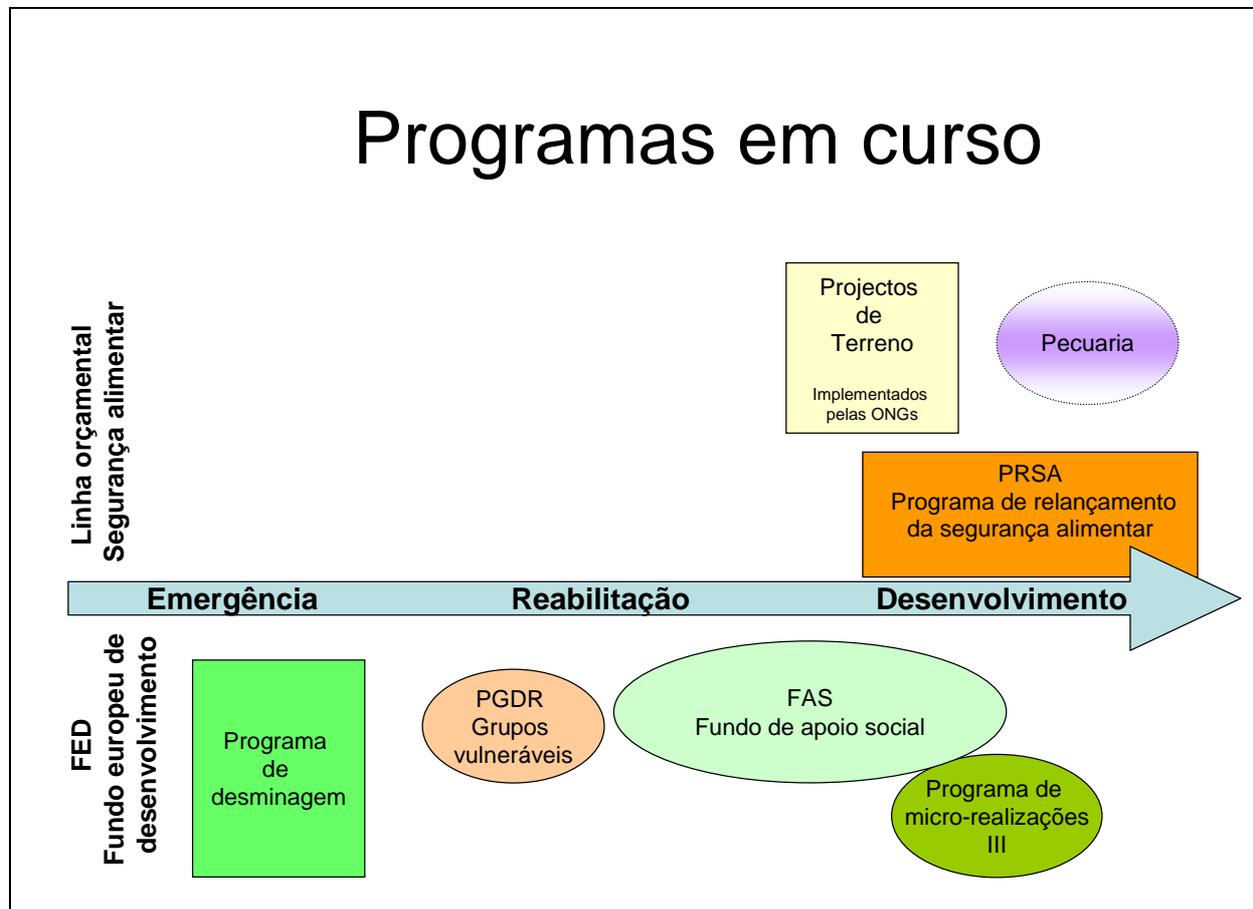
The current strategy has been conceived as a contribution to the improvement of post-war rehabilitation and the consolidation of the peace process. The direct pursued objectives are to reduce rural poverty and improve household food security in rural areas, in conformity with the first Millennium objective, i.e. “to fight hunger”.

It is important to stress that more than 50% of country's population is rural, with high incidence of poverty. For these people, the agricultural sector still is the major source of revenue, while urban areas still are not able to provide sustainable economic alternatives. In this context, an investment on rural development appears to be a focus area for our cooperation.

### II.2.1 The Commission interventions

The EC is the main donor in Angola in rural development, with a contribution of more than 30% of donor community totals. When associated to the cooperation of other European Member States, this percentage raises up to 40%.

Other important facts to mention are the closure of the Angola ECHO office in June 2005 and (in 2004) the official deconcentration of functions that determined a more direct involvement of the EC Delegation in Luanda in programme management.



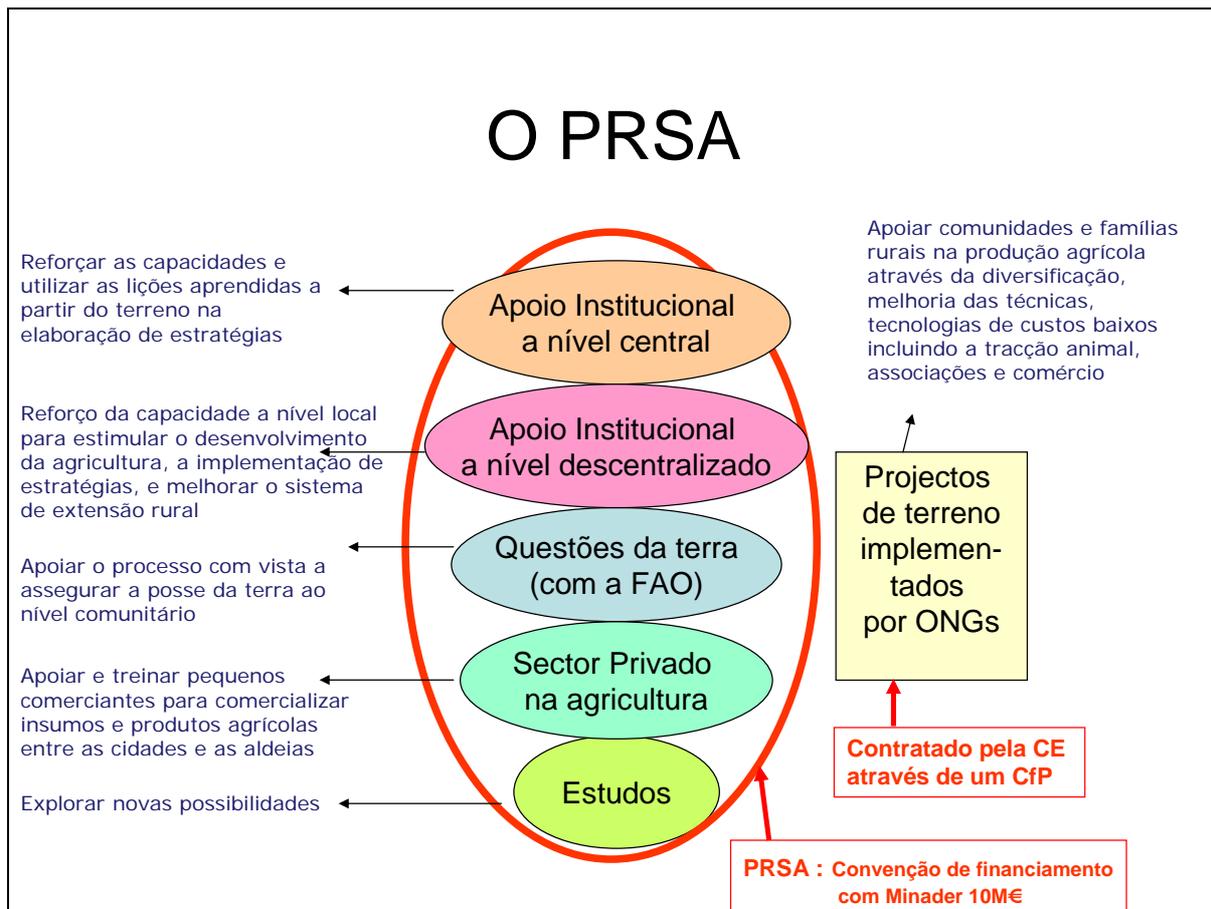
Major thematic areas covered by the EC programmes are:

- i) **Access** with interventions of demining, roads and bridges rehabilitation – The Emergency Demining Programme (2004-2007) in support of IDPs and returnees resettlement, funded through EDF with a total of 26M€ includes components of demining (NGOs), bridges rehabilitation in Moxico province, rehabilitation of secondary roads and institutional support to CNIDAH;

- ii) **Rehabilitation of social and productive infrastructures in rural areas** - The Fundo de Apoio Social III (FAS), (2004-2007) financed through 9th EDF for a total 45 M€ is managed by the World Bank. It includes components of community development (infrastructures) and institutional development at municipal level (9 municípios during a first pilot phase). The micro projects (PMR) programme III (2002-2006) financed by 8th FED with a total budget of 7.4M€ supports community development through rehabilitation of social and productive infrastructures.
- iii) Support to **social reinsertion and economic integration** of former soldiers and vulnerable groups – The Assistance Programme for socio-economic reintegration of vulnerable groups (complementary to the General Demobilization – PGDR) is financed through 9th EDF between 2005 and 2007 and implemented in partnership with IRSEM through a *Trust Fund* co-financed by the World Bank, (13,4 M Euro). It includes a component in support to vulnerable groups (ex-soldiers and community of resettlement) and a component in support of family reunification and social reinsertion of children affected by the war (1,5 M€ with UNICEF). The Programa de Geração de Emprego (PGE) financed through 9th EDF between 2006 and 2009 for a total of 3.5 M€ is going to implement labour intensive micro-projects in support of community water and sanitation rehabilitation. In a first pilot phase it will be implemented in urban and peri-urban Benguela;
- iv) **Agricultural development** - The FSBL 2004 e 2005 NGOs' Programme financed 5.8M€ to 5 NGOs (2005-2007) and 3.8M€ to 3 NGOs (2006-2008) in Huíla and Benguela provinces with the aim of increasing smallholders' income in targeted areas through improved rural extension, increased and diversified crop production, increased agricultural commercialization, cattle restocking, animal traction and support to community organization. The Food Security Recovery Programme (PRSA), financed by FSBL for a total of 10M€ between 2006 and 2009 will strengthen institutional and legal frameworks for food security at central and decentralized (Benguela and Huila provinces).

The Food Security Recovery Programme (FSRP) is mainly focused on agriculture, since this sector appears to be a potential source of income for rural people. This programme has been conceived as a pilot project with the aim to build the necessary know-how for the definition of appropriate policies in support of agricultural development and food security. In this sense it can be viewed as a pilot component of PEDR, the on going framework programme implemented by MINADER.

An additional pilot programme in line with FSRP's approach is now in preparation. It will focus on veterinary services with a total of 10M€ from FSBL budgeted for the period 2007-2010. Similarly to FSRP this programme will focus on institutional and legal framework for veterinary services, with a geographical focus on Benguela, Huíla, Huambo, Cunene and Namibe provinces.



### II.3 MEMBER STATES INTERVENTIONS

Up to 2004, European Member States (MS) along with Norway, United States and Switzerland contributed substantially to the global efforts of the donor's community to alleviate the humanitarian crisis in Angola. Generally speaking funding was slowly reducing during the stabilisation process. Some MSs are moving directly from emergency to an economic cooperation, while others continues to support the transition to development with funds from typical cooperation instruments. This points to a more coherent approach for coordination between the Commission and member States.

With respect to rural development and food security, in 2005 funds from bilateral donors account for 7.6% of the total cooperation funding.

Main interventions are the following:

1. **Access** (demining, roads and bridges rehabilitation). **Italy** funded a demining Project (including institutional support) to UNDP (2, 1 m€2003-2005) as well as an education and mines awareness Project to UNICEF (2,4m€ 2003-2004). **France** is also contributing to demining activities.
2. **Rehabilitation of social and productive infrastructures and support to integration of ex-soldiers and vulnerable groups.**

**Italy** financed an emergency initiative in favour of victims of the conflict in Angola (2003-2005) for a total amount of 10 M € and activities of physical rehabilitation, water and sanitation, distributions of agricultural inputs.

**Germany** (GTZ) financed a local development programme for a total of 7 M USD (2003-2006) e activities linked to reintegration of former soldiers, returnees and IDPs in rural areas (community organization, roads and small infrastructures rehabilitation, distributions of agricultural inputs).

**Portugal** financed a programme of maize production for IDPs resettlement to the provincial Government of Benguela (2002-2004) for a total of 2 M USD.

### **3. Agricultural development**

**Italy** funded Projects to NGOs in fields such as community infrastructures (850 000 €) e fight against desertification (1,1M €), and a Project to FAO on land issues (1, 3 M€ 2004-2005).

**Portugal** funded projects to NGOs in support to agricultural diversification, smallholders' organization etc... (3 projects for a total of 400 000 USD), a cooperation project with Lubango university (2004-2005) for a total amount of 440 000 USD.

**France** financed a Project to a local NGO in Huambo in support of returnees' reintegration.

**Spain** funds a three years Project (2006-2009) to FAO for smallholders' capacity building following the farmers field school methodology.

It is important to notice the complementarity between the Commission and Member States interventions:

1. A first phase of the FAO Project on land issues was funded by the Italian cooperation. A second phase will be financed by the Commission in the framework of FSRP.
2. With regards to cooperation with the Faculty of Agronomy of Chianga (Huambo), a seminar was co-financed by the Commission and the France Embassy last December in Huambo.
3. In demining activities, the Commission cooperate with Norway in field activities through NGOs. This complements activities funded by the Commission in its demining programme.

It is also important to notice the common interest shared by the Commission and MS on capacity building, strengthening of specialised training institutions, agricultural development and community organization.

## **II.4 THE REDEFINITION OF THE ROLE OF THE DIFFERENT ACTORS**

Angola has shown in a rather short period of time a drastic change of the role of the main actors working in development.

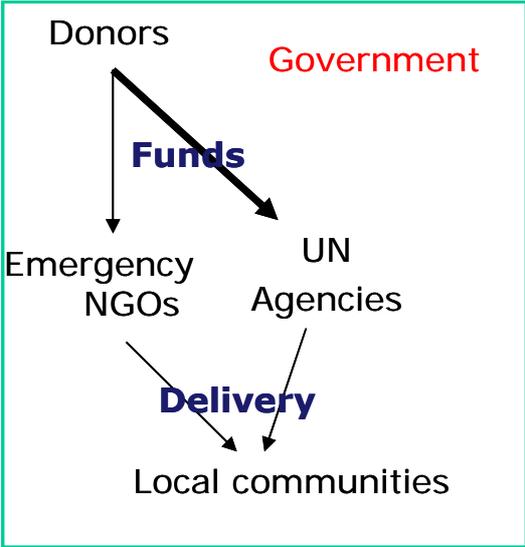
### **II.4.1 Emergency: Time of substitution**

Indeed, with the war and emergency times, Governmental institutions were not in a position to deliver aid to local communities nationwide. The United Nations system, through OCHA

and the consolidated appeal, was receiving most of the emergency funds, and, together with specialised emergency NGOs, was delivering the goods, either food or non –food items, to the communities which were accessible.

WFP, with its air service and its food aid programmes was playing a crucial role in this respect.

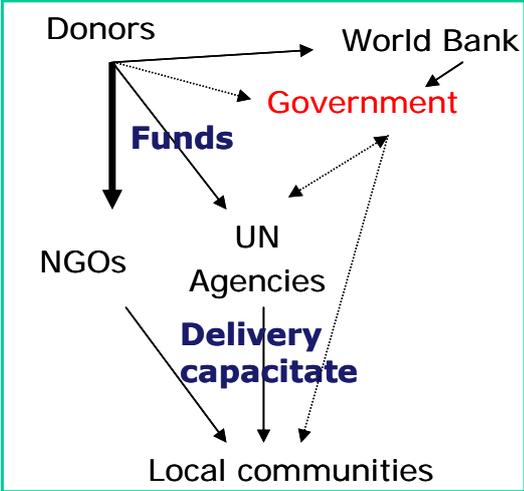
In that emergency period, as it happens in many places in the world, NGOs, Donors and UN Agencies were acting in **substitution** of the State.



The European Commission, in that period, finances WFP, FAO and EuronAid NGOs to deliver goods to the Communities, using all instruments available, EDF, budget line and ECHO, as securing delivery to the communities, wherever they may be, in the most rapid way is the priority. Most of the Member States also contributed to the UN emergency programme and supported directly emergency NGOs.

**II.4.2 Post-war reconstruction: a new definition of roles**

With the end of the war, and the newly accessible zones, the Government gets back to a position where it progressively wants to take the coordinating role/leadership on food aid and food distribution. There is a phasing out of the emergency specialised NGOs and United nations agencies, whose activities are progressively handed over by the administration.



On one hand, UN Agencies have to work closer with the Governmental authorities, and need to transfer their skills. On the other hand, , some NGOs and UN agencies keep playing a key role in food and non-food items distribution, benefiting from their field experience and presence near the local communities. The transfer

is progressive, as a result of a compromise between securing efficiency in items delivery and building local capacity to hand it over.

In several provinces, committees dealing with food aid and food security issues are set up, where local administration starts to supervise the activities of the NGOs and UN Agencies, while, in some cases, EDAs (*Estações de desenvolvimento agrario*) also contribute directly to the distribution of seeds and tools, purchased at provincial or central level by administration.

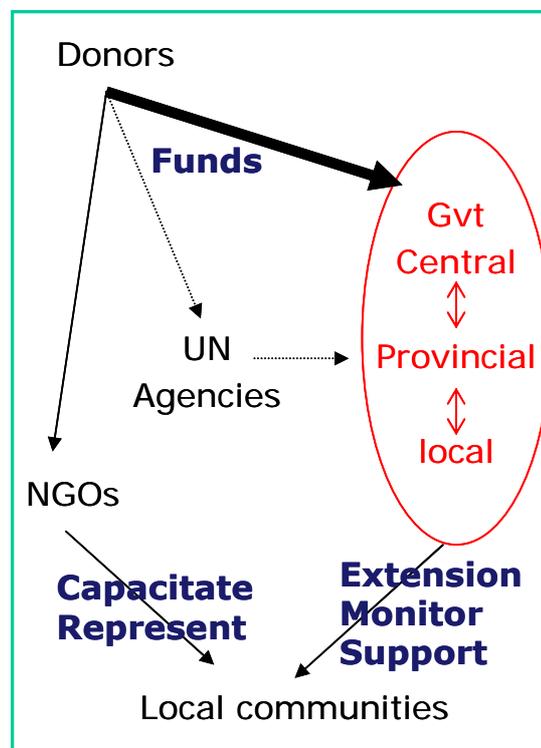
Besides their role of delivery goods, some NGOs start working on building capacity among the communities, particularly farmers association. The European Commission, through its call for proposals encourages this important move and change of nature of activities of NGOs.

Funds are also directed towards the government (1) directly, (2) through UN Agencies such as FAO or (3) through World Bank. The objective is to strengthen the Government at central and local level to monitor the situation and prepare the future strategies, mainly through institutional support projects, such as the *Programa de transição de segurança alimentar*, with the presence of three technical assistants within Minader and Ministry of planning (2002-2004), or the *Projecto de apoio ao gabinete de segurança alimentar* (2002-2005), implemented by FAO. FAS, demining programme and PMR are also examples of Government-managed programmes which cover physical rehabilitation of social or productive infrastructures or demining and communities and/or local administration capacity building components.

#### II.4.3 Paving the way for development

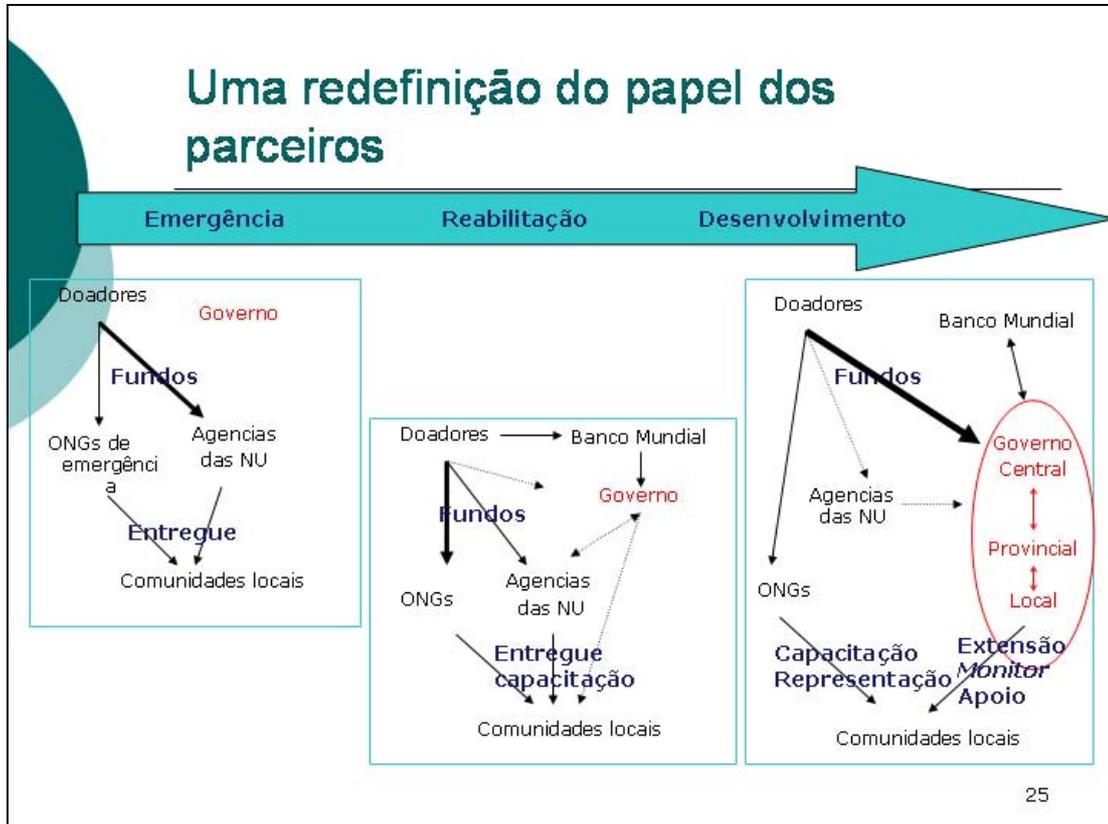
Paving the way to development has direct consequences for several key players :

- UN Agencies should move away from emergency times (phasing out for specialised agencies : OCHA – already done in 2005, WFP, FAO emergency programme – planned for 2008), and focus their support to Government on issues for which they have a comparative advantage (such as land issues, sustainable agriculture development, livestock and animal diseases control, environment global issues, to mention some of them).



- NGOs should focus on their advocacy role and on programmes which support local communities' capacities as well as projects which promote innovation and north-south or south-south exchanges.
- Progressively, support should be more given to the administration at all levels, with a

view to capacitate them in designing strategies, and implementing them at all levels, including monitoring what happens in the field and provide rural extension and support to local communities.



## II.5 LESSONS LEARNED

Some useful lessons for rural development and food security can be drawn from MS and Commission cooperation during last years.

- In terms of general principles:
  - Cooperation should not replace Government's role
  - It is important to avoid dispersion of interventions and to ensure coherence and continuity in order to allow an increased ownership of main beneficiaries
  - Policy building needs a clear view of main stakeholders' interventions
- In terms of approach:
  - Institutional support should focus all levels, (central, provincial and local)
  - A proper natural resources management should be promoted at communities' level.
  -
- In terms of thematic areas:
  - There is a need for technical innovations in agriculture.
  - Technical capacities are limited and there is a need for an increased cooperation with universities and technical training centres.

- Agricultural production is limited by a still poor commercialization network
  - Lack of water and poor nutrition are key elements of rural poverty.
  - Land issues are crucial to rural development and support in this area will have to be maintained.
- In terms of stakeholders
- A good institutional framework is crucial. However institution building will take time.
  - NGOs can be crucial actors as facilitators between institutions and communities.
  - It is difficult to get interested in Angola specialised NGOs working abroad.
  - There is a need for increasing the participation of private sector in rural development.

### II.5.1 Principles

Several key elements guide our cooperation strategy :

- Integrate our interventions in a **structured political dialogue** with the key Ministries. Considering the financial resources available, and considering that the conditions do not allow for a budget support or sector programme support type of intervention, our strategy is to use the project approach in a coordinated and comprehensive way, focusing on those specific areas where our support may have an important leverage effect.
- Always question our **added value**. Working on complex issues, such as the land issues, developing capacity building projects at local level, working on supporting processes to draw lessons from field experience and feed them back into the design and implementation of Ministerial strategies, supporting pilot projects for helping the private sector, particularly agro-processing and trade, to come back to rural areas, are some examples of the different approaches the EC tends to promote, in partnership with all stakeholders.
- Focus on **several complementary themes**, which all contribute to rural development<sup>1</sup>:
  - Access, through demining, rehabilitation of bridges and feeder roads
  - Rehabilitation of social, through FAS, and productive, through PMR or NGO projects, infrastructures in rural areas
  - Supporting the social reinsertion and reintegration of ex-soldiers, through support to PGDR
  - Rural development, through PRSA (see image) and PMR
- **Complementary use of existing instruments**, namely EDF and Food security budget line. While EDF projects include in the same projects components of physical rehabilitation, institutional support and development of pilot approaches, the food security budget line, with its annual programming cycle, has been used to move gradually but rapidly from seeds and tools distribution projects (2002-2004) to agricultural development projects (2005-2006).
- Supporting the most adapted partners. It can be specialised Ministries and its local offices, innovative or specialised international NGOs, local NGOs, or specific

Departments of UN Agencies, or the World Bank. Again, the **added value** of each partner is always assessed in relation to the foreseen activity.

## II.6 THE PRESENT CHALLENGES

In such a fast-moving environment as Angola, adapting the strategy and the activities to the real needs is a true challenge. Several issues should be properly taken into consideration:

- **Information availability.** In a post-war situation, information is generally scarce and unreliable. Decisions have to be taken with few information, which naturally leads to the adoption of empiric rather uniform approaches. With time, information becomes available (better access, studies). A mechanism should be set up to draw the lessons, take into account the newly accessible information, and adapt or refine the strategies accordingly. This means that a **capitalisation** process is structured, with a participation of all stakeholders.
- **Prospective vision.** The situation is evolving fast and requires rapid reaction mechanisms from the donor community or the Government. In the development phase (see below), our procedures do not allow for it, given the time needed for mobilisation of funds and selection of project contractors. Therefore, there is a need to anticipate and have a prospective vision : “How is the situation going to be in two-five years ? What will be the main constraints ? How to plan activities which provide results and impact in a timely manner” are the key questions. This medium to long-term vision is often difficult in post-war countries where quick-win results are expected.
- **Diversity.** In Angola, the situation evolves at different paces, depending on the regions. There is a need to think geographically and timely differentiated approaches. Indeed, while some provinces are still in an emergency situation, with all areas not yet accessible, recent fluxes of refugees, other provinces have already moved towards a better situation, following two to three good agricultural campaigns. Taking into account the diversity while thinking all programme in a comprehensive manner is a real challenge.
- **Risk management.** A consequence of the above-mentioned issues is a medium to high level of risks. Bringing in innovations in a moving environment where information is limited, developing methodologies, experimenting pilot approaches is crucial, as it is the way to potentially long-term high impact successful, but it is risky. Those risks should be clearly identified and accepted, with, of course, associated risk mitigating strategies.

## CONCLUSIONS

The LRRD approach implemented by the EC for rural development and food security interventions in Angola integrates different elements:

- All interventions during a specific period (emergency and rehabilitation) should be designed by keeping in mind implications for the following phases. For instance institutional support and capacity building should be introduced in all operations at a very early stage.

- All different **financial instruments** (EDF, FSBL, ECHO) were used appropriately and in accordance with the changing context.
- **Thematic areas** evolved progressively from food aid up to inputs distributions, infrastructures rehabilitation and agricultural development.
- Our **partners** also changed over the time in accordance with their areas of competence.

Up to 2005, main objective of our cooperation was to support the consolidation of the peace process. In this sense, we consider that our contribution was crucial to the achievement of this important objective. Emergency operations contributed to alleviate the humanitarian crisis. Socio economic integration of ex soldiers is on going. Our geographic concentration in the areas more affected by the conflict and our LRRD approach were key elements within the global effort of donors' community.

The EC cumulated experience in rural development and food security allows establishing a political dialogue with our main Government partners (MINADER, MINARS, and CNIDAH). This dialogue is based on concrete issues based on our field experience in targeted areas. Our experience is characterised by a “bottom up approach” based on support at different levels. In this sense, the Commission has been playing a crucial role in support of the definition and implementation of the Government strategy to fight poverty.

Given the situation in Angola, where the state has financial resources, the support to the Government is preferentially for introducing **pilot approaches**, working on complex issues and building the capacities to gain experience from local level pilot projects through a bottom-up lessons learning approach which, in fine, feeds back strategies and help designing and implementing programmes which meet the expectations at local and central level.

The PRSA (2005-2008) and the Livestock programme (in preparation for 2007-2010) financed by the European Commission are good illustrations of these principles.

The new Call for proposals managed by the EC Delegation on the food security budget line are now much more focused on bringing innovation and new development methodologies, although the possibility to attract new international innovative NGOs in Angola is rather limited.

## **ANNEX 13. ANGOLA DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION PROGRAM (ADRP)**

The Luena Memorandum of Understanding (MOU) between the military forces of the Government of Angola and UNITA signed in 2002 has, as expected, held and the resulting improved security throughout most of the territory has enabled the vast majority of more than 4 million IDPs, refugees, and demobilized soldiers and their families to return home and restart their lives. The improvements in security, and the slow but steady progress in repairing essential infrastructure and demining has greatly enhanced movement of goods and services, and enabled economic recovery in general. The country has passed through the post-conflict emergency phase and is now investing heavily in a recovery process that should, in theory, bolster the already dramatic economic growth (21% in 2006) driven principally by the oil sector.

ADRP Implementation IRSEM continues to record reasonably good progress in implementing basic reintegration assistance for the 97,138 UNITA ex-combatants originally demobilized under the Luena MOU. To date, 81,115 reintegration opportunities have been approved and/or contracted through 108 sub-projects in 17 of the 18 provinces throughout Angola. However, as of the end of August, only 40,190 beneficiaries were registered in reintegration activities.<sup>1</sup> Reasonable progress is also being made on increasing the number of women, children and the less severely disabled (3,811, 11,651, and 3,502 respectively) in regular reintegration opportunities. However, delays in building IRSEM's capacity to plan and managed the vulnerable group component, particularly in regards to the disabled, remain a significant concern given the large number of projected disabled in the proposed FAA demobilization. The demobilization of 33,000 FAA has been committed to by the FAA and Government,<sup>1</sup> however, to date (September 2006), the process has not begun. Given the number and nature of disabled among this group, and their likely higher level of expectations regarding support, more urgent detailed planning and preparation on the part of IRSEM is required.

Program eligibility criteria and principles. The Government has met all eligibility criteria for participation in the MDRP and the program has applied all relevant principles highlighted in the regional strategy. Angola continues to participated in and support regional peace efforts, for instance with the Government of the DRC through support to the brassage process, on security issues in Cabinda, and in assisting in the repatriation of the former Tigre soldiers of the former Zaire army. Furthermore, Angola is participating in regional peace-keeping efforts for Africa, is hosting the Gulf of Guinea Commission which among other issues looks at regional security, and as is serving as the first chair of the UN Peace Building Commission.

At the national level, bilateral mechanisms and the national policy body, the Comissão Nacional de Reintegração Social e Profissional dos Desmobilizados e Deslocados (CNRSPDD), remain active in promoting the terms of the Luena MOU, in providing guidance to the MDRP in Angola, and in supporting complementary initiatives undertaken by Government. It is also noteworthy in Angola that the program has, over time, improved its coordination with relevant partners working on parallel reintegration efforts. This increased coordination is reflected in the cooperation and financing agreements with, in particular, FAO, GTZ, IOM, Development Workshop, the National Rehabilitation Program (for disabled), the Ministry of Agriculture (IDA), and the national social fund (FAS). These closer partnerships with these developmental organizations may serve to help more closely

integrate the shorter-term benefits strategies of the ADRP with broader community-based recovery efforts.

Program performance indicators. At the project level, to date 97,138 ex-UNITA combatants have been demobilized and 81,115 reintegration opportunities have been contracted for. This represents 70% of the target for demobilization and 59% for reintegration support originally planned for under the Angola project. Moreover, follow-up surveys of ex-combatants who have received reintegration support indicate reasonably high levels of reintegration as measured by: (i) 52% are self-employed, (ii) 5.3% are formally employed, (iii) 95% have access to land, and (iv) 90% considered themselves socially reintegrated. UNITA representatives continue to indicate general satisfaction with the overall progress under the ADRP.

At the level of program objectives, Angola is also projecting to reduce public expenditures for defense and security sectors from 17% in 2005 to 12.5% in 2006, while increasing spending on health and education from an estimated 11% in 2005 to a projected 24.7% in 2006. Analysis of public expenditures trends prior to 2005 are hindered by the high level of unclassified and off-budget expenses.

Complementary activities. Continued strong partner involvement in and donor support for the demining sector<sup>1</sup> are considered key for security and recovery of those areas most affected by the war. The Government of Angola has also just committed \$110 million for demining efforts focusing on major infrastructure (railways, bridges, power stations and pylons, etc.). While most priority areas are reported to be reasonably well covered, Kuando Kubango and Moxico provinces appear to require further support to improve priority access. Unfortunately, efforts aimed at weapons collection and civilian disarmament do not appear to be equally well supported by interested stakeholders, nor are Government program plans clearly articulated. Given estimates as high as 2.5 million light weapons in circulation, and the legacy of post-election violence, this is an area that deserves greater attention. The Government is also modernizing its armed forces and seeking to downsize its military in response to the Luena peace as well as reductions in external threats. While no one partner is providing overall guidance or support in this matter, several countries including Brazil, Portugal, Russia, South Africa, the UK and the US are supporting specific initiatives.

Risks and other issues. It appears certain that the Luena peace process will not be reversed, and it is unlikely that the infrequent localized resource-based or political tensions will lead to serious conflicts.<sup>1</sup> Despite the targeted nature of the program's assistance, there have been no consistent or significant concerns expressed that the program is undermining broader social reintegration. The expansion of the vulnerable group work to include unregistered family members associated with the fighting forces and the agreement to use unfilled reintegration opportunities for other vulnerable community members has also served to reduce potential tensions at local level. There is also no evidence that the program has reduced the cost of war for the Government. Rather it seems that the program has provided, through demonstration effect, a case for the Government to invest its own resources in support of reintegration effort for combatants demobilized in earlier peace processes (Bicesse and Lusaka). Almost all parallel reintegration efforts of partner organizations are now more **closely harmonized with the ADRP through memoranda of cooperation.**

## ANNEX 14. MAIN TRADING PARTNERS

Data is hard to obtain due to the important challenges and problems that Angola faces regarding statistics. The latest available data (2005) from WTO and the National Institute for Statistics shows:

### 1) Angolan Exports :

- Total exports (world) in *USD million* :

2000	2001	2002	2003	2004	2005
8176	6755	7831	9341	13411	24248

- Main destinations of exports in 2005 (approx.)

USA: 28.63%                      China: 30.42%    France: 8.2%                      Chile: 4.74%

- Main exports in 2005 (approx.)

Agriculture: 0.24 %                      Oil: 95.76 %                      Other products: 4%

### 2) Angolan Imports :

- Total imports (world) in *USD million* :

2000	2001	2002	2003	2004	2005
1984	3173	2937	4372	4939	6287

- Main origin of imports in 2005 (approx.)

Portugal: 17.36 %                      South Africa: 9.15%                      Brazil: 8.36%

China: 7.36%                      USA: 6.18%                      Belgium: 6.18%

- Main imports in 2005 (approx.)

Equipment: 25.58%    Agriculture: 15.61%                      Vehicles: 12.71%

Metal: 11.13%                      Food: 9.45%

At the same time, with more recent Eurostat data regarding the European Union, we can confirm the important rise in trade during the past five years. Total exchanges have more than double and the EU was, in 2007, the most important partner regarding imports and the third one, after the US and China, regarding Angolan exports.

#### Angola, Trade with the European Union (EU27, Eurostat)

Year	Imports	Yearly % change	EU Share of total imports	Exports	Yearly % change	EU Share of total exports	Balance	Imports + Exports
2003	2,095		53.22	1,020		14.75	-1,076	3,115
2004	1,788	-14.6	31.64	890	-12.7	10.29	-899	2,678
2005	2,208	23.5	33.45	2,384	167.9	15.35	176	4,592
2006	3,338	51.2	37.31	1,947	-18.3	8.97	-1,391	5,285
2007	4,423	32.5	43.34	3,750	92.6	16.23	-674	8,173
Average annual growth		20.5			38.5			27.3

## **ANNEX 15. CHILDREN AND DEVELOPMENT**

One of main problem that Angola has to cope with is linked to lack of equity in society: in accordance with studies undertaken, a comparison between 1995 and 2000 shows an increase in the number of people who live below the extreme poverty line (11% in 1995 and 25% in 2000).

In this context of poverty and lack of equity, children are an especially vulnerable group. They deserve specific attention they are entitled as a cross cutting issue in the development consensus and EC cooperation strategy. While they may be considered as part of most of the poverty reduction strategies and the European Commission's overall intention of the strategy, they deserve a more detailed situation analysis and specific attention in the focal sectors and in specific pertinent actions, as indicated in the European Development Consensus and its EC Cooperation Strategy regarding mainstreaming of children rights.

Angola signed the CRC and its optional protocols, and ratified in 2001 the ILO conventions on child labour, as well as the African Charter on the Rights and Welfare of the Child in July 2003. But implementation of these international agreements has been poor. In fact, the CRC implementation report has been done with a ten years delay and shows many weaknesses (1).

Children (0-18 years) make up more than 50% of the population of Angola. There are 3,7 million children under 5, bearing the greatest burden of ill health in the country. The reasons are related to poverty. 50% of the population has no access to safe water, 70% lacks adequate sanitation and 31% of children suffer some degree of malnutrition (31 % severe malnutrition). In fact, although the war has ended, the problem of malnutrition and under-nourishment is growing as poverty deepens. Many children have no access to quality health care: 54% of children are not fully immunized, 68% of children with diarrhoea do not have access to adequate treatment and 98% of children have no access to treated nets to prevent malaria (distributed at a price most poor families cannot afford). As a result, some 195,000 children die every year before the age of 5. This is why attention to health is also essential to children in their development needs.

Some 240,000 people live with HIV/AIDS in Angola, 15% of them are children under 14 years. This is the result of coverage of prevention of mother-to-child HIV transmission of < 1%. There are some 160,000 children orphaned by HIV/AIDS, 97% of them not receiving treatment will surely die before the age of five, many of them living in very hard conditions and with low access to health, education and basic rights (such as inheritance, and they're often subject to violence, trafficking...) and needs. Adolescents are exposed to HIV infection as only a small proportion of them use condoms in their sexual relations. Girls are especially at risk, with three times higher zero-prevalence.

22% of children from 5 to 14 years are engaged in work, often in hazardous conditions undermining their possibilities for education and development.

The access to basic health and education services is low for the poor, and there is no solid social protection scheme which can support the needs of the most vulnerable children and their families. In fact, only 29% of children are registered, hampering even further their access to basic social services for the many unregistered children.

Children are neither well organised and lack representation and true involvement in the policy making at local, regional or national levels (e.g. PRSP, etc). They are neither consulted by donors in the programming process. This is contrary to commitments on the pillar of child participation in the CRC. The institution of the first Youth Parliament in Angola was in 2000, and assemblies were held in all the provinces of the country but the participation of rural children was limited because of the ongoing conflict at that time. Subsequent meetings are only sporadic. The potential functioning of the Youth Parliament would be improved by introducing criteria for selection and participation of children, and the discussion on issues directly affecting children. The EC could champion the support to this essential pillar on children rights through its attention to governance linked to children participation.

Some traditional practices and beliefs are particularly harmful to children: the phenomenon of children being accused of witchcraft, particularly in the provinces of Zaire, Uige and in parts of Luanda means that they are often beaten and or expelled from their homes, ending up on the streets or in shelters. Many religious sects legitimise the practice by offering to “remove the evil spirits” through physical abuse, spiritual services or by taking the children into the church and using them as low cost labour.

The situation of child soldiers is also very worrying. While there have been actions undertaken for the disarmament, demobilization and reintegration of combatants, the attention given to the plight of former child soldiers, in particular girls is inadequate.

The former areas of concern on children in Angola must be kept in mind in order to provide a situation analysis on the state of children rights and needs. It should also, in accordance to the EU development Consensus and the mention to mainstreaming of children rights, identify opportunities to maximise the positive impact on children through the CSP's choice of focal sectors, and through specific actions related to children's major priorities.

(1) see the UN comments to that progress report.

[http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/CRC.C.15.Add.246.En?Opendocument](http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/CRC.C.15.Add.246.En?Opendocument) and the alternative NGO comments : [http://www.crin.org/resources/find\\_altrep.asp](http://www.crin.org/resources/find_altrep.asp)

## ANNEX 16 : LE SECTEUR PRIVE

Le secteur privé en Angola souffre de handicaps qui nuisent à son développement. Plusieurs éléments contribuent à marginaliser le secteur privé formel; des réformes substantielles seront nécessaires pour inverser la tendance.

- C'est le secteur informel qui concentre la part la plus importante de l'emploi, notamment dans les zones urbaines. Selon une étude de 2004 (Cain) environ 65 % des emplois en milieu urbain relèvent du secteur informel, les 25% restant étant partagés entre le secteur privé formel, les entreprises publics et les administrations. De cette façon, le secteur privé en Angola se distribue entre deux pôles contrastés : d'une part un pôle contrôlé, sophistiqué et dynamique lié à l'économie pétrolière et contrôlé complètement par l'Etat et d'autre part un pôle éclaté formé d'une multitude d'opérateurs sans grande qualification, moins entreprenant et qui opère directement à travers le secteur informel. Entre ces deux extrêmes, il y a en Angola un manque notoire de petites et moyennes entreprises qui pourraient dynamiser la croissance non pétrolière et créer le véritable tissu de base du secteur privé formel.
- Le manque d'infrastructures appropriées constitue également un frein au développement du secteur privé. Au stade actuel, l'établissement des infrastructures dans les secteurs clés (énergie, eau, transports, télécommunications,) relève du secteur public. Une gestion peu efficace de ces différents secteurs jusqu'à présent n'a pas encore permis de développer un réseau d'infrastructures performantes et compétitives. Parmi les pays SADC, l'Angola se situe parmi les pays les moins avancés. Les réseaux routier, électrique et ferré doivent être complètement réhabilités et des investissements notables ont été consentis. De même les infrastructures en milieu urbain sont détériorées au niveau des équipements et notamment en terme de drainage des eaux de pluie et de l'évacuation des eaux ménagères. Cette situation a pour effet de renchérir les coûts fixes des opérateurs économiques et n'est pas favorable à l'essor du secteur privé.
- L'environnement des affaires n'est pas favorable également à un développement rapide du secteur privé. Selon le rapport *Doing business* de la Banque Mondiale, l'établissement d'une entreprise en Angola prend en moyenne 146 jours, soit le double de la moyenne régionale. L'enregistrement d'un bien immobilier prend onze mois en moyenne. Une importation nécessite en moyenne 10 documents, 28 signatures et 64 jours. La longueur des délais, la lourdeur des procédures et le coût des transactions constituent autant de contraintes qui nuisent à la concurrence et qui encourage le secteur informel.
- Au delà d'un environnement des affaires très contraignant, la corruption constitue également un frein important au développement du secteur privé. L'Angola figure en effet parmi les pays ayant un niveau de perception de corruption parmi les plus élevés (151<sup>ème</sup> place dans l'indice CPI). Le fait qu'une partie importante des revenus de l'Etat provienne du secteur pétrolier et soit indépendante des contributions des citoyens réduit la pression pour mettre en œuvre rapidement des règles de transparence et de bonne gouvernance. En outre cette situation a un impact négatif direct car la corruption est reconnue comme l'un des facteurs les plus pénalisant vis-à-vis des investissements et la croissance du secteur privé.

- En dernier lieu, il apparaît que le coût des transactions financières en Angola constitue un obstacle au développement de l'initiative privée. Le secteur bancaire est composé de 9 banques commerciales mais les banques d'Etat possèdent 45 % des avoirs disponibles dans le pays. La récente réduction de l'inflation (18 % en 2006, prévision de 12 % en 2007) a eu un effet direct sur les taux d'intérêts qui sont passés, pour le court terme en Kwanza, de près de 96 % en 2003 à 20 % à la fin de 2006. Toutefois la lourdeur des formalités d'emprunts, les taux d'intérêt pratiqués et les garanties demandées constituent un obstacle important pour les opérateurs économiques formels (ou informels) de petites tailles. La Banque Centrale a créé une unité en vue du développement du micro crédit et en attente d'un cadre légal approprié dans ce secteur et afin de répondre aux sollicitations des banques commerciales qui souhaiteraient proposer ce type de prêt.
- De même la création de la Banque (publique) de Développement d'Angola (BDA), en décembre 2006 devrait favoriser le développement des crédits de faible montant. C'est dans ce contexte que la Stratégie de Développement de l'Union européenne a réservé un montant de 3 M€ afin de favoriser l'accès des petits opérateurs économiques aux prêts bancaires de faible montant notamment en mettant en place, en coordination avec des banques privées de la place un système de suivi des remboursements et de déclenchement éventuelle d'une garantie vis-à-vis de la Banque contractante en cas de défaillance de l'emprunteur. Ce système dont les modalités ont été mises en place au Niger a donné des taux de remboursements des emprunts effectués aux banques privées concernées supérieurs à 96 %.

## ANNEX 17. SISTEMA DE SAÚDE EM ANGOLA – PROGRESSOS E CONSTRANGIMENTOS

O sistema nacional de saúde, tem-se inserido no processo de normalização da vida socioeconómica e institucional, decorrente da assinatura do Acordo de Entendimento de Paz de Luena (Abril de 2002). Contudo, apesar de quase estabilizado o processo de reinserção de quase 4 milhões de pessoas deslocadas da sua área de origem, da reactivação da actividade agrícola, da evolução positiva do processo de desminagem, da expansão progressiva da rede escolar e sanitária, da reabilitação das infra estruturas rodoviárias, água e energia em curso, persistem ainda elevados níveis de pobreza e uma elevada vulnerabilidade da população traduzida nos elevados níveis de morbilidade e mortalidade, em especial das crianças e das grávidas e na eclosão de surtos epidémicos recentes (Marburg, cólera e reintrodução do poliovírus selvagem).

As condicionantes mais próximas desta situação situam-se na deterioração profunda das condições ambientais, em especial das áreas de concentração urbana, por níveis de saneamento, aprovisionamento de água potável e habitação adequado muito baixos, nível educacional da população muito baixo e fraca capacidade do sistema de saúde de detectar e de reagir oportunamente e com o vigor exigido pela magnitude e gravidade dos problemas. A actual livre circulação de pessoas quer no interior do País quer para o exterior do País, embora ainda condicionadas ao mau estado da maioria das vias rodoviárias e inacessibilidade de algumas áreas mais remotas e o rápido e descontrolado processo de urbanização, colocam desafios particulares a nível da saúde pública, em especial na necessidade aproveitar o oportunidade de manter a níveis controláveis a infecção por HIV (estimada em 2,8%) e de limitar a escalada da violência, reflectida no aumento da sinistralidade rodoviária, violência doméstica e da delinquência infanto-juvenil urbana.

Apesar da baixa densidade populacional média do País, os altos níveis de mortalidade materna, de gravidezes precoces e de fecundidade implicam uma atenção especial à saúde reprodutiva e sexual, no quadro de uma política de população mais global.

### SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

A resposta às necessidades em saúde da população é assegurada por um sistema multiforme de complexidade crescente onde se identificam componentes: (i) públicos , o principal – Serviço Nacional de Saúde - tutelado directamente pelo Ministério da Saúde a nível central e pelos Governos Provinciais a nível provincial, embora sejam importantes também os sub--sistemas de saúde das Forças Armadas , Polícia e empresas públicas - Sonangol e Endiama ( ii) privado lucrativo, florescente e com baixo controlo, em especial nas áreas urbanas (iii) privado não lucrativo em especial assegurado através de Igrejas e outros actores não estatais (iv) sector tradicional, em especial nas áreas rurais, onde contribuem para melhoria do acesso e equidade. As Parcerias Públicas/privado não lucrativo têm vindo assumir um papel crescente ,em especial a nível dos municípios.

A **Governança** do sistema nacional de saúde, está concentrada no nível executivo, a nível central no Ministério de Saúde e Ministério das Finanças (atribuição de recursos financeiros) e nas províncias e municípios nos Governos Provinciais. Apesar do processo de desconcentração em curso, predominam ainda as orientações de “cima para baixo”. A liderança do Ministério da Saúde é frágil e difusa, sendo a capacidade de regulamentação e os mecanismos de acompanhamento e controlo limitados. O processo de elaboração de política

nacional e definição estratégia de saúde a médio prazo não estão concluídos e não tem feito progressos sensíveis. A capacidade de implementação é fraca e o processo de atribuição de recursos são muitas vezes inconsistentes com os planos e prioridades estabelecidas. As limitadas competências em gestão aos diferentes níveis de serviços e da administração contribuem para situação. Aos diferentes níveis, são ainda incipientes os mecanismos de planificação, orçamentação e de prestação de contas. A monitoria do sistema, está comprometida pela ausência de censo populacional actualizado (último 1970) e pela debilidade ainda persistente do sistema de informação, com fluxos paralelos, cobertura limitada e integrando dados (nem sempre os mais relevantes) e de qualidade desconhecida e por isso de uso limitado pelos diferentes níveis decisórios.

**O Financiamento <sup>1</sup> público ( *anexo5*)** embora reflectindo progressos, a nível de execução de despesas, per capita de 15 usd em 2002 para 28,8 usd em 2005, só reflecte uma média de 4,4 % das despesas públicas de 2002-2005 (manifestamente inferior à média-7,5%- da SADC e longe do compromisso de Arusha- 15%). Este nível de financiamento é inadequado principalmente a nível da rede primária, que deveria ser a politicamente priorizada , com uma concentração hospitalar A tendência decrescente a nível da categoria de bens e serviços , tem contribuído para dificuldades de funcionamento da unidades sanitárias periféricas, em especial no fornecimento regular de medicamentos essenciais. Não há elementos consistentes sobre a contribuição dos doadores no sistema, que poderiam estar entre 7% a 17% (em 2005). Os custos directos das famílias, na comparticipação dos custos nas unidades sanitárias poderão variar entre 19% a 57% (área rural) da receita familiar (PASS 2005-Estudo da Comparticipação), constituindo para além de um fardo social enorme, uma barreira ao acesso de cuidados essenciais, sobretudo em relação grupos sociais mais pobres.

## **REDE de PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAUDE <sup>2</sup>**

**A disponibilidade e cobertura da Rede Sanitária (*anexo-1*)** na Região de intervenção do PASS, (18 % da área do País, mas 70 % da população total de Angola) traduz as dificuldades de acesso e de desigualdade entre as diferentes províncias , traduzindo que importantes assentamentos humanos não terão acesso físico às unidades existentes . Estas assimetrias são reflectidas também no interior de cada uma das províncias.

**A disponibilidade e cobertura de serviços (*anexo-2/3*)** em especial os referentes á saúde da mulher,criança e na luta HIV/SIDA, reflectem baixas coberturas no atendimento à mulher grávida – consultas pré-natais e partos , e crianças – cobertura vacinal de rotina e no atendimento curativo – hospitalizações e consultas . Os serviços essenciais previstos no Regulamento Geral das Unidades Sanitárias da atenção não têm ainda uma integração aceitável a nível das unidades sanitárias em funcionamento.

**A Disponibilidade e Eficiência de Recursos (*anexo-4*)** os recursos humanos dos serviços dependem significativamente dos enfermeiros (maioritariamente de nível básico), com os médicos concentrados sobretudo em Luanda e nas sedes provinciais. Em termos gerais verifica-se uma baixo volume de serviços, em média cerca de 1600 unidades de atendimento por 1000 habitantes e uma baixa produtividade. Ganhos adicionais substantivos podem ser alcançados, sem mobilização adicional de recursos humanos, desde que melhore a capacidade organizativa dos serviços, apetrechamento com equipamentos essenciais e mecanismos de supervisão e apoio logístico adequados.







## ANNEX 18. ENERGIA EM ANGOLA

A análise da situação energética em Angola apresenta especificidades que decorrem sobretudo do longo período de guerra que o país sofreu, do seu posicionamento geo-estratégico e da conjuntura internacional. Tanto nos anos de guerra civil como nos últimos 5 anos de paz, a economia do país alicerçou-se nas exportações petrolíferas, das quais continuam a depender mais de 80% das receitas do Estado. O aumento importante dos preços internacionais do petróleo vieram trazer um maior dinamismo económico ao país, num momento em que se faz sentir a necessidade de recursos financeiros adicionais para a recuperação das infraestruturais sociais. Contudo, esta abundância do petróleo bruto disponível contrasta com graves carências internas ao nível dos produtos energéticos de consumo tanto industrial como doméstico. Angola importa grande parte da gasolina que consome e produz somente uma pequena parte da electricidade que necessita.

Apesar dos elevados recursos hídricos de que dispõe e da vasta rede fluvial, com diversos rios de grande caudal aptos para a exploração de energia hidroeléctrica, a deficiente laboração das barragens, bem como a ineficiência da rede de redistribuição conduzem a um aproveitamento muito aquém do seu potencial.

A produção de gás natural só agora prevê o seu início e, à semelhança do petróleo, constitui um sector de capital intensivo, portanto sem efeitos imediatos na criação de emprego. O carvão mineral ainda não está em exploração e os seus efeitos sobre o ambiente são conhecidamente nocivos.

Por outro lado, Angola não dispõe ainda de dados estatísticos qualificados que permitam aferir quanto os sectores da indústria e dos transportes consomem anualmente em termos de energia. Sabe-se, no entanto, que as necessidades são enormes e que a oferta está muito aquém da procura.

Em termos de energias renováveis, o projecto do etanol está concebido para os próximos anos, mas levantam-se dúvidas em relação à protecção ambiental e à distribuição de terras.

**Petróleo:** Angola possui reservas petrolíferas estimadas em cerca de 20 mil milhões de barris. A costa angolana divide-se em 74 blocos de exploração em águas rasas, profundas e ultra-profundas, dos quais apenas cerca de 30 estão operacionais. Angola é actualmente o 2º maior produtor da África subsaariana, a seguir à Nigéria. O petróleo foi responsável por cerca de 90% das exportações nacionais e cerca de metade do Produto Interno Bruto do país, representando perto de 80% das receitas fiscais, de acordo com dados oficiais.

O crescimento do sector petrolífero foi de 13,1% em 2006. A produção actual de petróleo é estimada em 1,8 milhões de barris/dia, prevendo-se que venha a alcançar os 2 milhões/dia em 2008.

É previsível a curto prazo, um aumento considerável das receitas petrolíferas, impulsionado pelo constante aumento dos preços internacionais (próximo dos USD 100) e pela entrada em funcionamento das novas jazidas recentemente descobertas.

*OPEP* - Angola tem vantagens na adesão ao cartel, pois, na qualidade de membro de pleno direito terá um papel a jogar nas políticas de protecção do sector e na definição de preços. Por outro lado, o país passará a pertencer a um grupo mundial importante, podendo partilhar decisões, na defesa dos seus interesses estratégicos, salvaguardando-se do isolamento dentro do sector.

*Comissão do Golfo da Guiné* - Vocacionada para a cooperação e prevenção de conflitos no domínio dos recursos naturais e energéticos, integra Angola, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, Congo-Brazzaville e a RDC. A Comissão do Golfo da Guiné surgiu da necessidade de se promover a estabilidade numa zona rica em recursos naturais: o petróleo. O golfo da Guiné, deverá tornar-se, a médio prazo, o principal pólo mundial de produção em *offshore* muito profundo.

**Gás Natural:** Encontra-se em preparação o início da produção de gás natural em Angola, tendo sido firmado o *Memorando de Entendimento*, assinado em Abril passado entre a Sonangol e as multinacionais, Eni Angola Exploration B.V., Chevron Angola e BP Angola. Cotas de participação no consórcio Angolano isto é, a LNG Limited: Sonangol (22,8%), Chevron (36,4%), Eni (13,6%) e BP

(13,6%).. Este consórcio, actualmente está empenhado na construção de uma central de liquefação de gás com uma capacidade de produção de 5 milhões de toneladas/ano no município do Soyo provincia do Zaire a cerca de 300 Kms de Luanda. O investimento está avaliado em cerca de USD 4 bilhão. As instalações vão processar, em 28 anos, cerca de 220 biliões de metros cúbicos de gás, produzindo assim 128 milhões de toneladas de gás natural líquido, 104 milhões de barris de condensados e 257 milhões de barris de gás GPL. O gás natural liquido é destinado ao mercado Norte-americano e será regasificado nas centrais de tratamento de hidrocarbunetos de Pascagoula, no Golfo do Mexico.

**Electricidade** A energia hidroeléctrica predomina como a principal fonte de electricidade. Integrada no sector da Energia e Águas teve uma participação quase nula no PIB. Em 2005, essa participação era de 0,2 por cento do PIB, enquanto actualmente essa contribuição está avaliada em 2%. Este crescimento deve-se aos investimentos em curso no sector, com realce para a recuperação e edificação de barragens, linhas de transporte de energia, subestações e redes de distribuição. Estudos de viabilidade económica estão em curso para a construção de 3 novas barragens ao longo do rio Kwanza cuja conclusão se prevê para os anos 2013 e 2014. Esse facto vai contribuir para o aumento da produção de energia e a consequente melhoria no consumo. Com base nos estudos preliminares, as três barragens terão cada uma capacidade de gerar energia superior à do complexo hidroeléctrico de Capanda que tem uma capacidade instalada de 520 megawatts. A região do Médio Kwanza tem potencial estimado em 6.700 megawatts. No rio estão já implantadas as barragens de Cambambe e Capanda.

De destacar que Luanda consome cerca de 65% da electricidade produzida.

**Carvão mineral:** O carvão constitui uma das alternativas ao petróleo na produção de energia. Contudo, é necessária a elaboração de um plano nacional de geologia, que permitirá conhecer o potencial existente e as condições das reservas de carvão. As áreas identificadas, quer em Cabo Ledo quer no Moxico, requerem estudos complementares para se determinarem as quantidades existentes. Tendo em conta o carvão como um dos combustíveis fósseis mais abundantes e os actuais métodos de aproveitamento para a produção de energia, esse recurso pode ser concebido como uma reserva estratégica do país. O intercâmbio de experiências com outros países, tendo por base a utilização de tecnologias que reduzem o seu impacto ambiental, deve ser impulsionado.

**Exploração Florestal e Ambiente:** A exploração ilegal e o abate indiscriminado e desordenado de árvores com vista à venda de carvão vegetal persistem, sobretudo nas zonas rurais. Esta prática revela-se comprometedor para a preservação das florestas e do ecossistema e decorre das deficiências na distribuição doméstica de energia.

#### **Conclusões:**

- Angola é um país rico em recursos energéticos e um exportador líquido de energia. Precisa de investir e modernizar este sector, de modo a facilitar a electrificação das zonas rurais e proporcionar maiores benefícios às suas populações.
- Angola deve aumentar a sua produção e o consequente acesso das populações a fontes de energia por ser um factor de desenvolvimento e estimulador da actividade económica. Só desta forma se poderá reduzir a pobreza e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.
- Iguamente deverá ser efectuada a reabilitação dos sistemas existentes de energia, bem como estimulada a entrada de novos operadores nas áreas de produção e distribuição, visando fazer chegar o produto ao consumidor final a um preço acessível.
- É importante desenvolver um sistema de produção de dados estatísticos qualificados de modo a aferir quanto os diversos sectores (indústria, transportes, habitações) consomem anualmente em termos de energia. É necessário definir uma política clara de preços nos diferentes vectores energéticos e respectivas infra-estruturas de abastecimento. Uma política de preços livres no sector eléctrico poderá ser utilizada como indicador de utilização de recursos e vector de promoção da participação do sector privado.
- O país deverá investir agora em alternativas energéticas, de preferência energias renováveis, dado o carácter finito do petróleo e do gás.

- Afigura-se necessário desenvolver um plano energético abrangente, assente nas necessidades locais, nas capacidades existentes e na construção de novas infra-estruturas.
- Só uma visão integrada sobre todas essas formas de intervenção e das medidas a implementar pode conduzir a resultados visíveis, a curto prazo, que são uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento do país sem comprometer o desenvolvimento a longo prazo.